

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Cultura política, democracia e raça: acesso a serviços públicos e
comportamento político dos brasileiros**

Daiana Lopes Dias

Pelotas
2015

DAIANA LOPES DIAS

**CULTURA POLÍTICA, DEMOCRACIA E RAÇA: ACESSO A SERVIÇOS
PÚBLICOS E COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS BRASILEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Dr.^a Bianca de Freitas Linhares

Linha de Pesquisa: Processos políticos: atores e instituições

Pelotas

2015

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Bianca de Freitas Linhares - Professora da Universidade Federal de Pelotas (orientadora)

Prof. Dr. Hemerson Luiz Pase - Professor da Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Marcos Vinicius Spolle - Professor da Universidade Federal de Pelotas

Prof.^a Dr.^a Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha - Professora da Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos não é uma tarefa fácil quando temos muitas pessoas ao nosso lado, uma vez que não é possível citar o nome de todos. Mas agradeço a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para que esse projeto fosse concluído.

O primeiro agradecimento vai às pessoas mais importantes da minha vida, meus pais, Alberto Luiz Dias e Adriana Lopes Dias; sem eles, nada disso seria possível, pois me ensinaram que o bem mais precioso que eu poderia ter é a educação e o conhecimento; eles não mediram esforços para que eu me dedicasse apenas aos estudos.

Agradeço à minha orientadora Bianca de Freitas Linhares, pela sua atenção e incansável disposição para me ensinar a utilizar o programa SPSS e para corrigir minhas anotações. Não foi apenas uma orientadora, mas se tornou uma grande amiga.

Gostaria de agradecer também aos colegas de turma do Mestrado em Ciência Política do ano de 2013, Camila Rocha, Caroline Greaff, Daniel Lemos, Jaqueline Signorini, Juliano Pizarro, Kamila do Nascimento, Márcia Borges, Marina Landa, Rafael Caruccio, Renata Gonçalves e Valéria Tatsch, pois as lembranças da nossa convivência tornaram a obtenção do título de mestre ainda mais especial, tenho certeza de que sempre lembrarei com muito carinho dos nossos cafezinhos, jantares e viagens.

Agradeço aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, em especial Álvaro Barreto, Daniel Mendonça, Rosangela Schulz, Patrícia Cunha, Hemerson Pase e Luciana Ballestrin, responsáveis pelos conhecimentos adquiridos para desenvolver este trabalho.

Não posso deixar de agradecer a todos os meus colegas de trabalho do IFSul-CAVG que me apoiaram durante todo esse período.

Agradeço às minhas amigas, Ana Lice Ribas Garcia e Daiane Araujo Bulsing, por entenderem meu afastamento, após o ingresso no mestrado, e por ouvirem tantas vezes que não tinha tempo.

Por fim, agradeço a todos os meus familiares, estejam eles perto ou não.

Resumo

DIAS, Daiana Lopes. **Cultura política, democracia e raça: acesso a serviços públicos e comportamento político dos brasileiros**. 2015. 142f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O tema acerca da questão racial é pouco abordado na Ciência Política, o mesmo ocorre no que se referem ao estudo da Cultura Política dos diferentes grupos raciais presentes no Brasil. De modo geral, os trabalhos científicos analisam o comportamento dos brasileiros sem levar em consideração suas diferenças raciais e, por conseguinte, as possíveis diferenças culturais. Em parte, isso ocorre pelo fato de ser recente a inclusão das declarações raciais em alguns bancos de dados e documentos analisados, e por ser a politização racial uma forma recente de análise. Dessa forma, a presente dissertação tem por objetivo comparar o comportamento político de brancos, indígenas e negros na relação entre o acesso a serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia no Brasil. Busca-se solucionar o seguinte problema de pesquisa: Qual é o efeito da percepção sobre o acesso a serviços públicos no comportamento político dos principais grupos raciais do Brasil? As informações foram obtidas no banco de dados da *Corporación Latinobarómetro* para o ano de 2011. Para atingir o objetivo, foram realizados cruzamentos da variável de declaração racial do entrevistado com variáveis sobre a sustentação da democracia (apoio e satisfação com o regime) e as variáveis de percepção de acesso aos serviços públicos (educação, justiça, saúde, segurança e trabalho), utilizando assim um método de pesquisa estatístico, com o emprego do qui-quadrado.

Palavras-chave: cultura política; democracia; raça, serviços públicos.

Abstract

DIAS, Daiana Lopes. **Political Culture, democracy and race: access to public services and brazilian political behavior.** 2015. 142p. Dissertation (Master's Degree) - Postgraduate Program in Political Science. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The topic about the race issue is not frequently discussed in Political Science, the same occurs with the study of Political Culture of different racial groups that we have in Brazil. In a general way the scientific work analyzes the behavior of the brazilians without taking into consideration their racial differences and, thereafter, the possible cultural differences. It occurs by the fact that the inclusion of the racial declarations in the databases and analyzed documents is really recent, and because of the racial politizations being a recent way of analysis. In this way, the following dissertation has the objective of compare the political behavior of white, indian and black people regarding the access to the public services and the support and satisfaction with democracy in Brazil. We seek the solution of the following research problem: What is the effect of the access to the public services in the political behavior of the major racial groups of Brazil? The information was obtained in the *Corporación Latinobarómetro* database for 2011. To reach the objective, it was necessary to realize crossings of the variable 'racial declaration' with the variables about the sustenance of democracy (support and satisfaction with the polity) and the variables perception of access to the public services (to education, justice, health, safety and work), using a statistic method of research, with the chi square job.

Keywords: political culture, democracy, race, public services.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Apoio à democracia por raça (%).....	92
Tabela 2 - Satisfação com à democracia por raça (%).....	96
Tabela 3 – Atitude ambivalente por raça (%).....	97
Tabela 4 - Acesso à educação por raça (%).....	99
Tabela 5 - Falta de acesso à segurança no último ano por raça (%).....	100
Tabela 6 - Delito com violência por raça (%).....	101
Tabela 7 - Acesso ao emprego (ocupação) por raça (%).....	102
Tabela 8 - Acesso à justiça por raça (%).....	103
Tabela 9 - Acesso à saúde por raça (%).....	104
Tabela 10 - Acesso à educação e o apoio à democracia por raça (%).....	107
Tabela 10a - Grau de educação formal e o apoio à democracia por raça (%).....	109
Tabela 11 - Acesso à segurança e o apoio à democracia por raça (%).....	111
Tabela 12 - Acesso ao trabalho e o apoio à democracia por raça (%).....	113
Tabela 13 - Acesso à justiça e o apoio à democracia por raça (%).....	115
Tabela 14 - Acesso à saúde e o apoio à democracia por raça (%).....	116
Tabela 15 - Acesso à educação e a satisfação com a democracia por raça (%)...	117
Tabela 15a - Grau de educação formal e a satisfação com a democracia por raça (%).....	118
Tabela 16- Acesso à segurança e a satisfação com a democracia por raça (%)...	119
Tabela 17 - Acesso ao trabalho e a satisfação com a democracia por raça (%).....	121
Tabela 18 - Acesso à justiça e a satisfação com a democracia por raça (%).....	123
Tabela 19 - Acesso à saúde e a satisfação com a democracia por raça (%).....	124

Lista de abreviaturas e siglas

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
SUS	Sistema Único de Saúde

Sumário

1 - INTRODUÇÃO	11
1.1 - Tema e Problema de Pesquisa.....	12
1.2 - Justificativa.....	14
1.3 - Objetivos.....	16
1.3.1 - Objetivo Geral.....	16
1.3.2 - Objetivos Específicos.....	16
1.4 - Hipótese.....	17
1.5 - Metodologia de Pesquisa.....	19
1.6 - Estrutura da Dissertação.....	25
2 - MARCO TEÓRICO	26
2.1 - Cultura Política.....	26
2.2 - Democracia, apoio e satisfação.....	34
2.2.1 – Democracia.....	35
2.2.2 - Satisfação e Apoio.....	40
2.3 - Abordagem pós-materialista e o comportamento político dos brasileiros	52
3 - CONCEPÇÃO HISTÓRICA DAS RAÇAS BRASILEIRAS	64
3.1 - Constituição da categorização racial e formação histórica das raças brasileiras.....	65
3.2 - Categorização racial no Brasil.....	72
3.3 - Teorias racialistas no Brasil.....	74
3.4 - Raça e desigualdade social.....	81
4 – PERCEPÇÃO DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL	88
4.1 - Sustentações da democracia brasileira: apoio e satisfação.....	89

4.2 - O acesso a serviços públicos e o comportamento político dos (brancos, indígenas e negros) brasileiros..... 98

5 - CONCLUSÃO..... 128

REFERÊNCIAS..... 136

Apêndice 1..... 141

1 - INTRODUÇÃO

Em 1964, o Brasil entrava em um período de ditadura militar no qual os cidadãos brasileiros foram privados dos seus direitos políticos. Passados 21 anos de ditadura, iniciou-se uma nova onda de redemocratização e, aos poucos, o país voltava a ser regido por um regime democrático.

Nesse primeiro instante, comparado ao passado ditatorial de algumas regiões, a confiança no regime democrático era bem expressiva, tendo em vista que a democracia mostrou-se o regime político favorito dos cidadãos na maior parte do mundo, abrangendo até mesmo o Brasil (GALLUP INTERNATIONAL, 2005). Pode-se afirmar que tal atitude estaria amparada na esperança de que a democracia traria a liberdade e a igualdade política e social das quais estiveram privados por duas décadas.

Porém, Moisés (1995) argumenta que, tendo em vista o período antecedente de revoluções libertárias socialistas que se tornaram radicais, a inquietação das novas democracias está na normatização da vida política, ou seja, na garantia da institucionalização dos procedimentos políticos, mesmo havendo desigualdades econômicas e sociais.

Então, com o fim das ditaduras militares na América Latina e a redemocratização, cientistas sociais e políticos passaram a se preocupar com a sustentação do regime democrático nesses locais. Muitos dos estudos realizados adotaram uma linha institucionalista. Por exemplo, Daniel Chasquetti (2008), em seu texto *“Democracia, presidencialismo e partidos políticos na América Latina: avaliação da difícil combinação”* discute qual desenho institucional favorece a estabilidade da democracia; Linz (1991) defende o parlamentarismo como propulsor da democracia e Mainwaring e Shugart (2002) censuram as críticas publicadas ao presidencialismo, em favor do parlamentarismo, pois elas seriam baseadas em uma realidade empírica europeia e de ex-colônias britânicas, o que não condiz com a conjuntura latina.

No entanto, tem-se percebido que as abordagens institucionalistas não têm conseguido esclarecer questões relacionadas à instabilidade política de alguns países da América Latina. Esse é o caso do Brasil, no qual se encontra apoio ao regime democrático, ao mesmo tempo em que a desconfiança nas instituições se faz presente (BAQUERO, 2003; MOISÉS, 2010a, 2010b, 2008,1995).

É nesse sentido que os estudos de Cultura Política buscam encontrar outros elementos que expliquem a estabilidade democrática, que não apenas os elementos institucionais. E, na tentativa de compreender tal situação da consolidação da democracia brasileira, é que este trabalho se propõe a ser um estudo da percepção dos brasileiros, segundo seus grupos raciais, sobre a democracia no país. Almejando, assim, a análise do comportamento político de três grupos raciais brasileiros - brancos, indígenas e negros - conforme o acesso a bens e serviços públicos.

1.1 - Tema e Problema de Pesquisa

Quando o Brasil foi ocupado pelos portugueses, o país já se encontrava habitado pelos índios. Mais tarde, foram trazidos pelos portugueses os africanos para o trabalho escravo e, com o fim do tráfico negreiro e a política de branqueamento, vieram os imigrantes de diferentes nacionalidades para o trabalho assalariado, processo que contribuiu para a formação de uma nação multiétnica (GUIMARÃES, 2001; RIBEIRO, 2006).

Essa conjectura constituiu-se na gênese de uma sociedade racial, social e culturalmente heterogênea; arriscamos alegar, neste trabalho, que se constitui igualmente em um comportamento dessemelhante no que corresponde à Cultura Política dos grupos raciais brasileiros.

De acordo com Reginaldo Prandi (1995), referir-se a diferenças raciais significa referenciar as desigualdades sociais e culturais, diferenças essas resultantes de um histórico diferenciado de acesso e oportunidades sociais, mais especificamente no grupo dos negros. Assim, no que tange ao comportamento político, mais especificamente ao voto,

a raça, ou cor, comporta, em grande medida, efeitos da própria estratificação social, uma vez que a quase totalidade da população negra é pobre. Mas se compararmos brancos e negros igualmente pobres, por exemplo, ambos os grupos podem mostrar resultados diferentes que expressem posições de

escolhas distintas compartilhadas por cada uma destas populações (PRANDI, 1995, p. 2)

Alguns trabalhos, como de Reginaldo Prandi (1995), Amaury de Souza (1971) e Antônio Sergio Alfredo Guimarães (2001), fazem uma análise binária do comportamento político brasileiro, pois consideram apenas as diferenças raciais, no comportamento político, entre brancos e negros e examinam tão somente o campo do voto. No entanto, este trabalho incluirá a essa abordagem o comportamento do indígena, além de não se limitar ao voto, mas ao apoio e à satisfação com a democracia brasileira.

Guimarães (2001) expõe em seu trabalho que há três perspectivas de análise do comportamento político segundo as diferenças raciais no Brasil. Uma é relacionada a diferenças de comportamento político entre brancos e negros, que seria resultado da desigualdade social. A outra referente a um comportamento de solidariedade racial, pressupondo um comportamento coletivo entre negros. A última é uma indagação de como o sistema político poderia desmoralizar o potencial do comportamento político coletivo.

Conforme Guimarães (2001), a limitação desse debate está na resistência da sociedade brasileira em reconhecer a questão racial e isso ocorre

porque a solução brasileira ao problema da integração dos ex-escravos negros e de descendentes dos povos indígenas à sociedade nacional, passou, primeiro, por negar a existência de diferenças biológicas (capacidades inatas), políticas (direitos), culturais (etnicidade) e sociais (segregação e preconceito) entre esses e os descendentes de europeus, com ou sem misturas, e, em segundo lugar, por incorporar todas essas diferenças originais numa única matriz sincrética e híbrida, tanto em termos biológicos, quanto culturais, sociais e políticos. É o que se convencionou chamar de democracia racial (GUIMARÃES, 2001, p. 122).

Dessa forma, este trabalho parte da negação de uma democracia racial, reconhecendo assim que as desigualdades raciais existem e que, conforme Souza (1971, p. 62), “são [...] produto da interação de grupos humanos dotados de recursos diferenciais de poder”.

É nesse sentido que este estudo é orientado pelo seguinte problema de pesquisa: **Qual é o efeito da percepção sobre o acesso a serviços públicos no comportamento político dos principais grupos raciais do Brasil?**

1.2 - Justificativa

A relevância deste trabalho não está apenas no fato do comportamento político segundo a raça ser um aspecto pouco estudado na Ciência Política - embora a sociedade brasileira seja formada por uma diversidade racial (e sabemos que raros trabalhos têm sido realizados nesse sentido), no Brasil - mas no fato de trazer para este estudo uma diferente perspectiva de análise e, por conseguinte, de resultados.

Outro item pouco estudado, mas pertinente ao estudo da Cultura Política brasileira, relaciona-se ao estudo das atitudes e do comportamento dos cidadãos. Conforme Almond e Verba (1963), a Cultura Política é entendida como um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que norteiam o comportamento de um indivíduo ou grupo em direção a um determinado posicionamento político.

Haja vista que entre as hipóteses está a suposição de que os diferentes grupos raciais aqui tratados (brancos, indígenas e negros) têm um comportamento diferenciado de apoio e satisfação com a democracia e que esses grupos possuem uma atitude ambivalente. Conforme a teoria de José Álvaro Moisés (1995), é que se faz pertinente essa análise neste trabalho: devido à dessemelhança de posicionamentos, pois, até o presente momento, a chamada democracia racial permitia/impelia estudos de Cultura Política como se todos os brasileiros tivessem posicionamentos que são apenas separados por princípios, mas não tendo como ponto inicial de diferenciação a questão étnica racial.

É por esse motivo que abordar as atitudes e comportamentos em relação à democracia, a partir dos grupos raciais, pode auxiliar a compreender possíveis diferenças de sustentação do regime político brasileiro.

Além disso,

Comportamentos e atitudes políticas não são, portanto, fenômenos isolados dos padrões de interação que fundamentam o funcionamento das instituições políticas; desenvolvem-se em sentido positivo ou negativo a partir dos valores, dos objetivos e das identidades dos atores políticos e, por isso mesmo, entram em sintonia (ou deixam de fazê-lo) com o padrão de funcionamento das instituições (MOISÉS, 1995, p. 76).

Assim, podemos considerar que o funcionamento das instituições pode influir no apoio e na legitimidade da democracia por parte dos cidadãos, pois se essas funcionam bem, garantindo que as demandas e as necessidades da sociedade sejam

atendidas, acende a compreensão de que a democracia é o melhor e mais adequado sistema político, além de favorecer uma avaliação de que a democracia teria os meios de solucionar os problemas sociais. Em caso de uma experiência negativa, podemos supor uma insatisfação em relação ao regime democrático.

Entretanto, não se pode desconsiderar o papel significativo dos valores culturais, haja vista que essa experiência se constitui a longo prazo. A utilização consecutiva, pelos cidadãos, dos serviços públicos, é um dos meios que permitem avaliar ou formar um valor cultural das instituições. Além disso, o próprio contexto histórico dos grupos raciais brasileiros estabeleceu o tempo e o meio com o qual os índios, os brancos e os negros tiveram e têm acesso a esses serviços públicos; e isso forma a base de valores culturais de uma sociedade (no presente caso, inicialmente influenciada por uma cultura eurocêntrica e preconceituosa).

Outro ponto que não pode ser deixado de fora está no processo modernizador de uma sociedade, ou seja, as transformações socioeconômicas que podem ocorrer em uma sociedade e as mudanças de valores, comportamentos e atitudes que isso pode causar. Assim como afirmam Inglehart e Welzel (2009), o desenvolvimento socioeconômico permite aos indivíduos ter uma segurança material e física; dessa forma, deixadas de lado as preocupações com a sobrevivência básica, garantia da vida e de moradia, por exemplo. Então, as pessoas passam a buscar a garantia das suas liberdades civis e políticas, estimulando assim os valores como os de autoexpressão, contribuindo para o desenvolvimento humano, aumentando a habilidade das pessoas de forma que elas sejam independentes e autônomas para fazer suas próprias escolhas, favorecendo assim a democratização.

Esse processo foi denominado por Inglehart e Welzel (2009) de pós-materialismo, que ocorre quando pessoas ou grupos, no momento de desenvolvimento socioeconômico, obtêm mais acesso à informação e à educação formal, tendo melhores oportunidades de emprego, o que lhes permite uma maior interação social. Os indivíduos com relações diversificadas têm acesso a diferentes culturas e posicionamentos, permitindo-lhes uma maior autonomia para fazer suas escolhas. Esse processo será percebido mais notoriamente nas gerações futuras. Do mesmo modo que as experiências vão se transformando, se modificam as necessidades e os valores. O que para uma primeira geração era fundamental, como a segurança financeira, com sua garantia, ela passa a ter um papel coadjuvante, tendo

as gerações futuras preocupações com o meio ambiente (como a falta de água), questões de gênero, raça, entre outras (INGLEHART e WELZEL, 2009).

A escolha autônoma se faz por meio de um momento de desenvolvimento socioeconômico seguido de um desenvolvimento das vontades próprias, pois como defende o pós-materialismo, quando as necessidades básicas são supridas (alimentação, educação, moradia e saúde, por exemplo), o cidadão está disposto a almejar políticas públicas mais abrangentes e participar mais ativamente do processo político.

Parte dessa conquista deriva do acesso aos serviços públicos, como o acesso à educação, saúde, trabalho e renda. Por essa razão, nos parece adequado e pertinente realizar este estudo acerca do postulado de uma diferença de comportamento político de brancos, índios e negros a partir do seu acesso aos serviços públicos, a fim de verificar de que forma isso se relaciona com a sustentação da democracia brasileira.

1.3 - Objetivos

1.3.1 - Objetivo Geral

Analisar o comportamento político de brancos, indígenas e negros, na relação entre o acesso a serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia no Brasil.

1.3.2 - Objetivos Específicos

- Aferir os níveis de percepção de acesso de brancos, indígenas e negros quanto à educação, ao emprego, à justiça, à saúde e segurança;
- Avaliar a satisfação com a democracia brasileira por raça;
- Examinar o apoio à democracia brasileira por raça;
- Auferir a existência de tendências das raças sobre a sua Cultura Política.

1.4 - Hipótese

Considerando que, tanto a estrutura social como a conjuntura institucional podem influir no comportamento político dos cidadãos brasileiros, em relação ao apoio e à satisfação com a democracia, é que este estudo parte da hipótese de que: **Os grupos raciais, com maior percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos, tendem a apresentar um comportamento diferenciado bem como uma atitude ambivalente com relação à democracia.**

Apresentam essa atitude devido à sua experimentação com as instituições, visto que a sua relação de percepção de acesso aos serviços públicos - positiva ou negativa - pode intervir na sua posição de apoio ou não ao regime democrático. Dessa forma, os grupos raciais que têm mais percepção de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança e à justiça tendem a apoiar mais o regime democrático, enquanto que os grupos raciais, que possuem menos percepção de acesso a esses serviços, apresentam uma atitude ambivalente, ou seja, eles apoiam o regime democrático ou seu conceito e estão insatisfeitos, porém, em algumas circunstâncias, preferem um regime autoritário, pois, na prática, não percebem o resultado da democracia e estão satisfeitos com a democracia.

A partir dessa hipótese, supõe-se que o grupo racial que mais tem percepção de acesso aos serviços públicos são os brancos e, por isso, estariam mais de acordo com o regime, ao passo que indígenas e negros seriam os grupos raciais que apresentariam mais fortemente tal atitude ambivalente, pois têm mais percepção de dificuldades de acesso aos serviços públicos.

Conforme Marcello Baquero (2002, p. 28), “a desigualdade social, a injustiça social e a pobreza constituem, sem dúvida, fatores que moldam as perspectivas dos cidadãos em torno da democracia. No caso brasileiro, essa tendência se dá no sentido de gerar eleitores céticos e desconfiados”.

Dessa forma, relaciona-se que, quanto menor a percepção de acesso aos serviços tiver o cidadão brasileiro, maiores serão as taxas de atitude ambivalente, pois os grupos raciais, como os negros, que estão entre os grupos mais pobres e menos contentes com sua condição econômica, encontram-se entre os grupos que mais preferem governos autoritários; em algumas circunstâncias, de acordo com dados do Latinobarómetro para 2010, utilizados em uma pesquisa exploratória para o projeto de dissertação. Nesse mesmo sentido, os indígenas são os mais desconfiados com

as instituições políticas, como: partidos políticos, congresso e governo, embora apóiem a democracia.

Para Baquero (2002, p. 133),

A falta de confiança na política é um processo complexo que deriva da percepção de fracasso do governo na resposta aos problemas materiais. O medo do crime, do desemprego, a insegurança econômica, o pessimismo e a incerteza em relação ao futuro têm contribuído para gerar um senso de desconfiança generalizada em relação à política e suas instituições.

Dessa maneira, tal conjuntura se converte em atitude ambivalente, pois a percepção de dificuldades de acesso aos serviços públicos acaba gerando desconfiança e insatisfação em relação à democracia, produzindo uma atitude ambivalente.

Outra questão que pode incidir nessa atitude ambivalente seria o contexto histórico desses grupos raciais, já que os brancos¹, desde a colonização do Brasil, teriam tido (antecipadamente às demais raças) seus serviços garantidos em relação a trabalho assalariado, educação, saúde e segurança, isso quando tais serviços começaram a ser ofertados. Enquanto os indígenas tiveram suas terras, inicialmente, tomadas pelos portugueses, tendo esse quadro permanecido/agravado, em certo grau, até os dias de hoje. Durante muito tempo, a cultura indígena foi negligenciada e muitos grupos foram aculturados (favorecendo o desaparecimento de muitas etnias/raças indígenas); já outros conseguiram sobreviver à aculturação “branca” e vivem inseridos, grande parte deles, no sistema social “branco”, ao mesmo tempo em que tentam manter sua cosmologia (RIBEIRO, 2006).

Em relação aos negros, o contexto não foi muito diferente, sendo trazidos forçados de seus locais de origem, os mesmos foram privados de sua liberdade e escravizados. Embora tenham conquistado a liberdade em 1888², levaram anos para entrar no mercado de trabalho assalariado, ter acesso à educação e, até mesmo, ao

¹ Excluem-se aqui os brancos (imigrantes) que foram submetidos a trabalhos quase escravos, por exemplo, nas fazendas de café paulistas no final do século XIX e início do século XX.

² A Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. Nessa lei ficava determinado que a escravidão estava abolida, sem que nenhum escravocrata fosse indenizado por isso. Essa lei foi resultado de um longo processo de lutas abolicionistas que criou outras leis, além da pressão dos ingleses contra o tráfico negreiro. No entanto, a abolição não representou nenhuma melhoria nas condições de vida dos escravos libertos; quanto à proteção social, os negros continuaram sem ter acesso à educação, moradia, alimentação; no que tange ao trabalho assalariado, eram destinados apenas para vagas em atividades consideradas menos importantes (GORENDER, 1990).

voto. Esse atraso no acesso aos serviços pode ter gerado um comportamento político ambivalente nesses grupos raciais. O que se observa, dessa forma, é que índios e negros tiveram construído um desigual acesso aos serviços públicos, se comparados aos brancos.

Outra hipótese postulada neste trabalho tem por base a ideia de que o acesso aos serviços públicos favorece um comportamento pós-materialista. Nesse caso, a hipótese é de que: os grupos raciais com percepção de acesso aos serviços, no caso, os brancos, são mais pós-materialistas do que as demais raças estudadas. Isso porque esse grupo almejava políticas públicas mais abrangentes, pois suas necessidades básicas, em geral, já estariam garantidas (isso porque não podemos falar de todos os brancos). Contudo, os grupos que não possuem acesso solucionado, no caso, os indígenas e os negros, teriam um comportamento materialista, buscando garantir demandas essenciais, como educação, moradia, segurança, trabalho e saúde.

1.5 - Metodologia de Pesquisa

A utilização de *surveys* tem sido muito empregada nas pesquisas contemporâneas que têm, como foco, o comportamento dos cidadãos sobre a política, em virtude da confiabilidade dos dados obtidos e da possibilidade de generalização, a partir do referido método. O grande número de casos, acessados através da amostragem, podem ser tratados estatisticamente de muitas maneiras.

Este estudo será fundamentado nos dados da *Corporación Latinobarómetro*, uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos, com sede em Santiago de Chile. As pesquisas desse grupo tiveram seu início em 1995, momento em que foram pesquisados apenas oito países, entre eles o Brasil.

A presente pesquisa utilizará a amostragem probabilística de 2011, em que foram aplicadas 20.204 entrevistas, em 18 países, no período de 15 de julho a 16 de agosto, com amostras representativas de 100% dos países estudados. No Brasil, a pesquisa foi realizada pelo IBOPE Inteligência Brasil. Na amostra, constam 1.204 entrevistas, com o total de representatividade de 100% da população e erro amostral de +/- 2,8%.

A partir dessa amostragem foram selecionadas questões para indicar as variáveis sobre a sustentação da democracia, variáveis de apoio e satisfação com a

democracia e questões para indicar as variáveis de acesso aos serviços públicos como educação, saúde, trabalho, segurança e justiça.

O método de pesquisa utilizado é estatístico, seguindo uma análise de cruzamento, com o emprego do teste do qui-quadrado, visto que para testar os resultados e resolver a problemática foram realizados o cruzamento das variáveis com a declaração racial de cada entrevistado. Para a análise dos dados foi utilizada a versão do software IBM SPSS Statistic 22.

Em relação à declaração racial, foram considerados apenas os grupos que se autodeclararam “brancos”, “indígenas”, “mulatos” e “negros”, de acordo com as categorias do IBGE. Os autodeclarados “negros e mulatos” foram somados por julgarmos pertencerem ao mesmo grupo de afrodescendentes. Os autodeclarados “asiáticos”, “outra raça”, “não sabe” e “não responde” foram excluídos da análise. Os fatores que motivaram essa exclusão se referem ao fato do número total de entrevistados que se enquadram nessa categoria ser pequeno; mas, se considerado, poderia limitar o poder de análise de testes estatísticos. E também pela discussão teórica que se verifica na literatura acerca da raça ter como elemento a bipolaridade entre o branco e o negro. Nesta dissertação, incluímos os indígenas, devido à literatura que trata a “formação social do Brasil” mostrar a relevância desse grupo.

Para determinar as variáveis sobre apoio e satisfação com a democracia foram selecionadas as questões P13 indicativas ao apoio à democracia, e a P14 referente à satisfação com a democracia, do banco de dados do Latinobarómetro, em que foi perguntado aos entrevistados o seguinte:

P13ST. ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más de acuerdo

- 1) La democracia es preferible a cualquier otra forma de gobierno*
- 2) En algunas circunstancias, un gobierno autoritario puede ser preferible a uno democrático.*
- 3) A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático que uno no democrático.³*

³ P13ST. Com qual das seguintes afirmações você está mais de acordo?

1) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

P14ST. *¿En general, diría Ud. que está muy satisfecho, más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada satisfecho con el funcionamiento de la democracia en (país)?*

- 1) *Muy satisfecho*
- 2) *Más bien satisfecho*
- 3) *No muy satisfecho*
- 4) *Nada satisfecho*⁴

A classificação dos grupos raciais foi determinada pela resposta dada à pergunta S27, a qual é reproduzida abaixo:

S27. *¿A qué raza se considera perteneciente Ud.?*

- 1) *Asiático*
- 2) *Negro*
- 3) *Indígena*
- 4) *Mestizo*
- 5) *Mulato*
- 6) *Blanco*⁵

2) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

3) Para pessoas como nós, dá no mesmo um regime democrático a um antidemocrático.

⁴ P14ST. Em geral, você diria: Você está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país?

- 1) Muito satisfeito
- 2) Bastante satisfeito
- 3) Não muito satisfeito
- 4) Não satisfeito

⁵ S27. A que raça você se considera pertencente?

- 1) Asiático
- 2) Negro
- 3) Indígena
- 4) Mestiço
- 5) Mulato
- 6) Branco

Classificação semelhante à do IBGE, utilizada no Brasil, em que se trabalha com a autodeterminação, considerando os seguintes grupos: 1) Branco; 2) Preto; 3) Pardo 4) Amarelo e 5) Indígena. Para melhor atender essa pesquisa, se optou por associar a categoria racial de Negros e Mulatos, passando a representar o item 2 = Negro e 5 (Mulato) = 2 = Negro, de acordo com o exposto anteriormente no trabalho.

No que se alude às variáveis acerca dos serviços públicos, foram selecionadas as seguintes perguntas:

P33NE.B ¿A cuáles de estos grupos cree que favorece menos el sistema educativo de su país?

- 1) *Hombres*
- 2) *Mujeres*
- 3) *Indígenas*
- 4) *Blancos*
- 5) *Mestizos*
- 6) *Afrodescendientes*
- 7) *De clase alta*
- 8) *De clase media*
- 9) *De clase baja*
- 10) *De áreas rurales*
- 11) *De áreas urbanas*
- 12) *De (la Capital del país)*
- 13) *(Nacionales)*
- 14) *Inmigrantes*⁶

⁶ P33NE.B Qual desses grupos você acredita se favorecer menos com o sistema educacional no seu país?

1) Homens
2) Mulheres

Questão essa de múltipla escolha.

P56N. ¿Cuáles de las siguientes políticas públicas lo han beneficiado a Ud. y a su familia, mejorando su situación?

1. *La política de Salud*
2. *La política de Educación*
3. *La política de Vivienda*
4. *La política de Justicia*
5. *La política contra la delincuencia*
6. *La política contra la drogadicción*
7. *La política contra el narcotráfico*
8. *La política contra la corrupción*⁷

*P80ST.A ¿Ha sido Ud. (1) o algún pariente (2) asaltado, agredido, o víctima de un delito en los últimos doce meses?*⁸

-
- 3) Indígenas
 - 4) Brancos
 - 5) Mestiços
 - 6) Afrodescendentes
 - 7) Classe alta
 - 8) Classe média
 - 9) Classe baixa
 - 10) Nas áreas rurais
 - 11) Nas áreas urbanas
 - 12) Na capital do país
 - 13) Nacional
 - 14) Imigrantes

⁷ P56N. Qual das seguintes políticas públicas beneficiou você e sua família, a melhorar a sua situação?

1. A política da Saúde
2. Política de Educação
3. Política de Habitação
4. Política de Justiça
5. A política contra o crime
6. A política de luta contra a toxicod dependência
7. A política contra o narcotráfico
8. A corrupção política

⁸ P80ST.A. Você foi (1) ou parente (2) assaltado, agredido, ou a vítima de um crime nos últimos doze meses?

P80N.B) ¿Fue un delito con violencia o sin violencia?⁹

1. *Con violência*
2. *Sin violencia*

S21. ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.?¹⁰

A questão S21 é uma questão aberta.

S23A. ¿Cuál es su situación ocupacional actual?

1. *Independiente/cuenta propia*
2. *Asalariado en emp. pública*
3. *Asalariado en emp. privada*
4. *Temporalmente no trabaja*
5. *Retirado/pensionado*
6. *No trabaja/ responsable de las compras y el cuidado de la casa*
7. *Estudiante¹¹*

Definida a metodologia e de posse dos dados, foram exploradas e testadas as informações empíricas para a realização do trabalho.

⁹ P80N.B. Foi um crime de violência ou nenhuma violência?

1. ComViolência
2. Sem Violência

¹⁰ S21. Que estudos que você fez? Qual o último ano concluído? Escola Técnica de quê? Instituto, de quê etc.?

¹¹ S23A. Qual é a sua situação de emprego atual?

1. Independente / autônomo
2. Empregado em emp. público
3. Empregado em emp. privado
4. Temporariamente não trabalha
5. Aposentado / pensionista
6. Não trabalha / responsável pelas compras e atendimento domiciliar
7. Estudante

1.6 - Estrutura da Dissertação

Além da Introdução, o presente estudo conta com mais três capítulos e a conclusão. No segundo capítulo, intitulado Marco Teórico, apresento os conceitos de Cultura Política e comportamento político. É igualmente realizado um debate acerca do pós-materialismo e sua suposta influência no comportamento político dos indivíduos e, por conseguinte, nas atitudes dos grupos raciais brasileiros abordados neste trabalho, além de uma discussão acerca do conceito de democracia, apoio e satisfação.

No terceiro capítulo, é apresentado um apanhado histórico da formação do povo brasileiro, bem como o debate acerca dos conceitos de etnia/raça e a influência desse contexto na Cultura Política, a fim de entender de que forma os fatores apontados no capítulo 1 podem ser verificados empiricamente a partir do capítulo 4. Além disso, são apresentados alguns autores da teoria racalista no Brasil, autores que buscavam uma melhor compreensão do problema racial brasileiro e, por fim, nesse capítulo é feita uma breve discussão acerca das desigualdades sociais no país.

No quarto capítulo, parte-se para o estudo dos dados encontrados no *Latinobarómetro* para o ano de 2011, através de uma análise quantitativa na qual foram realizados cruzamentos da autodeclaração racial dos entrevistados com as variáveis de acesso aos serviços públicos (educação, saúde, trabalho, segurança e justiça) e variáveis de sustentação do regime democrático (apoio e satisfação com a democracia).

Por fim, tem-se a Conclusão, onde são retomadas as interpretações dos resultados a partir da literatura estudada, sendo apresentada uma breve consideração sobre as contribuições deste trabalho para a Ciência Política.

2 - MARCO TEÓRICO

Este capítulo tem por finalidade expor o embasamento teórico necessário para a realização da análise empírica dos dados, que serão estudados nos capítulos seguintes. Por esse motivo, apresentamos, para este debate, conceitos de Cultura Política, comportamento político, democracia, apoio e satisfação com a democracia e pós-materialismo, conceitos esses que ajudarão a responder o problema de pesquisa deste trabalho.

Dessa forma, este capítulo se organiza em 3 seções. A primeira seção refere-se ao debate acerca da edificação dos conceitos de Cultura Política e comportamento político, orientados pelos estudos de Almond e Verba e pelo debate de pesquisadores brasileiros. Em seguida, são discutidas as características ambivalentes da população brasileira no que se refere a atitudes políticas a partir do pensamento de José Álvaro Moisés, haja vista que uma das hipóteses deste estudo implica nesse predicado.

A segunda seção apresenta um breve debate sobre a democracia. Considerando que essa pesquisa tem entre seus objetivos a análise da sustentação da democracia, se faz imperativa a compreensão desse sistema político. Ainda se apresentam noções sobre o apoio e a satisfação com a democracia a fim de contribuir para o entendimento dos dados dos *surveys* relacionados a essas variáveis.

A terceira seção apresenta a discussão a respeito do pós-materialismo, com a finalidade de compreender as implicações desse no presente estudo para melhor resolver o problema de pesquisa.

2.1 - Cultura Política

Em meio às abordagens da Cultura Política, iniciamos esta seção da dissertação apresentando duas, indicadas por Moisés (1995). Primeiramente, temos a baseada no “caráter nacional”, na qual o regime e a sustentabilidade do mesmo estariam condicionados a características inatas de cada nação, ou seja, o que nós

chamamos hoje de Cultura Política de cada nação dependeria das características naturais de cada povo ou raça. No entanto, críticas são feitas a essa linha de pesquisa, tendo em vista que não é possível confirmar suas hipóteses pela falta de evidências empírica (MOISÉS, 1995).

Outra possibilidade de análise seria a marxista, na qual é ressaltado o papel da infraestrutura em prol dos valores políticos-culturais. Para essa teoria, tais valores não seriam autônomos, pois os valores de cada época histórica e de cada regime político seriam determinados pela classe dominante a fim de concretizarem seus interesses (MOISÉS, 1995).

Buscando abarcar os pontos que essas teorias não davam conta, tanto analítica como empiricamente, no que confere à Ciência Política, mais especificamente a Cultura Política, inclusive no que se refere às críticas ao institucionalismo, é que temos a abordagem de Almond e Verba (1989), através do trabalho acerca da Cultura Cívica da democracia, a partir da utilização de pesquisas de opinião pública, que servirão para solucionar a questão referente a evidências empíricas e a afirmação de que orientações subjetivas dos cidadãos seriam pertinentes para explicar a estabilidade do regime democrático (MOISÉS, 1995).

Nesse sentido, esta seção tem por objetivo apresentar o referencial teórico sobre Cultura Política, servindo de base para a análise dos dados empíricos dessa pesquisa, que será realizada nos capítulos seguintes.

Cultura Política é um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que norteiam o comportamento de um indivíduo ou grupo, em direção a um determinado posicionamento político. Conceitos como esses passaram a ser elaborados a partir da década de 1960, por autores como Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), que deram origem a uma abordagem culturalista da Ciência Política. A finalidade de seu trabalho era compreender fenômenos acerca da democracia que não eram passíveis de serem abrangidos tão somente pela vertente institucionalista.

A linha de pesquisa dominante até esse período fundamentava-se em estudos institucionalistas nos quais os pesquisadores tentavam explicar a estabilidade ou fragilidade do regime democrático por meio do bom ou mau funcionamento das instituições. No entanto, esses trabalhos não conseguiam solucionar questões

relacionadas ao fato de algumas sociedades terem instituições fracas e, contudo, permanecerem democráticas. De modo geral, não conseguiam compreender as conjunturas de cunho comportamental.

Como já foi mencionado, os precursores dessa nova perspectiva foram Almond e Verba que, em sua obra “Cultura Cívica”, publicada em 1963, procuraram entender o comportamento político dos cidadãos, a partir do seguinte conceito de “Cultura Política”:

The term political culture thus refers to the specifically political orientations – attitudes toward the political system and its various parts, and attitudes toward the role of the self in the system. We speak of a political culture just as we can speak of an economic culture or a religious culture. It is a set of orientations toward a special set of social objects and processes (ALMOND; VERBA, 1963, p. 13).¹²

Essas considerações sobre Cultura Política estariam embasadas em uma orientação psicológica dos objetos sociais, pois,

when we speak of the political culture of a society, we refer to the political system as internalized in the cognitions, feelings, and evaluations of its population. People are inducted into just as they are socialized into nonpolitical roles and social systems (ALMOND; VERBA, 1963, p. 14).¹³

Nesse sentido, Almond e Verba (1963) teriam construído um conceito de Cultura Política bem definido, ou seja, “um recorte bem determinado da realidade, isto é, as atitudes e orientações dos cidadãos a respeito da política” (MOISÉS, 1995, p. 86).

¹² O termo “cultura política”, conseqüentemente, se refere às orientações políticas específicas - às atitudes com direção ao sistema político e suas ramificações e às atitudes com direção a sua própria função no sistema. Nós retratamos a cultura política da mesma forma que retratamos uma cultura econômica ou uma cultura religiosa. Isto é, um conjunto de orientações com direção a um conjunto especial de objetos e processos sociais. (ALMOND; VERBA, 1963, p. 13)

¹³ Quando nós retratamos a cultura política de uma sociedade, nos referimos ao sistema político como “internalizado” nas cognições, sentimentos e avaliações de sua população. As pessoas são treinadas assim como elas são socializadas em funções e sistemas sociais apolíticos. (ALMOND; VERBA, 1963, p. 14)

Almond e Verba (1989) afirmam que Aristóteles, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville já haviam discutido tal tema, mas sem denominá-lo explicitamente de “Cultura Política”.

No estudo de 1963, Almond e Verba tentam entender, pela visão culturalista, qual é o papel da Cultura Política na manutenção do regime democrático, a partir de uma análise comparada, utilizando pesquisas de opinião em cinco países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México.

Esse conceito de Cultura Política, de acordo com Kuschnir e Carneiro (1999), está comumente presente nos estudos de comportamento político. A noção de Cultura Política está diretamente relacionada à definição de comportamento político e era inspirada nas teorias antropológicas onde “A Cultura Política era entendida aqui como uma articulação de padrões de comportamentos apreendidos socialmente através de processos de transmissão de tradições e ideias, sem qualquer determinação biológica” (Benedict *apud* Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 228). Kuschnir e Carneiro (1999) acrescentam ainda que o conceito de Cultura Política não pode ser dissociado da ideia de comportamento político.

Os estudos de Almond e Verba (1963) trouxeram para a análise da política a dimensão subjetiva, que vinha sendo rechaçada pelos estudos institucionalistas. Mas, de acordo com Ribeiro (2011), os eventos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial contribuem para que pesquisas fossem feitas para verificar as possibilidades de uma democratização em nível mundial. A preocupação voltava-se aos elementos que pudessem suscitar as perspectivas de sucesso e fracasso da democracia a partir da análise culturalista. Segundo Kuschnir e Carneiro (1999, p. 227), o objetivo de Almond e Verba (1963) “era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporâneas uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas”.

Os estudos de Almond e Verba (1963) não apresentaram apenas uma nova forma de verificação através de métodos estatísticos sistemáticos, mas foram também pioneiros em um trabalho interdisciplinar, pois a construção do conceito de Cultura Política desses autores foi embasada em diferentes áreas, como a história, a filosofia, a sociologia, a antropologia, a psiquiatria e a psicologia social (ALMOND e VERBA, 1963). Trouxeram para o estudo proposição de valores, sentimentos, crenças, as

quais consideravam relevantes para o estudo dos fenômenos democráticos no que tange ao comportamento político dos cidadãos.

Segundo Ribeiro (2011, p. 27),

os autores pretendem afirmar que instituições como o sufrágio universal e partidos políticos não são suficientes, ainda que sejam indispensáveis. Para além deste nível objetivo, seria necessária também a existência de uma cultura política congruente com esse arranjo institucional

Nesse sentido, Almond e Verba (1963) queriam examinar a coesão entre os valores, sentimentos e crenças e as instituições, ou seja, averiguar até que ponto o comportamento político dos indivíduos se acordava com o sistema político.

A partir do conceito de Cultura Política elaborado por Almond e Verba, Ribeiro (2011, p. 28) afirma que:

a cultura política de um país é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos, partilhada por seus membros. Esse padrão poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, neste caso específico tendo como referência os objetos políticos.

É em virtude desses padrões, ou seja, do contexto histórico que, conforme Kuschnir e Carneiro (1999), o período marcado pelo fim das ditaduras na América Latina e pelo início da redemocratização representou o princípio de novos estudos em muitos países recém democratizados. Os teóricos da Ciência Política voltaram seus estudos para esses países com o intuito de compreender as dificuldades encontradas por eles na consolidação da democracia.

A partir das considerações de Almond e de Verba (1963), outros trabalhos foram realizados em defesa dessa abordagem, pois os teóricos da Cultura Política confiavam na premissa de que esses novos conceitos permitiriam que demandas, como valores, normas e atitudes (que estavam sendo negligenciadas na compreensão do desempenho político) fossem consideradas ferramentas metodológicas de entendimento do comportamento e do sistema político.

Os primeiros trabalhos de Almond e Verba (1963) sofreram muitas críticas, sendo acusados de estabelecer um determinismo cultural em que o apoio ao sistema,

bem como a participação política e o desempenho das instituições, estariam atrelados à Cultura Política, como se a sustentabilidade da democracia estivesse, diretamente, ligada à Cultura Política de uma dada sociedade. Baquero e Prá (2007, p. 20) afirmam que Almond e Verba chegaram a “postular a necessidade de uma cultura cívica para manter um sistema democrático estável”. Esses autores acrescentam, ainda, que os autores entendiam que,

uma cultura cívica é fundamentalmente representada pela adesão da sociedade aos princípios básicos do credo democrático, confiança mútua, cooperação entre as massas e as elites e a difusão de sentimentos de moderação por parte da população e das classes políticas (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 20).

De acordo com José Álvaro Moisés (2008, p.17), Almond e Verba, tentando distanciar-se de tal determinismo, teriam adotado o:

suposto segundo o qual estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança.

Em virtude disso, novos estudos acerca do comportamento político têm sido realizados de maneira a considerar, tanto as instituições como a cultura, como variáveis influentes no comportamento político.

No entanto, por volta da década de 1970, os trabalhos acerca da abordagem culturalista perderam um pouco da sua notoriedade, tendo em vista que outra perspectiva passou a ser o foco de estudos de Ciência Política; a teoria “econômica” da política, essa tendo originado os estudos sobre a escolha racional. Essa linha de análise foi positiva no sentido de que trouxe, para a análise política, a interação entre política e economia; no entanto, foi negativa no sentido de que negligenciou os fatores político-culturais (MOISÉS, 1995).

Contudo, trabalhos como de Inglehart e Welzel (2009) buscam sanar tal déficit a partir de uma perspectiva de análise que, embora utilize os fatores econômicos como parâmetros de estudos políticos, apreciam igualmente o fator cultural.

Para Moisés (1995), o ponto não está na determinação de qual perspectiva é mais adequada ou quais fatores e variáveis são mais pertinentes (culturais,

institucionais, econômicos, instrumentais), pois para o autor todos os fatores têm sua importância, tendo em vista que se constituem como parte do fenômeno. Entretanto, não se pode negar a relevância da conexão causal da dimensão político-cultural na explicação do comportamento político.

A feição e a plasticidade atribuídas à estrutura política refletem necessariamente a cultura política, isto é, as disputas políticas, as concepções com que os atores participam delas e os padrões de comportamento que, herdados do passado ou transformados no presente, ajudam a moldá-las; o mais apropriado (MOISÉS, 1995, p. 96-97).

Esse debate, na Ciência Política, acerca da estabilidade do regime democrático, no que confere à Cultura Política, é foco de estudos no Brasil desde a redemocratização. As literaturas mais notórias têm sido orientadas pelas abordagens de Almond e Verba (1963). Devido ao grande número de pesquisas, o Brasil, segundo Baquero (2002), possui um vasto material a ser utilizado, como dados para futuras pesquisas acerca das atitudes e opiniões dos cidadãos brasileiros em relação à política. Essas informações podem ser encontradas em bancos de dados, como Pesquisa Mundial de Valores - World Values Survey; o Latinobarômetro e a Pesquisa Pan-Americana, entre outros, que seriam utilizadas para comparação macrossistêmica.

Os dados para estudos podem ser encontrados em centros de pesquisas e universidades. No Brasil, há, também, o Centro de Opinião Pública da Universidade de Campinas (BAQUERO, 2002). Os bancos de dados dispõem de informações qualitativas e quantitativas, o que favorece para que novos estudos sejam realizados, a fim de estabelecerem elementos importantes para o entendimento do comportamento político do cidadão brasileiro.

Dessa forma, as técnicas de produção de bancos de dados e de informações quantitativa e qualitativa, segundo Baquero e Castro (1996, p. 20) “permitem conhecer o comportamento do eleitorado e, em consequência, as relações existentes entre as opiniões sobre a democracia e a estabilidade democrática”. Argumentam ainda que, considerando que “existe uma relação dialética entre a predisposição para democracia e sua instalação e manutenção, torna-se imprescindível que se considere a opinião

pública como variável importante para a compreensão da estabilidade democrática” (BAQUERO e CASTRO, 1996, p. 20).

Entre os principais autores que defendem essa perspectiva, no Brasil, e se utilizam dos bancos de dados como subsídio para estudar as atitudes políticas dos brasileiros, incluem-se José Álvaro Moisés e Marcello Baquero, estabelecendo, assim, seus conceitos acerca da Cultura Política. Para José Álvaro Moisés (2008, p. 16), a “Cultura Política”

refere-se a uma variedade de atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afeta o envolvimento das pessoas com a vida pública (MOISÉS, 2008, p. 16).

Essa Cultura Política seria decorrência de processos de socialização, ou seja, a experiência política e não política das pessoas ao longo da vida adulta e pré-adulta (MOISÉS, 1995).

Moisés (2008), assim como Baquero e Prá (2007), defendem uma linha que discorda do determinismo cultural, no qual a estabilidade democrática seria dependente da Cultura Política. Os autores defendem uma influência mútua em que a Cultura Política pode modificar a estrutura institucional, enquanto o desempenho das instituições pode transformar a Cultura Política. Ou seja, as duas abordagens implicam efeitos no comportamento dos cidadãos e na maneira desses se relacionarem com o regime democrático.

Dessa forma, Baquero e Prá (2007, p. 19) definem Cultura Política como:

o conjunto de crenças e valores que os cidadãos incorporam ao longo do tempo, e sua capacidade de adaptar esses comportamentos numa perspectiva racional (não racionalista) para alcançar determinados objetivos ou aprender a sobreviver politicamente em condições materiais adversas (BAQUERO e PRÁ, 2007, p. 19).

Baquero e Prá (2007) alegam que a definição de Cultura Política de um grupo implica abranger o contexto histórico, ou seja, é necessário considerar todo o desenvolvimento histórico de uma determinada sociedade para, assim, conferir se

esses fatores cooperam ou não para a manutenção da democracia, das crenças e dos valores políticos voltados à manutenção da democracia.

É nesse sentido que tais teorias têm servido de subsídios teórico-metodológicos para analisar o comportamento político do cidadão brasileiro. Pesquisas recentes têm demonstrado que os brasileiros apresentam uma atitude política ambivalente. Por exemplo, os trabalhos de José Álvaro Moises (2008, 2010, 2010b) têm evidenciado que os brasileiros, embora estejam de acordo com o regime democrático podem apresentar insatisfação com a democracia, e/ou em algumas circunstâncias estão satisfeitos, mas, preferem um regime ditatorial ou tanto faz um regime ditatorial ou democrático.

A partir do que foi exposto acima, na dissertação será adotado o conceito de Cultura Política como sendo um conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que norteiam o comportamento de um indivíduo ou grupo em direção a um determinado posicionamento político, influenciado por sua conjuntura histórica, que se reflete na sua avaliação e participação política.

O presente debate foi realizado com a finalidade de auxiliar na compreensão dos dados sobre comportamento político de três raciais que formam o povo brasileiro: brancos, índios e negros.

2.2 - Democracia, apoio e satisfação

Até o momento, foi apresentado o conceito de Cultura Política e do comportamento político, bem como as duas possibilidades explicativas de análise ao regime democrático; no caso, a abordagem institucionalista e a abordagem da Cultura Política. Para além das suas diferenças e possíveis influências no comportamento dos brasileiros, consideramos aqui as influências mútuas entre essas teorias. Para melhor compreender a relação do acesso aos serviços públicos e o apoio e a satisfação com o regime democrático, consideramos a diferença racial dos grupos aqui estudados (brancos, índios e negros).

Tendo em vista uma possível relação entre o acesso aos serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia, é que se faz necessário discorrer acerca das variáveis explicativas atitudinais e comportamentais dos cidadãos brasileiros no que confere o apoio e a satisfação com as instituições e o sistema político democrático.

Este trabalho compartilha da posição de José Álvaro Moisés (2010a), que compreende que, ao analisar essas variáveis, não se pode negar que as abordagens culturalistas e institucionalistas de análise do comportamento político são mutualmente influenciáveis, negando assim tanto o determinismo institucionalista como o culturalista.

Nesse sentido, entende-se que a relação e a experiência dos cidadãos com as instituições públicas podem influenciar na avaliação que os cidadãos fazem do desempenho do governo e refletir no seu apoio. Do mesmo modo que a Cultura Política dos cidadãos pode influir no apoio dos indivíduos à democracia. Nesse sentido, ambas as teorias, institucionalista e culturalista, interferem na relação dos cidadãos com a democracia,

considera-se que a combinação de orientações valorativas e orientações pragmáticas – derivadas do julgamento do desempenho das instituições – cria o ambiente em que se definem as atitudes e as percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político (MOISÉS, 2010a, p. 78).

Para isso, iniciaremos essa seção por apresentar a discussão acerca do que é o regime democrático de modo, a saber, de que sistema político se está tratando e o que significa sua manutenção e apoio. Em seguida, traremos o debate acerca das variáveis de apoio e satisfação com a democracia.

2.2.1 - Democracia

Para compreender o comportamento político dos brasileiros e, sendo o Brasil um país democrático, é preciso entender o conceito de democracia. O Brasil é um país jovem no que tange ao sistema democrático, pois, desde que se tornou

República, em 1889, passou por diversas fases (democratização, ditadura e redemocratização) e a última transição ocorreu após a ditadura de 1964, que terminou em 1985 (MOISÉS, 2008). A partir de então, vive-se em uma fase democrática, denominada por Samuel Huntington (1994) de “terceira onda”¹⁴.

Após a terceira onda democrática, a maioria dos países do globo passou a preferir a democracia à outra forma de sistema político (GALLUP INTERNACIONAL, 2005), impulsionados por amplas perspectivas nesse regime. Perspectivas essas, presentes no trabalho do cientista político Francis Fukuyama (1992), “O fim da história e o último homem”, haja vista a crise do socialismo e o avanço da democracia, o capitalismo e o liberalismo econômico. Nesse sentido, o modelo democrático, comparado ao modelo em crise, seria o mais adequado. O próprio autor Fukuyama (1992) argumenta que a democracia viria acompanhada do liberalismo econômico seguido da liberdade de oportunidades para conquista de objetivos.

Detemo-nos, então, no conceito de democracia entendido como um regime em que a soberania é exercida pelo povo; conceito compreendido como “o governo do povo, para o povo, pelo povo”. Esse conceito, segundo Sartori (*apud* CASTRO e BAQUERO, 1996) é polissêmico e por esse motivo instiga o debate. De modo geral, o conceito de democracia está ligado à soberania popular e à legitimidade de eleições para a escolha do representante, do governo. Desse modo, há abordagens consideradas minimalistas e procedimentais, conforme segue a ideia abaixo.

Minimalista, no caso de Schumpeter, que para conceituar o regime democrático construiu o modelo elitista, na sua obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia” (1961), a partir da analogia entre campo político democrático e o campo econômico. Compreende que “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir uma luta competitiva pelo voto do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 328).

Schumpeter (1961) constrói um modelo elitista, baseado no governo parlamentar da Inglaterra, em que ressalta o papel do líder no governo democrático.

¹⁴ A “terceira onda: a democratização no final do século XX”, segundo o cientista político Samuel Huntington, teria seu marco entre 1974 e 1990. Nesse período, 30 países da Europa, Ásia e América Latina teriam mudado de um regime ditatorial para um regime democrático. Essa mudança de regime teve como fatores influentes a insatisfação com o regime vigente, o ditatorial, o que gerou uma queda de legitimidade e favoreceu o apoio da população ao regime democrático (HUNTINGTON, 1994)

Para que o método seja mais realista e satisfatório, seria preciso superar o ideal de vontade geral. O processo se daria, basicamente, pela luta competitiva; a concorrência definirá a democracia e a livre concorrência pelos votos dos eleitores. O método eleitoral nada mais é que o mecanismo para obter a liderança. No entanto, no método democrático, todos são livres para concorrerem à liderança. “O princípio da democracia determina que as rédeas do governo devam ser entregues àqueles que contam com o maior apoio que outros indivíduos ou grupos concorrentes” (SCHUMPETER, 1961, p. 332). Nesse sentido, a função do eleitorado é formar o governo e poder dissolvê-lo. No que tange à vontade do povo limita-se à vontade da maioria.

A partir destas ideias, o autor constrói seu princípio democrático baseado no elitismo, em que a eleição tem como finalidade a escolha da liderança, que seria o primeiro ministro. O líder ou figura da liderança não precisa necessariamente ser dotado de qualidades específicas para liderança ou já ser um líder. Da mesma forma que o eleitorado não forma o governo, mas um órgão intermediário, o parlamento, esse sim, terá essa função, e elegerá o primeiro ministro.

Nesse princípio elitista, não há muitas funções para o eleitorado, visto que ele não decide nada além de seus representantes, não escolhe seu candidato ao executivo por sua própria iniciativa, de forma racional e crítica. Como já foi dito antes, a partir dessa visão elitista, as pessoas, em geral, não teriam a responsabilidade de avaliar as informações e fazer a melhor escolha, pautada na causa-efeito. Durante as eleições, são apresentados diversos candidatos aos eleitores e esses têm a tarefa de escolher a candidatura de sua preferência e recusar outras. Em síntese, o eleitor deve aceitar um dos candidatos. De acordo com Moisés (2010), Schumpeter define a democracia apenas como um método de escolha de governo dentre as elites disponíveis.

Para complementar a definição de Schumpeter, seu seguidor Robert Dahl (1997), teórico pluralista, realizou um trabalho que os críticos consideram procedimentalista, trazendo para a definição de democracia perspectivas que foram negligenciadas por Schumpeter, como o debate acerca do sufrágio universal. No entanto, segundo Carole Pateman (1992), ele não defende o máximo de participação popular para exercer o “controle”, visto que a maioria da população seria

desinteressada em participar da política. Poucas pessoas aproveitariam essas oportunidades, então, uma elite ocuparia esse espaço de tomar as decisões. A competição eleitoral selecionaria as lideranças através do voto para representarem a população. Embora seja perceptível o aumento da participação da população no processo de decisão política, na teoria da democracia de Dahl, a regra é a mesma de Schumpeter, pois o método democrático se resume ao processo eleitoral da mesma forma que a participação dos cidadãos de uma sociedade na política (PATEMAN, 1992).

A participação da população na teoria de Dahl (1997) promoveria a igualdade política que se apresenta com o sufrágio universal. No entanto, não deve ser confundida com igualdade de oportunidade em influenciar nas tomadas de decisões ou pensar que podem ter suas demandas atendidas. Ou seja, o voto universal não corresponde à igualdade de poder, já que o controle estaria na competição.

Robert Dahl, afirma que a democracia configura uma sucessiva capacidade do governo em responder adequadamente as prioridades de seus cidadãos, ajuizados como politicamente semelhantes (DAHL, 1997). Para que isso ocorra, todos os cidadãos têm oportunidade plena de formular preferências, expressar suas preferências a outros cidadãos e ao governo, através da ação individual coletiva e ter suas preferências, igualmente, consideradas pelo governo, sem discriminação, independente do conteúdo. No entanto, só essas condições não seriam suficientes para chegar a um número grande de pessoas (DAHL, 1997).

Isso porque Dahl (1997), ao analisar diferentes regimes, de acordo com suas condições, percebeu que alguns países, mesmo com o sufrágio universal, se apresentavam repressivos e não aceitavam a oposição. Observou ainda outros que, embora apresentassem limitação no direito dos cidadãos em votar, toleravam a contestação pública. Toda discussão que Dahl faz é em torno do fato de acreditar que os modelos contemporâneos de democracia existentes não dão conta dos modelos complexos que não se encaixam nessa estrutura hegemônica, mas que ainda assim se mantêm. Nessa discussão, ele traz um novo modelo denominado poliarquia.

O objetivo de Dahl (1997) é mostrar que regimes diferentes têm consequências diferentes e que não se pode pensar apenas em um modelo homogêneo ou misto, mas considerar a presença do diferente. Enfim, ele busca a

diminuição dos obstáculos e o aumento da contestação pública, além do aumento da população capacitada a participar, para assim promover a transformação da hegemonia para a poliarquia.

A partir desse marco geral da literatura acerca da definição da democracia, Moisés (2010) argumenta que se construiu uma conformidade literal de que a democracia

se define pelo princípio da cidadania, ou seja, pela ideia de que os “cidadãos”, como membros da comunidade política, são iguais entre si e devem ser reconhecidos e tratados como tais; além das garantias civis e políticas fundamentais implicadas por essa definição, e destinadas a assegurar a liberdade e a autonomia plena do indivíduo em face do Estado, isso implica também em articular as dimensões de “contestação” e de “participação” (MOISÉS, 1995, p. 370)

No entanto, tais preceitos necessitariam abranger as seguintes regras: 1) a participação de todos os indivíduos adultos da comunidade política em todos os níveis do processo de formação do governo; 2) garantia da vontade da maioria por meio de eleições periódicas e regulares, para decisões da comunidade política e para a escolha de representantes, governo; 3) segurança de acesso a todos, (indivíduos, grupos, organizações) aos organismos que abrangem deliberações importantes para a comunidade política; 4) amparo do princípio de liberdade a partir da garantia de que as minorias não serão perseguidas e que possam virar maioria; 5) admitir a legitimidade de conflitos de interesses e identidades, como econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos, de raça, sexo e meio ambiente, admitindo também o direito a associar-se e organizar-se para defender seus ideais e 6) garantia do princípio da separação dos poderes e a sujeição das esferas a mecanismos de controles públicos. (MOISÉS, 1995)

Embora haja um consenso de que a definição de democracia seja composta pelos critérios citados acima, Moisés (1995) afirma que existe uma deficiência no que tange ao funcionamento das instituições democráticas quanto à sua articulação com os padrões de intercâmbio político, atitudes e comportamentos. É preciso incorporar a dimensão relativa à tradição e cultura política, a fim de incluir na definição de democracia a presença de valores e padrões político-culturais.

Nesse sentido, “a democracia efetiva mede o grau de uma sociedade, não apenas goza de liberdades no papel, mas também o grau em que essas liberdades são realmente praticadas pelo estado e suas autoridades” (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 236).

A democracia não é simplesmente o resultado de barganhas inteligentes das elites e engenharia constitucional. Ela depende de orientações profundamente enraizadas entre as próprias pessoas. Essas orientações as motivam a exigir liberdade, direitos civis e políticos efetivos e governos genuinamente responsivos, e a exercer vigilância permanente para assegurar que as elites governantes permaneçam responsivas. A democracia genuína não é simplesmente uma máquina que, uma vez montada, funcionará eficientemente por conta própria. Ela depende das pessoas.

A democracia não se limita à institucionalização de liberdades civis e políticas, como o direito ao voto e à livre expressão, tampouco o público deve ser visto como um expectador passivo do processo. O coração da democracia está conexo com o fato dela vislumbrar o poder do povo em vez de conjeturar as escolhas constitucionais de uma elite erudita. As liberdades civil e política devem ser definidas pelo espaço de escolha do qual as pessoas dispõem para moldar sua vida de acordo com seus próprios valores. Uma democracia deve ser efetiva, ou seja, precisa ser regida por governantes que prestem serviços aos cidadãos e que assegurem seus direitos, combatendo corrupção, privilégios, nepotismo e clientelismo (INGLEHART e WELZEL, 2009).

2.2.2 - Satisfação e Apoio

Como sabemos, o século XX foi marcado pela instauração do regime democrático em diversos países que estavam regidos pelo sistema ditatorial há muito tempo, século esse que apresentou a “terceira onda” democrática (HUNTINGTON, 1991). Tendo surgido um grande número de democracias, a preocupação dos estudiosos do tema estava na sua sobrevivência e no papel político dos cidadãos, no que corresponde à legitimidade conferida às instituições, bem como a constituição durável de um apoio atitudinal por parte dos cidadãos ao vigente regime democrático (GUNTHER e MONTEIRO, 2003).

No entanto, os estudos têm sido norteados pelas diferenças conceituais e empíricas entre o apoio e a legitimidade no que tange à sustentação do regime democrático (EASTON, 1974; GUNTHER e MONTEIRO, 2003; MENEGUELLO, 2010), visto que, em algumas democracias recentes, como é o caso do Brasil, é possível que os cidadãos estejam insatisfeitos com o desempenho do governo. Contudo, podem apoiar a democracia, mas, em alguma circunstância, preferir um governo ditatorial, fenômeno denominado ambivalente (MOISÉS, 2010a).

Podemos verificar, nos trabalhos de Moisés (2010a, 2010b, 1995) e Baquero (2003), que os brasileiros, embora prefiram a democracia a outro regime, estão insatisfeitos com a performance do governo, o que configura um paradoxo nesse processo de redemocratização, já que a legitimidade do regime está atrelada à eficiência do mesmo em atender as demandas sociais, logo a insatisfação colocaria em cheque sua sustentação. Mas não é o que ocorre, pois, embora os cidadãos brasileiros estejam insatisfeitos e desconfiados com o comportamento dos políticos e com o funcionamento das instituições, ainda assim eles apoiam a democracia.

Para Rachel Meneguello (2010), a questão está no fato da descontínua tradição democrática, tendo em vista que alguns países da América Latina, assim como o Brasil, passaram por longos períodos ditatoriais. Isso teria influenciado o comportamento dos cidadãos no que confere o seu comportamento de adesão ao sistema e até mesmo pela desconfiança identificada em relação às instituições públicas.

Meneguello (2010) acrescenta ainda que, a partir das considerações de Easton (1975) e Norris (1999), essa conjuntura conceitual pode gerar um contrassenso em relação ao apoio à democracia, pois pode ocorrer um fenômeno que eles designam de *combinações incompletas*, já que o aumento de informação sobre os significados da democracia e a sua crescente estima ficaria vinculado a um crescente indicador de desconfiança institucional. Do mesmo modo, ocorreria um aumento da estimativa negativa sobre o funcionamento do regime no país. Isso porque o apoio à democracia seria multidimensional, pronunciando, dessa forma, que o apoio está atrelado às instituições e às autoridades, ao sentimento de comunidade política, à presença de valores normativos acerca do sistema e das avaliações públicas no que tange ao funcionamento dos governos democráticos.

Meneguello (2010, p. 142) conclui em seu trabalho acerca da adesão dos brasileiros à democracia que “a legitimidade do regime democrático se estabelece, para os brasileiros, sobre referências idealistas e reflete uma preferência definida pela convicção na comparação de experiências de regimes distintos, a democracia e a ditadura”.

Algumas democracias não duraram muito tempo, com o surgimento da terceira onda de democratização. Por esse motivo, autores como Linz e Stepan defendem a teoria de que a consolidação da democracia se daria sob o ponto de vista das atitudes, ou seja, quanto maior o apoio da população aos procedimentos e instituições democráticas, maiores serão as forças democráticas (GUNTHER e MONTEIRO, 2003).

No entanto, o inverso significa que a falta de adesão da população ao desempenho do governo e às instituições podem corresponder a riscos ao sistema democrático, comprometendo seu apoio difuso, logo, sua legitimidade. Pois segundo Meneguello (2010), a valorização da ação política e das instituições representativas são alguns dos aspectos potencialmente relacionados à valorização do sistema.

Nesse sentido, existem duas vertentes teóricas acerca do estudo sobre a adesão à democracia. Uma considera o apoio um tipo ideal, defendido por Gunther e Montero (2003), Meneguello (2010), Easton (1975), em que a legitimidade democrática é a crença que os cidadãos teriam de que é preferível a democracia a outro regime e suas instituições a outro sistema político, sob a justificativa de que esse seria o mais adequado.

Nessa vertente, segundo Meneguello (2010), a adesão à democracia está ligada à legitimidade política, sendo uma dimensão separada e não causal no que confere a avaliação e o desempenho do regime e das suas instituições.

Outra abordagem está relacionada à forma de adesão ao regime democrático a partir das experiências dos cidadãos às duas possibilidades de adesão: a “real”, a partir da sua experiência empírica com a ditadura militar e a possibilidade de apoio, e a “ideal”, no que eles esperam do regime democrático. Encontramos o estudo dessa abordagem nos trabalhos de Rose e Mischler (*apud* MENEGUELLO, 2010), pois os autores fazem uma análise da experiência de transição entre o regime ditatorial e o

democrático, experimentados pelos cidadãos, tendo em vista que esses cidadãos, ao fazerem a escolha pela democracia, o fazem ponderando os prós e os contras de uma vivência empírica de um regime ditatorial. Assim, o estudo atitudinal é baseado em ambos os regimes.

Essa abordagem seria aplicável a estudos no Brasil após o período de redemocratização, iniciado em 1985, permitindo que pesquisadores como Meneguello (2010) realizem análises atitudinais das experiências dos brasileiros acerca dos dois sistemas políticos.

Teóricos como Przeworski, Fuchs e Klingemann, segundo Gunther e Monteiro (2003), atribuem o fator condicionante da sobrevivência da democracia ao desenvolvimento econômico. Períodos de desenvolvimento econômico favoreceriam a manutenção da democracia, enquanto que situações de crise promoveriam uma insatisfação com o regime, abalando sua sobrevivência.

No entanto, Gunther e Monteiro (2003) demonstram que se esse fosse um fator determinante, democracias ocidentais, iniciadas em um momento de crise econômica, não teriam se estabelecido. Ribeiro (2011) afirma ainda que tais teorias seriam deterministas e que o caminho mais apropriado para um estudo seria o do debate acerca das relações causais entre a economia, a cultura política e as instituições democráticas, o que ele realiza em seu trabalho sobre “Valores pós-materialistas e Cultura Política no Brasil” de 2011.

Gunther e Monteiro (2003), questionando essas teorias, trouxeram um estudo acerca da consolidação democrática espanhola. Nele, os autores trazem três dimensões para o estudo, tendo em vista que, segundo eles, apenas uma dimensão não seria suficiente para explicar tal fenômeno democrático. Justamente porque, segundo eles, a democracia espanhola teria se consolidado em um período de crise econômica, indo de encontro às teorias que afirmavam que a consolidação da democracia dependeria da situação econômica do país. Durante 20 anos de estudo, os autores perceberam empiricamente que as atitudes eram constituídas por mais de uma dimensão, que eles chamaram de:

legitimidade democrática, ou apoio difuso ao sistema (para usar a terminologia de Easton); a satisfação com o desempenho, ou seu antônimo, “insatisfação”; e um terceiro conjunto de orientações atitudinais que podem

ser vistas como parte de uma ampla síndrome de indiferença política (GUNTHER e MONTEIRO, 2003, p. 3)

A partir disso, Gunther e Monteiro (2003) buscaram examinar em que medida a legitimidade democrática (apoio difuso) seria resultado da satisfação /insatisfação com o desempenho das instituições democráticas e, consecutivamente, com a situação econômica.

Os autores ainda sustentam que a legitimidade democrática e a satisfação são diferentes no que se refere a dados empíricos e teóricos. Entendem que avaliar a eficácia do sistema e a satisfação em relação ao desempenho das instituições é diferente de apoiar a democracia. Gunther e Monteiro (2003), assim como Easton (1974), percebem que existem problemas na apresentação desses fatores em algumas literaturas, por considerarem apenas o apoio como um único domínio atitudinal, ou seja, única dimensão, e isso devido ao fato de ocorrer uma falta de clareza conceitual para com os indicadores de apoio, entendendo que apoio político e satisfação com a democracia seriam equivalentes e análogos à legitimidade.

Easton, em seu trabalho “A re-assessment of the concept of Political Support” (1974), discute acerca do conceito de apoio político, bem como sua utilização empírica e os problemas surgidos com a sua prática. Considerando que já havia um vasto estudo sobre apoio político, David Easton (1974) propõe-se a realizar uma reavaliação conceitual acerca do apoio político. Percebendo a complexidade do conceito e a sua abrangência, o autor optou por abordar apenas aspectos referentes ao apoio específico e difuso, utilizando dois objetos: autoridades políticas e regime.

Para David Easton (1974, p. 436), apoio seria

Implicit in such overt behavior, however, are certain underlying attitudes. One person is unlikely to support another in the senses mentioned here unless at the same time he is favorably disposed towards him. In other words, the key attitude associated with support would be of an evaluative sort. If we now broaden the term to include negative as well as positive evaluations, we can describe support as an attitude by which a person orients himself to an object either favorably or unfavorably, positively or negatively. Such an attitude may be expressed in parallel action. In short, in its common usage support refers

to the way in which a person evaluatively orients himself to some object through either his attitudes or his behavior.¹⁵

No entanto, o apoio, segundo o autor, não se constitui em um só elemento, podendo variar conforme suas especificidades, visto que determinadas avaliações podem estar pautadas nas ações das autoridades políticas e outras relacionadas a aspectos básicos do sistema. É nesse sentido que David Easton traz a discussão acerca das distinções entre apoio específico e apoio difuso.

O apoio específico está relacionado à satisfação dos membros de um sistema em relação ao desempenho e resultados alcançados por suas autoridades. Esse apoio específico é relacionado ao objeto (decisões, declarações, estilo das autoridades). As pessoas podem ter consciência das autoridades como classe (ou grupo indiferenciado), e são capazes de ter o conhecimento dos responsáveis pelas ações e decisões tomadas diariamente em nome do sistema político, sem que isso implique no conhecimento individual de cada autoridade, ou seja, referir nomes e colocações (EASTON, 1974).

A satisfação com o desempenho ou seu antônimo, “insatisfação”, é descrita como sendo a avaliação da eficácia do sistema e da satisfação com o desempenho das instituições democráticas (GUNTHER e MONTEIRO, 2003). Entendem a insatisfação política como uma expressão de descontentamento da crença de que a performance do governo ou do sistema político não está cumprindo os anseios dos cidadãos (GUNTHER e MONTEIRO, 2003).

Para que o conceito de apoio específico seja estimado, é preciso considerar dois aspectos: primeiro, da suposição de que as pessoas, mesmo que vagamente, possam conjeturar uma relação entre suas necessidades, desejos e o segundo ponto, ao comportamento das autoridades. Essa relação tem que se constituir de forma

¹⁵ Implícitas num comportamento aberto, entretanto, são algumas atitudes fundamentais. É improvável que uma pessoa dará apoio a outra nos sentidos mencionados aqui, a não ser que ao mesmo tempo ela seja propensa a outra pessoa de forma favorável. Em outras palavras, a principal atitude associada com o apoio pode ser de um tipo avaliativo. Se nós ampliamos neste momento o termo a incluir tanto as avaliações negativas como as positivas, nós podemos descrever o apoio como uma atitude em que a pessoa se orienta para fazer uma objeção, seja ela favorável ou não favorável, positivamente ou negativamente. Esta atitude pode ser expressada em ação paralela. Em suma, no seu uso comum, o apoio se refere à forma em que cada pessoa se orienta de forma avaliativa a algum objeto, seja por suas atitudes ou por seu comportamento (EASTON, 1964, p. 436).

causal; é preciso que as pessoas consigam entender que a realização das suas necessidades e demandas está conexas às autoridades, de alguma maneira. Ou seja, devem culpar ou elogiar as autoridades em relação ao seu desempenho. Nesse sentido, as autoridades serão avaliadas conforme o cumprimento das demandas. Easton (1974), quando se refere às autoridades, está incluindo todos os funcionários públicos, executivos, legislativos, juizes, administradores, policiais, assim como instituições.

Então, sobre o apoio específico,

The point here is that members are probably capable of engaging in reality or in a certain rational calculus testing about the relevance to their own needs and demands of actions taken by the authorities. Evaluations of the authorities are likely to be shaped in some degree by experiences of this sort. This represents one of the forms that specific support can take (EASTON, 1974, p. 438).¹⁶

O apoio específico corresponde à dimensão da satisfação abordada por Gunther e Montero (2003), que os autores entendem como uma avaliação do desempenho de um governo que, caso não corresponda a seus anseios de superar os problemas, pode gerar o seu antônimo, a insatisfação política.

Porém, a avaliação não está limitada à estimativa negativa ou positiva do comportamento e desempenho explícito da autoridade. Ela pode ocorrer a partir de um julgamento generalizado das ações do mesmo.

Em resumo,

specific support has the following properties. It is directed towards the political authorities and authoritative institutions. It assumes that members have sufficient political awareness to be able to associate satisfaction and dissatisfaction with the perceived behavior of these authorities, whether the behavior is in the form of identifiable actions or some attributed general performance. Specific support is possible only under conditions in which the culture permits the members to entertain the notion that the authorities can be held responsible for what happens in the society. Finally, this kind of support

¹⁶ A questão aqui é a de que os membros são, provavelmente, capazes de se engajar numa realidade ou em certo teste de cálculo racional acerca da relevância de suas próprias necessidades e demandas de ações tomadas pelas autoridades. As avaliações das autoridades são propensas a serem moldadas em algum grau de experiência deste tipo. Isto representa uma das formas que um apoio específico pode tomar (EASTON, 1974, p. 438).

varies with perceived benefits or satisfaction. When these decline or cease, support will do likewise (EASTON, 1974, p. 439).¹⁷

Tal divisão teórica tem recebido críticas, baseadas no fato de que mesmo em democracias com um alto índice de alfabetização e participação política, não se percebe uma autonomia na tomada de decisão por parte dos indivíduos, no sentido de desenvolver uma consciência política capaz de vincular suas demandas às práticas, ações políticas (EASTON, 1974).

Outra crítica ao apoio específico está atrelada a barreiras da sua medição, ou seja, a dificuldade em mensurar esse apoio. Visto que é preciso descobrir o sentimento dos membros de uma população, verificando se eles se sentem satisfeitos ou insatisfeitos com o desempenho das autoridades, no caso, com os resultados do governo.

Para David Easton (1974), isso não seria um problema, pois já existiriam estudos que utilizaram técnicas de avaliação de distribuição e intensidade dos tipos diferentes de apoio, em que os indicadores foram arquitetados ao longo da pesquisa.

No que se refere ao conceito de apoio difuso, David Easton afirma,

diffuse support is to say that it refers to evaluations of what an object is or represents - to the general meaning it has for a person - not of what it does. It consists of a 'reservoir of favorable attitudes or good will that helps members to accept or tolerate outputs to which they are opposed or the effects of which they see as damaging to their wants. Outputs and beneficial performance may rise and fall while this support, in the form of a generalized attachment, continues. The obverse is equally true. Where support is negative, it represents a reserve of ill-will that may not easily be reduced by outputs or performance (EASTON, 1974, p. 444).¹⁸

¹⁷ O apoio específico possui as seguintes propriedades. Ele é dirigido pelas autoridades públicas e instituições autoritárias. Assume-se que os membros possuem consciência política suficiente para serem capazes de associar satisfação e insatisfação com o comportamento notado destas autoridades, seja o comportamento em forma de ações identificáveis ou as mesmas performances gerais atribuídas. O apoio específico é possível apenas sob as condições em que a cultura permite que os membros cogitem a noção de que as autoridades podem ser mantidas responsáveis pelo que ocorre na sociedade. Finalmente, este tipo de apoio varia com os benefícios ou satisfações notadas. Quem eles decaem ou cessam, o apoio decairá ou cessará da mesma forma (EASTON, 1974, p. 439).

¹⁸ O apoio difuso faz referência às avaliações do que um objeto é ou representa - ao significado geral que ele possui para uma pessoa -, não do que ele faz. O apoio consiste de um receptáculo de atitudes ou boa fé favoráveis que ajuda os membros a aceitarem ou tolerarem os rendimentos em que eles são contrapostos ou os efeitos que eles veem como danosos às suas vontades. Os rendimentos e performances benéficas podem crescer e cair enquanto esse apoio continua em forma de um anexo generalizado. O observado é igualmente verdadeiro. Enquanto o apoio é negativo, ele representa uma

Sendo assim, apresenta entre as suas propriedades um apoio com maior durabilidade em relação ao apoio específico, além de ser independente de *output* e desempenhos de curto prazo. Por conceber, ao apoio difuso, um apego aos objetos políticos, ele não é facilmente retirado, se caso ocorrer uma insatisfação em relação ao desempenho do governo. Entretanto, o autor ressalta que o apoio difuso não está livre de um processo de frustração e agressão, ou seja, podem incidir circunstâncias em que aconteça uma frustração brusca das expectativas, afetando os membros de um sistema no que tange à sua lealdade, provocando a queda do apoio difuso.

O apoio difuso seria o sustentáculo que ampara o regime na sua totalidade e da comunidade política. Outra propriedade do apoio difuso está no fato de que ele surge de duas fontes: da infância e prossegue na socialização adulta e na experiência direta. O apoio difuso, estabelecido a partir da experiência, permite que os membros julguem valorativamente os objetos (autoridade e regime) a seu próprio bem. Essa transação pode ter efeito de avaliações de medidas e desempenho em longo prazo. As orientações podem estar atreladas inicialmente a demandas particulares, no entanto, com o tempo, tendem a se separar do desempenho, convertendo-se em atitudes generalizadas para com as autoridades e outros objetos políticos.

O fato ocorre quando um membro mantém um compromisso ideológico, tendo em vista que a aderência a uma ideologia configura uma expectativa para o futuro produto, convertendo-se em estimativa racional acerca dos arranjos políticos, metas e instituições. Nesse caso, as crenças em relação à política, no que tange ser correto ou não, se constituem com a própria experiência do indivíduo acerca da avaliação da conjuntura política. Assim, o apoio difuso seria baseado na experiência direta que pode variar de forma independente a demandas individuais e socializações de cada indivíduo.

Gunther e Monteiro (2003) citam que muitos autores fazem críticas a essas considerações, alegando uma excessiva valorização à socialização na infância, dando a entender que o apoio difuso seria uma simples acumulação de atitudes do apoio

reserva hostil que pode não ser reduzida facilmente por rendimentos ou performances (EASTON, 1974, p. 444).

específico ao longo do tempo. Os autores (2003) discordam que a diferença entre apoio específico e apoio difuso seja espúria, mas também não veem uma relação natural de satisfação com o desempenho das instituições a partir dessa acumulação de experiência de desempenho ao longo da vida. Discordam dessa correlação, justamente porque entendem que a legitimidade democrática e a satisfação são dessemelhantes no que confere a seu conceito e empirismo.

Easton (1974) argumenta que o apoio difuso é mais bem interpretado multidimensionalmente e isso permite uma melhor compreensão do seu conceito. E para entender melhor as consequências sistêmicas do apoio difuso, o referido autor faz o fracionamento de seus componentes (significados). Ou seja, o apoio difuso se apresentaria de duas formas: a confiança contra a desconfiança e a crença na legitimidade política dos objetos.

A confiança para Gamson seria,

'the probability... that the political system (or some part of it) will produce preferred outcomes even if left untended. In other words, it is the probability of getting preferred outcomes without the group doing anything to bring them about. They or others may do things to influence this probability...' (GAMSON *apud* EASTON, 1974, p. 447).¹⁹

Dessa forma, os indivíduos confiam que seus interesses individuais serão atendidos; no caso, suas demandas, sem que seja obrigatória uma fiscalização direta. Nesse caso, teríamos uma confiança simbólica no regime de um país, tendo o governante uma liberdade para tomar decisões sem ter que consultar previamente os cidadãos e os controladores dos recursos, a cada decisão. Seria impossível a uma autoridade governar e tomar suas decisões diárias no sistema político sem essas condições de confiança. Sem esse apoio difuso, a única forma de governo seria o autoritário.

A confiança pode ser adquirida pela socialização, por meio de seu sentimento de dever cívico, como também pode ser instigada pela experiência que os indivíduos

¹⁹ “a probabilidade... de que o sistema político (ou parte dele) vá produzir os resultados preferidos, mesmo se for abandonado. Em outras palavras, é a probabilidade de conseguir os resultados preferidos sem que o grupo faça nada para fornecer estes resultados. Eles ou outros podem fazer algumas coisas para influenciar nesta probabilidade...” (GAMSON *apud* EASTON, 1974, p. 447).

de uma sociedade têm em relação à gestão de algumas autoridades ao longo do tempo. Nesse caso, as decisões e o desempenho dos governantes podem aos poucos alentar ou desestimular o sentimento de confiança de cada pessoa. Em longo prazo, esse sentimento de confiança dissocia-se da relação com as autoridades (decisões e desempenho), vindo a configurar um sentimento autônomo e generalizado no que tange às autoridades e ao regime.

A outra forma, mencionada por Easton, do apoio difuso é a crença na legitimidade de objetos políticos que é

defined as the conviction 'That it is right and proper... to accept and obey the authorities and to abide by the requirements of the regime. It reflects the fact that in some vague or explicit way (a person) sees these objects as conforming to his own moral principles, his own sense of what is right and proper in the political sphere' (EASTON, 1974, p. 451).²⁰

Nesse sentido, Easton (1974) afirma que a natureza positiva da crença na legitimidade traz uma obrigação implícita no dever de aceitar como legítimas as ações daqueles considerados legítimos pelos cidadãos, podendo igualmente ocorrer o oposto.

A legitimidade para Di Palma (*apud* MOISÉS, 1995, p. 57) é o “comportamento compassivo”, ou seja, a aceitação mais ou menos submissa das normas políticas que radicam nas vantagens de pactuar; a adesão dos atores ao regime democrático seria automática (e, acrescenta-se, mecânica) ”.

Do mesmo modo, Easton (1974) demonstra que se inclui ao conceito de legitimidade outro significado, o do compromisso, sendo esse considerado uma dimensão distinta da confiança e da legitimidade. O compromisso seria

complex of attitudes involved in commitment to an institution. Commitment is defined as a willingness to maintain and defend the structures or norms of a regime even if they produce unfavorable consequences (BOYNTON; PETERSON e HEDLUND *apud* EASTON, 1974, p. 451).²¹

²⁰ Definido com a convicção “De que isto é correto e apropriado... para aceitar e obedecer as autoridades e para aceitar os requerimentos do regime. Isso reflete no fato de que, de alguma forma vaga ou explícita, (a pessoa) vê estes objetos em conformação com seus próprios princípios morais, seu próprio bom senso do que é correto e apropriado na esfera política” (EASTON, 1974, p. 451).

²¹ Complexo de atitudes envolvidas em compromisso com uma instituição. O compromisso é definido como a boa vontade de manter e defender as estruturas ou normas de um regime, mesmo se ele

Para Easton, a legitimidade, nesse sentido, representaria esses sentimentos que estão nas pessoas acerca das regras políticas e das instituições que ultrapassam sua relação de satisfação particular. Do mesmo modo, Gunther e Monteiro (2003), a partir das leituras de Linz (1988, 1977a), conceituam legitimidade como sendo a crença que os cidadãos têm de que o regime democrático e suas instituições seriam o melhor e o mais adequado regime.

Gunther e Monteiro (2003) acrescentam ainda, ao estudo das dimensões do apoio, a indiferença política dita por eles como sendo a terceira dimensão, de acordo com as leituras que realizaram da obra de Di Palma. Eles apresentam alienação ou afastamento dos cidadãos em relação às instituições políticas, seguindo alguns indícios de desinteresse pela política, sentimento de ineficácia pessoal, desconfiança, certeza de que as elites políticas não se importam com o bem-estar do restante da sociedade, além de sentirem-se alienados do sistema político. Partilham igualmente de um sentimento de insatisfação/descontentamento, referente a um sentimento negativo em relação à política, mas que não é o mesmo que insatisfação (visto que a insatisfação seria resultado de uma atitude do governo, ou seja, o modo negativo da ação positiva esperada). Já a indiferença política é uma visão desconfiada da política, ela faz parte de um momento do processo de socialização e é mais resistente.

A indiferença política seria a alienação ou o afastamento de indivíduos de uma sociedade de suas instituições políticas. Essa atitude é caracterizada pelo desinteresse pela política, sentimento de ineficácia pessoal, desconfiança. A indiferença é identificada em um dado momento do processo de socialização e é mais resistente às mudanças (GUNTHER e MONTEIRO, 2003).

No estudo acerca das consequências comportamentais e as implicações teóricas das dimensões abordadas, na Espanha, Gunther e Monteiro (2003) perceberam que enquanto as atitudes em relação à legitimidade democrática e indiferença apresentaram-se estáveis, as análises acerca da satisfação apresentaram

produzir consequências desfavoráveis (BOYNTON; PETERSON e HEDLUND *apud* EASTON, 1974, p. 451).

variadas medidas, ou seja, se comportaram de forma instável (GUNTHER e MONTEIRO, 2003).

Outro dado encontrado no estudo acima referido (2003), pertinente de ser abordado aqui, é o fato de quando os cidadãos espanhóis eram questionados quanto à satisfação, notaram que no momento em que a democracia havia sido instaurada havia um alto índice satisfatório em relação ao regime. Tendo perseguido esse regime e iniciado um período de crise econômica, a população estudada apresentou um aumento no índice de insatisfação, o que se alterou assim que a economia foi recuperada, aumentando, conseqüentemente, os índices de satisfação.

Entretanto, David Easton conclui que ambas as formas de apoio difuso, confiança e legitimidade podem ser distintas e variar independentemente. Ou seja, as pessoas podem perder a confiança na competência das autoridades, porém acreditar que o sistema é legítimo, embora possuam semelhanças, já que representam um tipo de apoio.

Este trabalho, assim como a literatura apresentada até o momento, entende que apoio e satisfação são dimensões distintas no que confere a sustentação do regime democrático brasileiro. Do mesmo modo, acreditamos ser importante uma análise atitudinal em relação ao comportamento dos cidadãos brasileiros no que confere sua adesão ao regime.

Tendo em vista que o apoio e a satisfação com o regime democrático são dimensões distintas, podemos afirmar que é possível que em um país os cidadãos apoiem o sistema, mas não estejam satisfeitos com o mesmo.

2.3 - Abordagem pós-materialista e o comportamento político dos brasileiros

Tendo em vista que este trabalho se propõe a analisar o comportamento político dos brasileiros, segundo a sua autodeclaração racial e conjecturando que haja uma relação no acesso a serviços públicos, dos grupos raciais brasileiros analisados, é que trazemos para o debate acerca da democracia as contribuições do estudo de Inglehart e Welzel (2009). Os teóricos políticos fazem um estudo comparado entre

fatores econômico-sociais e o conjunto de valores culturais partilhados pelas sociedades (RIBEIRO, 2011).

Nesse sentido, Inglehart e Welzel (2009), em sua obra acerca da “Modernização, mudança cultural e democracia”, buscam demonstrar o efeito que a cultura tem na vida política e social, a fim de esclarecer quais modificações estão incidindo nas crenças e nos valores das pessoas no mundo, a partir da teoria do desenvolvimento humano.

Acreditando que a democracia não é apenas uma engenharia constitucional onde os governantes não têm o compromisso de respeitar os direitos civis e políticos dos cidadãos, mas sim um regime que depende de um governo responsivo que, antes de mais nada, deve ser motivado por orientações das pessoas é que Inglehart e Welzel (2009) trazem para o debate acerca da sustentação e legitimidade da democracia o papel da modernização, da mudança social e da democratização nesse processo. Para eles (2009), é pertinente abordar a modernização pelo fato de esta ter sido descuidada por muito tempo pelos cientistas sociais e políticos e por eles considerarem que esse processo é um fator importante para os estudos da democratização. Isso porque,

modernização socioeconômica reduz as restrições externas à escolha humana ao incrementar os recursos materiais, cognitivos e sociais das pessoas. Isso gera uma ênfase de massa cada vez maior nos valores de autoexpressão, que, por sua vez, geram demandas populares crescentes de liberdades civis e políticas, igualdade de gênero e governos responsivos, contribuindo para a criação e manutenção de instituições mais adequadas à maximização da escolha humana – enfim, a democracia (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 18)

Assim, Inglehart e Welzel (2009) entendem que a modernização cria condições para que mudanças culturais ocorram em uma sociedade, perpetrando a democracia a ser uma decorrência institucional lógica.

Huntington (*apud* MOISÉS, 1995) afirma que as conjunturas econômica, social e cultural são alicerces imperativos para o surgimento e estabelecimento da democracia em um país, ainda mais se surgirem em um momento de crise política e econômica de um regime autoritário. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico seria a pedra angular da democracia, mas não o fator exclusivo e determinante, visto

que para a afirmação da democracia é preciso a articulação dos valores político-culturais de uma sociedade e as transformações estruturais da sociedade. Teoria essa compartilhada igualmente por Fukuyama (1992).

Moisés (1995, p. 65-66) argumenta que Huntington

Retoma o pressuposto de uma relação necessária entre desenvolvimento e democracia; de fato, ele associa, em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico com mudanças na cultura política que, transformando os valores e as atitudes políticas dos cidadãos, estimulando o sentimento de confiança interpessoal, a satisfação com as perspectivas de vida e o sentimento de “eficácia” política, resulta no esforço das instituições democráticas, pois os públicos de massa sentem-se autorizados a utilizá-las para realizar interesses ou aspirações.

Mas, para Inglehart e Welzel (2009), não se trata apenas de relacionar a democracia ao desenvolvimento econômico, mas sim ao desenvolvimento socioeconômico e às consequências culturais desse desenvolvimento a partir da modernização. Inglehart e Welzel (2009) afirmam que o desenvolvimento econômico tem transformado as condições formativas das pessoas, ou seja, tem permitido um maior acesso à educação e informação, o que gera uma ampliação dos recursos econômicos, sociais e autonomia na tomada de decisão, favorecendo sua independência e autonomia material, intelectual e social.

E esse processo persiste através da cultura, tendo em vista que ela se dá através da sua transferência de geração para geração. Os valores, conhecimentos, a própria independência material, intelectual e social adquirida por uma pessoa será repassada para as gerações futuras. Assim, conquistada a segurança existencial da primeira geração, será buscada a conquista de outras necessidades que não apenas materiais, como a liberdade (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Então, a “ênfase cultural passa da disciplina coletiva para a liberdade individual, da conformidade para a diversidade humana e da autoridade do estado para a autonomia individual – gerando uma síndrome que chamamos de valores de autoexpressão” (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 19). Nesse sentido, a partir da busca dos cidadãos por esses valores, ou seja, liberdades civis e políticas que compõem a democracia, teremos um espaço favorável ao regime democrático, tendo em vista que o mesmo permite ao cidadão ansiar pela liberdade de expressão e pela

auto-realização. Desta forma, assegurada a vida material, o cidadão estaria mais seguro para tomar decisões de maneira autônoma, instigando, assim, os valores de autoexpressão e garantindo direito à liberdade de escolha. Entendendo isso como uma capacidade humana é que Inglehart e Welzel (2009) intitularam esse processo como desenvolvimento humano.

Haja vista a preocupação constante das pessoas pela sua sobrevivência, estas produzem/sustentam culturas capazes de garantir essa sobrevivência. Dois pontos norteiam a sobrevivência: a garantia da vida e o alimento. Por esse motivo, as primeiras regras de manutenção estabeleciam a restrição da violência, da mobilidade social e do acúmulo de bens materiais (INGLEHART e WELZEL, 2009).

No entanto, o desenvolvimento socioeconômico pode causar transformações significativas no que tange às regras dessa cultura. Os anseios pela sobrevivência mudam com o desenvolvimento das sociedades, assim como os valores e as crenças. Muda a forma como a religião é percebida, como as relações de gênero são entendidas e toleradas, ou seja, com o tempo, as aspirações voltam-se à qualidade de vida, igualdade social e autoexpressão (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Isso posto, o desenvolvimento socioeconômico acaba atenuando as ressalvas objetivas à autonomia e, por conseguinte, a escolha humana. E isso se dá através da diminuição da pobreza, que minimiza a insegurança material, facilitando o acesso à informação e o nível educacional das pessoas, beneficiando igualmente o desenvolvimento cognitivo das mesmas, gerando indivíduos intelectualmente mais autônomos e independentes nas suas escolhas. O acesso à informação e à educação traz mudanças na relação com o trabalho, pois tendo aprimorado e se especializado no que tange à sua ocupação profissional o indivíduo passa a ter acesso a melhores oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que realiza novas e diversificadas relações humanas. Assim, as pessoas saem do seu ciclo restrito com uma cultura fechada e passam a ter acesso a diferentes pontos de vista, fazendo suas próprias escolhas, promovendo uma autonomia social (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Esse processo gerado pelo desenvolvimento socioeconômico promove os valores de autoexpressão, transformando assim a modernização em desenvolvimento humano, criando uma sociedade emancipada que se preocupa com a garantia de igualdade de direitos para homossexuais, deficientes, mulheres, dentre outras

diferenças merecedoras de respeito. Desta forma, se configura em uma variação humanística da modernização, promovendo um ambiente propício e favorável para o regime democrático, pois

Na era pós-industrial, desenvolvimento econômico, valores de autoexpressão em ascensão e democracia efetiva trabalham em conjunto, propiciando meios, valores e direitos que dão às pessoas cada vez mais capacidade, vontade e direito de moldar sua vida segundo suas escolhas autônomas – relativamente livres de restrições externas. Esse processo se traduz em desenvolvimento “humano” porque valoriza a capacidade humana mais importante: a capacidade de basear decisões e ações em escolhas autônomas. O processo de desenvolvimento humano leva ao surgimento de demandas societárias de democracia cada vez mais prementes. A cultura, por si só, não determina o resultado: essas mudanças são probabilísticas. Eventos mundiais, guerras, depressões, mudanças institucionais, decisões de elites e até mesmo líderes específicos podem influenciar os acontecimentos – mas a mudança cultural é um fator de grande importância no surgimento e na sobrevivência da democracia; e esse fator tem sido geralmente subestimado (INGLEHART e WELZEL, 2009, p. 73-74).

E essas mudanças acabam contribuindo com o regime democrático. A autoexpressão influencia na mudança da forma como as pessoas fazem suas escolhas, como se comportam eleitoralmente e até mesmo a sua participação e preocupação com a política, tendo em vista a forma mais livre e autônoma de fazer suas escolhas. Inglehart e Welzel (2009, p. 20) informam ainda que “o grau de prioridade atribuído por determinados públicos à autoexpressão determina, basicamente, até que ponto as sociedades disponibilizam direitos democráticos”. Acrescentam ainda que “levando-se em conta valores de autoexpressão, o impacto do desenvolvimento socioeconômico e de outros fatores estruturais como, por exemplo, o fracionamento étnico, diminuiu acentuadamente” (INGLEHART e WELZEL, 2009). Por esse motivo, os autores afirmam que os estudiosos sobre a democracia e democratização devem dar mais atenção ao papel dos valores de massa.

Stevenon (1997, *apud* RIBEIRO, 2011) argumenta que, embora os autores façam esse esquema de relações, eles não desconsideram o fato de que tais mudanças podem ocorrer de forma distinta em cada sociedade, já que as mesmas possuem culturas diferentes, influenciadas por sua conjuntura histórica singular. Além disso, essas mudanças seriam percebidas em longo prazo em vez de efeitos do ciclo da vida.

Segundo Inglehart (*apud* RIBEIRO, 2011, p. 69),

o desenvolvimento econômico é acompanhado por uma mudança significativa nos valores sociais em uma direção previsível, porém esta mudança se processa por caminhos relativamente estabelecidos por tradições culturais específicas, formadas ao longo da história de cada país e região, com alto poder de permanência. Nesse sentido, essa perspectiva pretende compreender a relação entre o desenvolvimento material e as mudanças sociais, culturais e políticas como um processo não linear, apesar de esses fenômenos seguirem pautas coerentes, conjuntas e congruentes.

É diante disso que Ribeiro (2011) argumenta que ao construir a perspectiva do desenvolvimento humano, Inglehart rompe com as teorias clássicas em que predominava o determinismo econômico e cultural, ou seja, as teorias da modernização, criando assim uma abordagem que entende essas dimensões como sendo complementares e mutuamente influenciadoras nas mudanças sociais, econômicas e políticas no que tange às mudanças na sociedade. Afirma ainda que essas mudanças possam ser duradoras e até permanentes, sendo passíveis de incitar uma ação de modernização.

Ribeiro (2011) afirma que Inglehart e Welzel defendem a superioridade da dimensão econômica sobre as demais, a partir de duas teses: da escassez e da socialização. Nesse sentido, essas teses intergeracionais estabelecem que a hipótese da escassez ocorreria pelo fato das pessoas terem como preocupação primária a garantia da sua sobrevivência que inicialmente está atrelada à segurança econômica e física. Assim, a falta de segurança estimula as pessoas à busca de suas necessidades materiais. O inverso, ou seja, a prosperidade faria com que tais anseios mudassem, pois, de posse da segurança material, os indivíduos buscariam metas pós-materiais, como liberdade e autonomia nas suas escolhas, valores de autoexpressão (INGLEHART e WELZEL, 2009). Essa hipótese estaria relacionada à ecologia, tendo em vista que seria natural que com o aumento da população ocorresse uma escassez de alimentos. Dessa forma, as espécies buscariam mecanismos para garantir a sobrevivência e solucionar a falta de alimentos. Nesse sentido, a cultura teria o papel de conter esses conflitos, criando normas capazes de controlar a escassez como, por exemplo, controle de natalidade. Outra forma de conter os conflitos seria o desenvolvimento tecnológico e produtivo, pois estimula a segurança quanto à sobrevivência. Em casos em que isso não ocorre, os indivíduos se sentem

inseguros e “consequentemente, priorizam objetos relacionados com o desenvolvimento material em oposição a metas transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. A sobrevivência se impõe, obviamente, como a primeira necessidade” (RIBEIRO, 2011, p. 71).

Por conseguinte, quando um indivíduo garante sua sobrevivência, ou seja, quando atinge o desenvolvimento material, acabam ocorrendo mudanças nas suas prioridades aquisitivas, surgindo outras necessidades, como a cultural, ocorrendo assim mudanças nessa dimensão (DAWKINS *apud* RIBEIRO, 2011). Além disso, tais teorias sugerem que o desenvolvimento econômico possibilitaria o avanço do ingresso do público de massa à educação, permitindo a qualificação de distintos extratos sociais para se envolverem e participarem das atividades políticas (HUNTINGTON *apud* MOISÉS, 1995).

Contudo, segundo Ribeiro (2011), Inglehart não julgava ser esse comportamento tão linear, como podemos pensar. Não seria um resultado direto, ou seja, desenvolvimento econômico simulado a progresso tecnológico resultaria em mudanças culturais e de comportamento, visto que esse processo dependeria do sentimento de segurança material que é subjetivo, variando de pessoa para pessoa de acordo com o seu meio social.

Já a segunda hipótese, de socialização, está baseada no fato de que as mudanças de valores e necessidades supostas na hipótese de escassez não ocorrem em curto prazo e de maneira imediata, pois tais valores seriam apenas reflexos de toda uma vida. Ou seja, valores adquiridos a partir de uma experiência empírica desde a sua infância até sua vida adulta. As gerações mais velhas transmitem sua cultura e as gerações mais novas vão selecionando e transformando as mesmas conforme a sua realidade e necessidade, sendo alguns valores modificados e outros dispensados (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Então, a hipótese de socialização de Inglehart, afirma que as experiências sociais ocorridas na infância terão efeito na vida adulta do cidadão. Dessa forma, os apreciadores da teoria do desenvolvimento humano entendem que os efeitos do desenvolvimento econômico não são diretos, visto que as influências sociais ocorreriam na fase da infância. Nesse sentido, apenas a geração futura do indivíduo que progrediu sofreria os impactos dessa mudança na sua infância, produzindo assim

novas necessidades fisiológicas para a sua satisfação, mudando valores e cultura (RIBEIRO, 2011).

De acordo com Ribeiro (2011, p. 73), as teses de Inglehart se resumem ao fato de que o

crescimento econômico produz efeitos importantes sobre o nível cultural, seja em termos do projeto societal, seja dos valores individuais ou ainda do padrão de autoridade; porém esse impacto só pode ser verificado em longo prazo, quando as jovens gerações que experimentaram essas novas condições atingem a idade adulta.

Esse debate acerca do desenvolvimento humano levou estudiosos a analisarem um tema que se denomina síndrome de valores pós-materialistas em escala mundial. Essa síndrome seria o conjunto de mudanças culturais ocorridas após a modernização e o desenvolvimento econômico de um indivíduo.

É nesse sentido que surge a teoria pós-materialista, pois os indivíduos de uma sociedade pós-industrial, tendo alcançado o desenvolvimento econômico, mudariam o norte de suas expectativas, pois as preocupações não se limitam à segurança econômica e física, mas passam a ser incorporadas preocupações quanto às necessidades sociais, estéticas e intelectuais. Assim, pós-materialismo seria, de acordo com Inglehart (*apud* RIBEIRO 2011, p. 77): “um conjunto de metas que são buscadas depois de alcançada a segurança material e apenas porque ela foi alcançada”.

Trago essa discussão para este trabalho tendo em vista que há uma relação entre o pós-materialismo e a consolidação da democracia. De acordo com Inglehart e Welzel (*apud* RIBEIRO, 2011, p. 79),

pesquisadores têm apontado que o desenvolvimento socioeconômico, os valores de autoexpressão e as instituições democráticas atuam juntos como peça de um quebra-cabeça que conduz à ampliação da autonomia nas escolhas dos indivíduos. Destarte, os elementos básicos do desenvolvimento humano seriam três: as capacidades objetivas, que eliminam os constrangimentos à escolha; as motivações subjetivas, que levam os indivíduos a agir de acordo com suas escolhas; e a designação legal, que, a partir do reconhecimento legal dos direitos civis e políticos, possibilita a ação a partir das escolhas autônomas

Assim, Inglehart e Welzel (2009) entendem que esses valores de autoexpressão acabam constituindo a modernização de um procedimento de desenvolvimento humano, que vai produzir uma sociedade humanística e emancipada e acaba gerando mecanismos pertinentes e favoráveis ao estabelecimento de instituições democráticas. Têm em vista que os valores de autoexpressão, através do desenvolvimento humano, estimulam a autonomia e a iniciativa das pessoas, o que as levam a lutar pelos seus direitos civis e políticos, logo estimulam direitos democráticos.

Ribeiro (2011), a partir da análise dos trabalhos de Inglehart e Welzel, expõe que os autores defendem a tese de que os valores pós-materialistas têm contribuído para o desenvolvimento da democracia, porém o desenvolvimento econômico não conduziria diretamente as sociedades à democracia. Esse processo se daria a partir da seguinte síntese: com o aumento da modernização e o crescimento econômico, os indivíduos se tornariam mais autônomos nas suas decisões; ocorreria um aumento no número de pós-materialistas, ao passo que as pessoas diminuiriam suas reivindicações quanto à segurança econômica e física, passando a ser instigadas por outros motivos (culturais, sexuais, raciais, ambientais), com maiores mobilizações. Isso seria reflexo do aumento da escolaridade e da mudança de atividade laboral; pessoas que tinham seus pais realizando trabalho braçal e que, com o seu próprio estudo, desempenham trabalho intelectual, diferente dos pais (RIBEIRO, 2011). Nesse sentido, com uma autonomia de decisão diferenciada de seus antepassados, passam a se preocupar com questões além da esfera produtiva, participando de ações políticas. Essa participação não se daria apenas pelos meios tradicionais, como filiar-se a um partido político e votar; atualmente, essa participação ocorre através de organizações não governamentais, manifestações, boicotes, ocupações. Tais afirmações foram confirmadas a partir de um estudo realizado por Inglehart e Welzel acerca de oito países com alta renda, com os dados do WVS (RIBEIRO, 2011).

Assim, os valores de autoexpressão que propiciam o desenvolvimento humano permitiriam às massas dar primazia aos direitos individuais e às liberdades civis e políticas, além de permitir-lhes fazer suas próprias escolhas. Dessa forma, transformam os valores que produzem forças sociais e beneficiam a sustentação e o aprofundamento da democracia, se ela já existir (INGLEHART e WELZEL, 2009).

Lembrando da teoria da socialização discutida antes neste trabalho, esse processo se daria de forma geracional, pois as mudanças ocorridas ao longo da infância de um indivíduo influenciariam seu comportamento valorativo na fase adulta. Os autores destacam que tal processo não ocorre da mesma forma em todas as sociedades, isso depende da conjuntura social e do nível de desenvolvimento econômico.

Assim, afirma Ribeiro (2011, p. 84) que:

Como parte do conjunto de mudanças culturais denominadas de síndrome pós-materialista teríamos, portanto, o desenvolvimento de uma postura crítica e participativa, por parte dos cidadãos, que seria congruente com o processo de ampliação e fortalecimento da democracia.

Ribeiro (2011), a partir dos estudos de Iglehart e Welzel, salienta que indivíduos pós-materialistas, além de terem uma conduta participativa, teriam uma conduta mais tolerante, principalmente no que tange às diferenças. Tolerantes em questões acerca da homossexualidade, aborto, prostituição, entre outros assuntos censurados pelos padrões tradicionais. Além de apresentar um maior apoio à igualdade de gênero.

De modo geral, o desenvolvimento humano, especificamente o desenvolvimento dos valores de autoexpressão estão ligados ao desenvolvimento socioeconômico e às instituições democráticas. Essa ligação se configura pelo fato do desenvolvimento socioeconômico reduzir as restrições da escolha humana de forma a garantir a autonomia das pessoas em suas escolhas. Além disso, os recursos econômicos propiciam o desenvolvimento cognitivo e social das pessoas (no caso, o capital financeiro), deixando os indivíduos independentes no que confere aos bens materiais. Ao passo que as decisões autônomas vão ser conquistadas através dos acessos à informação e à educação, facilitados pelo desenvolvimento econômico (instituinto o capital humano), que permite que as pessoas sejam mais autônomas e independentes nas suas escolhas. Quanto aos recursos sociais (o capital social), eles aumentam a partir das relações diversificadas que esses cidadãos passam a fazer, já que a educação permite melhores oportunidades de trabalho e, por conseguinte, contato com diferentes pessoas, de diferentes culturas e perspectivas sobre os fatos e a vida, e é essa complexidade social que permite que as pessoas desenvolvam sua

independência intelectual e social. Assim, esses valores adquiridos, como segurança material, intelectual e social, impulsionam as pessoas a demandarem instituições que condizem com as suas necessidades e escolhas, o que motiva as pessoas a conquistarem seus direitos civis e políticos, permitindo assim sustentação e permanência do regime democrático, pois de posse dessa cultura, as pessoas percebem a democracia como forma mais adequada de governo para manter tais valores (INGLEHART e WELZEL, 2009).

No entanto, para Inglehart e Welzel (2009), os valores de autoexpressão têm sido negligenciados pelos pesquisadores. Para eles, a relação entre os valores de autoexpressão das massas e as instituições é significativa; é pertinente dedicar uma atenção a esse fenômeno, considerando que os estudos estão preocupados com o apoio e a legitimação da democracia no que confere a sua sustentação. Para eles, o sentido desse trajeto seria causal, ou seja, o desenvolvimento socioeconômico causa a democracia e a ajuda a sobreviver; contudo, a causalidade é probabilística e não determinista, pois somente o enriquecimento não gera a democracia, mas a transformação cultural originada pelo desenvolvimento.

A preocupação é ressaltada pelos autores devido ao fato deles entenderem que embora haja instituições bem sucedidas, essas precisam que a população possua uma cultura compatível com sua conjuntura, ou seja, não é possível que as instituições funcionem sem que a sociedade já esteja de posse do conjunto de normas condizentes com as instituições, principalmente no que concerne às instituições democráticas, que sejam parte da sua cultura.

Nesse sentido, seguindo a lógica do pós-materialismo ou mais precisamente da teoria do desenvolvimento humano, entende-se que indivíduos que têm acesso aos serviços públicos, como educação, trabalho, saúde, justiça e segurança, em longo prazo, teriam seu comportamento político modificado, ou seja, ocorreriam mudanças na Cultura Política, visto que o pós-materialismo sugere que, ao se obter segurança material de sobrevivência, se passa a ter menos preocupações com necessidades materiais, surgindo preocupação com necessidades sociais, ambientais, estéticas e intelectuais.

Portanto, a intenção desta dissertação em trazer esse debate acerca do pós-materialismo é justamente para demonstrar que os brasileiros não têm, em sua

totalidade, suas demandas solucionadas. Conseqüentemente, o Brasil até pode apresentar alguma parcela da população com características pós-materialistas, mas, mesmo com o desenvolvimento econômico, temos uma grande parcela de pessoas que não podem ser caracterizadas como pós-materialistas. Um exemplo de que demandas pós-materialistas não estão presentes em todos os grupos étnicos do país está na afirmação de que grupos como os negros e os indígenas apresentam dificuldades para suprir suas necessidades básicas, ou seja, não têm ainda sua segurança material e vital garantida para assim desenvolverem seus valores de autoexpressão conforme veremos a seguir. Nesse caso, cabe a questão: como esses grupos se comportam e veem a democracia brasileira? Questão essa que será respondida a partir da análise dos dados do Latinobarómetro para o ano de 2011, em capítulo adiante. Para auxiliar a compreender a afirmação de que alguns grupos étnicos não têm suas necessidades básicas solucionadas, vamos desenvolver, no próximo capítulo, uma compreensão histórica das principais etnias que formam o Brasil.

3 - CONCEPÇÃO HISTÓRICA DAS RAÇAS BRASILEIRAS

Nesta seção da dissertação, será exposta uma breve explicação sobre a formação do povo brasileiro, bem como a relação da formação desse povo com o conceito de raça e a sua influência no comportamento político dos brasileiros.

Busca-se, neste capítulo, apresentar como as categorias raciais foram criadas e demonstrar de que forma elas serviram para justificar a dominação dos europeus sobre os habitantes das colônias. Além disso, será demonstrado como essa categorização foi tratada e adotada no Brasil para, assim, entender como essa conjuntura pode ter relação com as desigualdades sociais e raciais no país, bem como a possível diferença de comportamento político dos diferentes grupos raciais abordados neste estudo.

Para isso, o capítulo será dividido em 4 seções. Na primeira seção, será feita a discussão de como as categorias raciais foram criadas e assimiladas pela sociedade, tendo em vista que as classificações raciais são construções sociais que podem ser modificadas, de acordo com a conjuntura histórica de cada tempo e lugar. De acordo com Bueno (2010, p. 79), “se a noção de raça é construída socialmente, ela é, como toda construção social, contingente a contextos e tempos, sendo potencialmente instável e produto de disputas classificatórias [...]”.

Na segunda seção, serão apresentadas as classificações adotadas no Brasil para a posterior justificativa da escolha dos grupos raciais analisados nesta pesquisa: brancos, indígenas e negros.

A terceira seção será composta por uma abreviada ilustração do que os teóricos brasileiros racialistas discutiam acerca da questão racial e quais as soluções pensadas por eles, a fim de vislumbrar como essas teorias podem auxiliar na compreensão acerca do tema tratado neste estudo.

A quarta seção do capítulo almeja entender como as desigualdades sociais geradas pelas desigualdades raciais se apresentam na sociedade brasileira a fim de

averiguar se são influentes no comportamento político das três raças estudadas neste trabalho.

3.1 – A constituição da categorização racial e a formação histórica das raças brasileiras

Há poucos trabalhos acerca das classificações raciais na Ciência Política, no Brasil, ou de forma geral. Estudos raciais são mais comuns na Sociologia e na Antropologia. No entanto, esse debate foi trazido para este trabalho para que se possa compreender melhor os dados empíricos que serão analisados, visto que o comportamento político das três raças estudadas - brancos, indígenas e negros - pode estar relacionado à conjuntura social e histórica, na qual suas categorias foram criadas.

Os índios são os habitantes nativos do Brasil e, em virtude da ocupação portuguesa nas terras brasileiras, tiveram que realizar, forçadamente, trabalho escravo e servil na mineração e na agricultura, além de muitos grupos haverem sido dizimados por doenças para as quais não tinham imunidade. Foram, igualmente, caçados por Bandeirantes, no século XVII e catequizados pelos jesuítas que lhes impunham a cultura dos europeus, assim perdendo contato com a sua cultura materna e lhes obrigando a adotar a religião católica e a língua portuguesa (FAUSTO, 1996; RIBEIRO, 2006).

A determinação indígena, neste trabalho, refere-se a aquelas pessoas que se autodeclararam pertencer a esse grupo racial nas entrevistas do IBGE e do Latinobarómetro, ficando claro que estamos cientes de que essa expressão representa diferentes unidades raciais, com suas respectivas peculiaridades culturais, linguísticas e rituais.

Conforme Mariátegui (2005), os colonizadores justificavam a dominação dos povos indígenas, alegando que os mesmos eram inferiores e primitivos. Assim sendo, a raça branca tinha a função de civilizar esses povos e administrar suas terras, já que eles não teriam competência para isso.

O trabalho escravo indígena foi escolhido, em um primeiro momento da colonização, por sua facilidade e baixo custo, pois os primeiros indígenas submetidos se encontravam no litoral e, nesse caso, era uma mão de obra mais barata do que a trazida de Portugal, que teria que ser assalariada. Além disso, a imigração implicaria em gastos com o transporte desses trabalhadores, acarretando em mais custos para os colonizadores (FAUSTO, 1996). Considerando o pensamento eurocêntrico, os índios, como indivíduos, não eram merecedores de um trabalho assalariado.

O trabalho escravo indígena entrou em declínio para posteriormente se encerrar, a partir do interesse mercantil dos portugueses, que viram no tráfico negreiro algumas compensações econômicas em relação ao trabalho escravo indígena, como o lucro no tráfico, pela compra do açúcar e pela venda do escravo (FAUSTO, 1996).

Com o tráfico, os portugueses passaram a inserir os africanos no trabalho, em terras brasileiras, uma vez que as teorias eurocêntricas justificavam a utilização dos africanos no trabalho escravo, comparando-os a animais ou seres sem alma. Os negros, ao chegarem ao país, perderam todo o contato com sua terra natal, tendo que adotar a língua portuguesa e a religião católica, do mesmo modo que os índios (FAUSTO, 1996).

Assim como no caso da expressão “indígena”, usaremos a denominação “negro” para aqueles grupos que, nas entrevistas, autodeclararam pertencer ao grupo dos negros, mulatos ou afrodescendentes, estando igualmente a par de que está implícita, nessa denominação, a origem derivada de diferentes tribos africanas, com costumes, linguagens e religiões distintas.

Tais teorias de inferioridade se mantiveram por muito tempo no ideário da sociedade brasileira, fazendo com que o Brasil fosse o último país a libertar seus escravos. Para tal, passou-se por várias etapas, como a extinção do tráfico de escravos, em 1850; a promulgação das respectivas Leis do Ventre Livre, de 1871, e a do sexagenário, de 1885, até culminar com a Lei Áurea, em 1888. Ao longo da escravidão, os africanos para cá trazidos e os nascidos no território brasileiro conquistaram sua liberdade através das fugas, da formação de quilombos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que a abolição da escravidão ocorresse (GORENDER, 1990).

Conforme Aníbal Quijano (2005), no seu texto “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, a concepção de raça surgiu com a colonização, desenvolvida e aplicada para legitimar a superioridade, os direitos de conquista e de domínio de uma raça sobre a outra. Desta forma, a libertação pouco modificou a vida dos negros no Brasil, por dois motivos: aos alforriados foi apenas concedida a liberdade, não lhes garantindo a moradia, a alimentação, o transporte e, principalmente, o trabalho livre assalariado. Havia um estigma de incapacidade intelectual que lhes “impossibilitaria” efetuar determinadas tarefas, portanto, importaram-se estrangeiros italianos, alemães, japoneses e chineses para que fizessem o trabalho assalariado.

A partir de meados do século XX, os estudiosos brasileiros estavam interessados na construção de uma identidade nacional para esse país que se constituía após a revolução de 1930. De início, essa identidade foi pensada como resultado de três raças – brancos, índios e negros – no entanto, o negro era considerado um problema, haja vista que ao miscigenar com outra raça só seriam herdadas as suas piores características. A integração gerada pela miscigenação não encontrava lugar na ideologia da identidade brasileira. Quanto ao índio, seu papel era romantizado pela literatura (OLIVEIRA, 2004).

Ainda no século XIX, mais para o final, a miscigenação fora considerada inadequada, um “incômodo” para a civilização da sociedade brasileira. Por sua miscigenação, o Brasil não era considerado um território civilizado pelos critérios europeus. O que aumentava a preocupação dos estudiosos da época em solucionar o referido problema racial da hibridéz (OLIVEIRA, 2004).

É nesse sentido de lidar com essa questão racial que será criada toda uma ideologia de harmonia e cordialidade entre os grupos raciais viventes no Brasil, o que levará ao mito democracia racial (FREYRE, 1987).

Foi então que a direção do debate acerca da miscigenação mudou, pois antes era vista como um problema e agora como solução, pois, para tornar o Brasil civilizado, era preciso construir uma hegemonia branca, latina e católica. Isso se daria com o branqueamento, o cruzamento de negros e indígenas com os brancos, para que, no futuro, a sociedade brasileira fosse branca (OLIVEIRA, 2004).

Por esse motivo, no início do século XX, vieram os imigrantes para o Brasil, não apenas como mão de obra assalariada, mas como meio de assimilação e miscigenação da população indígena e negra das características físicas e culturais brancas, para assim desenvolver e civilizar a sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2004). Muitos desses imigrantes vinham da Europa e estavam fugindo do excedente populacional e das más condições de vida geradas pela revolução industrial, já que haviam sido expulsos de suas terras para trabalharem nas cidades. Esses trabalhadores imigrantes buscavam, no Brasil, reproduzir sua vida e seu trabalho no campo. O perfil do imigrante desejado pelo governo era o de agricultor e colono, para assim povoar regiões ainda desocupadas (OLIVEIRA, 2004).

Dessa forma, o grupo dos “brancos” analisados nesta dissertação refere-se, assim como aos “indígenas” e “negros”, àquelas pessoas que, nas entrevistas do IBGE e Latinobarómetro, se autodeclararam pertencer a esse grupo, considerando que representam os portugueses e todos os diferentes grupos raciais que imigraram ao país – Alemães, Italianos, Holandeses, entre outros, com exceção dos Japoneses e Chineses, os asiáticos, pois representam outro grupo.

A imigração só diminuiu por volta de 1930, pelo clima de medo causado pela Primeira Guerra Mundial, a partir da restrição da entrada de imigrantes no país estabelecida pelo Presidente Getúlio Vargas (GUIMARÃES, 2001, OLIVEIRA, 2004).

De modo geral, a entrada desses povos seria para promover o relacionamento entre brancos e índios, bem como de brancos com negros, fazendo com que essa miscigenação, ao longo dos anos, tornasse os brasileiros mais “brancos”. Esses grupos, ao imigrar para o Brasil, depositaram nessa terra todas as suas esperanças, já que muitos estavam fugindo de conflitos religiosos e de regimes autoritários. Ao contrário do que ocorreu com os indígenas e africanos, sua língua e sua religião foram preservadas. Embora, em alguns momentos, esses grupos tenham sido proibidos de falar alemão ou italiano, como ocorreu durante o Governo de Getúlio Vargas, em função da Segunda Guerra Mundial. Há muitas comunidades em que os descendentes de alemães, italianos e japoneses ainda falam seus dialetos e preservam suas religiões, como a prática luterana e o budismo, sem falar da culinária típica.

É importante destacar que, antes da colonização da América por Cristóvão Colombo, o conceito de raça humana não existia (QUIJANO, 2005). Foi através do contato com as diferentes culturas que os colonizadores o criaram, comparando as suas culturas e classificando os diferentes povos como bárbaros. Mediante métodos científicos, determinavam a inferioridade de um povo, medindo o tamanho do crânio, para, tão logo, passarem a relacioná-lo à cor da pele. Dessa forma, as classificações raciais surgiram: índio, negro, mestiço, branco e europeu. Cabe lembrar que, até o momento, o fato de ser classificado como europeu estava relacionado a uma determinação geográfica. Com a consolidação da dominação, a classificação racial determinava a posição social. Os colonizadores foram definidos como a raça superior e, portanto, a que estava apta a submeter as raças inferiores ao seu domínio. Esta se tornando, posteriormente, uma categorização universal da população mundial (QUIJANO, 2005).

Para Quijano (2005), com essa caracterização, globalizou-se uma nova estrutura de controle de trabalho, pois se definiu qual raça era apta para determinada tarefa. Em virtude disso, índios e negros libertos não tinham direito a trabalhos assalariados e bem remunerados, como ocorrera com os imigrantes que, por serem brancos, portanto considerados mais capazes, eram privilegiados com trabalho pago. Com essa nova estrutura de remuneração de trabalho, gerou-se uma nova estrutura social, visto que as raças não remuneradas tiveram negado seu acesso aos bens de consumo e, por conseguinte, uma série de direitos, como moradia, educação, saúde e participação política através do voto. Isso ocasionou uma desigualdade econômica e social entre as raças que persiste no Brasil, até a contemporaneidade, e que se reflete no comportamento político do cidadão brasileiro indígena e afro-brasileiro em contrapartida ao cidadão branco.

Essa primeira ideia de raça estava baseada em uma explicação biológica. Como já mencionado, foi utilizada apenas como respaldo para justificar o racismo. Os seres humanos foram classificados em subespécies e tiveram determinadas as diferenças com base em qualidades morais e intelectuais para, assim, serem submetidos a uma hierarquia social. No entanto, por esse determinismo biológico, essa ideia de raça não pode ser considerada uma ciência. Portanto, foi rejeitada, após as consequências da Segunda Guerra Mundial, visto que “[...] construção baseada em

traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico” (GUMARÃES, 2003, p. 96).

Estudiosos, percebendo que teorias biológicas não podiam ser aceitas, passaram a procurar outras teorias que explicassem as diferenças desses grupos. Exemplo disso são as explicações de que a “raça” seria uma construção social ou casos em que as classificações estão relacionadas à cor da pele.

É nesse sentido que Guimarães (2003) entende as raças como um conceito criado a partir de uma construção social que deve ser analisada por uma linha adequada da Sociologia, que estude identidades sociais. Assim, raças, para a Sociologia, seriam “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc.” (GUIMARÃES, 2003, p. 96).

A classificação podia ser ainda determinada pela cor da pele. Nos censos mais antigos do Brasil, há perguntas acerca da cor da pele do entrevistado (TELLES, 2004). A partir de 1991, a categoria de “cor” foi relacionada à ideia de raça; a raça estaria pautada na divisão nativa de “cor” e poderia ser relevante em termos de distinção (BUENO, 2010).

No entendimento de Guimarães (2003, p. 103-104), a

classificação por cor é orientada pela ideia de raça, ou seja, a classificação das pessoas por cor é orientada por um discurso sobre qualidades, atitudes e essências transmitidas por sangue, que remontam a uma origem ancestral comum numa das “subespécies humanas” [...] “cor” não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação.

O autor acrescenta ainda que

“Cor” é, no Brasil, primitivamente, uma construção racialista que se estrutura em torno de uma ideologia bastante peculiar. Segundo tal ideologia, os mestiços de diferentes raças tendem, através de um processo de “reversão”, a concentrar-se em torno das características de algumas raças fundamentais (GUIMARÃES, 1995, p. 143).

Assim, a partir da miscigenação, ou seja, pelos cruzamentos, o mestiço regride para uma das raças cruzadas, seguindo o seguinte procedimento: o grupo de cor resulta da soma dos membros da raça considerada pura mais os fenótipos da raça em reversão (GUIMARÃES, 1995).

Tais critérios de classificação pela cor passam a ser rejeitados por volta da década de 1940, ao mesmo tempo em que as teorias racialistas passam a ser rejeitadas como explicativas para a questão racial no Brasil (GUIMARÃES, 1995).

Outra questão que surge nesse debate é a relação entre raça e etnia, pois a raça seria um conceito “biológico” e a etnia, um conceito “cultural” (OLIVEIRA, 2004). Contudo, como já foi discutida anteriormente, a ciência não pode justificar a raça como sendo biológica, já que tal fato tem implicações no conceito de etnia, pois, segundo Oliveira (2004, p. 58):

etnia também se revela como um conceito que não é estritamente cultural, pois a delimitação de grupos étnicos parte de uma suposta alocação deles no conjunto de grupos populacionais raciais, sem abstrair a unidade do local de origem e, para delimitar etnia, considera-se a concomitância de características somáticas (aparência física), linguísticas e culturais.

Todavia, Viana (2009) afirma que algumas determinações a respeito do conceito de etnia possuem problemas devido ao fato de serem confundidas com grupos sociais. Além disso, são restritas e a-históricas; sendo assim, a melhor definição para etnia é:

uma coletividade (sociedade ou comunidade) de indivíduos que são (ou se originaram) de um mesmo território e que possuem, também, uma unidade e homogeneidade cultural (mesma língua, religião, crenças em geral, valores, etc.) e uma identidade coletiva de pertencimento a esta etnia (VIANA, 2009, p. 18).

O autor argumenta, ainda, que o diferencial desse conceito de etnia está na presença do fator histórico, pois “os indivíduos que compõem uma etnia compartilham o mesmo passado, a mesma tradição histórica e cultural e, desta forma, ninguém pode “aderir” a uma etnia” (VIANA, 2009, p. 18).

Neste trabalho, não usamos o termo raça com fins biológicos; assim como Guimarães (2003), compreendemos raça como uma forma nominativa para identificar

peças ou grupos raciais. Para o autor (2003), a raça deve ser discutida em termos de representação social; desse modo, serve igualmente como forma de identificação e, por conseguinte, mobilização a fim de gerar movimentos de reivindicação.

Sendo assim, a escolha do termo raça vem a corroborar com este trabalho no sentido de que o banco de dados utilizado neste estudo, Latinobarómetro, usa o termo raça nas suas entrevistas. Do mesmo modo, o IBGE utiliza o termo raça para a autodeclaração dos entrevistados brasileiros.

Embora saibamos que a raça não tenha embasamento biológico (no que diz respeito à genética), já que negros e brancos são iguais geneticamente, as pessoas, no senso comum, usam o fenótipo para distinguir uma pessoa da outra. Assim, conforme Guimarães (2003), a racionalização serve para identificar as discriminações e desigualdades brasileiras, considerando, no Brasil, que as desigualdades (sociais, financeiras e educacionais) são marcadas pela cor e pela raça.

3.2 - Categorização racial no Brasil

No Brasil, o debate acerca do conceito de raça é intenso e diversificado, o que possibilita uma variedade de classificações raciais influenciadas por sua conjuntura histórica, decorrente da colonização, escravidão e migração. Há classificações por critérios fenotípicos, ou seja, baseadas em características físicas e cor da pele. Há os que consideram a raça uma construção social, além das teorias defendidas pelo Movimento Negro.

No que se refere ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo censo no país, a população é classificada em brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas. Essa classificação se dá através de entrevistas, nas quais o entrevistado se autodeclara pertencer a alguma das categorias pré-determinadas no questionário.

Esse tipo de classificação sofre severas críticas por ter um resultado ambíguo, visto que, de acordo com Telles (2004), alguns entrevistadores não se sentem confortáveis em fazer a pergunta e acabam por classificar o entrevistado a partir de

suas considerações. Há casos em que o local em que reside, o seu nível de escolaridade e a sua situação econômica podem interferir na autodefinição do entrevistado. Outra crítica feita por Telles é que as categorias já estão previamente definidas pelo IBGE. Muniz (2012) acrescenta que uma mesma pessoa pode ser classificada de forma diferente, seja por terceiros ou por si mesma, pois vai depender do critério que será utilizado para a inclusão em um determinado grupo, visto que os termos da classificação racial não são fixos.

Outro fator que pode influir na classificação que o entrevistador faz e que o entrevistado responde é o contexto histórico e o significado negativo ou positivo de cada categoria racial para cada pessoa. Uma vez que é possível que um negro não se classifique como negro devido ao “peso” que essa determinação pode ter para ele, mesmo que isso ocorra de maneira não consciente.

Telles (2004) apresentou os dados de uma pesquisa realizada no Brasil, no ano de 1995, na qual apareceram várias terminologias em referência à “raça”. Além das já citadas, podemos acrescentar moreno, moreno claro e claro, sendo que o moreno acaba tendo vários sentidos: pode ser relativo a pardo, ou seja, um negro mestiço, como pode ser da mesma forma que o moreno-claro e o moreno, relativo a branco de cabelos escuros. A própria terminologia de “indígena” só foi incluída como variável de cor/raça apenas em 1991, nos estudos do IBGE (JÚNIOR et al. 2010)

Existem autores que fazem crítica à determinação de “raça”, tanto no sentido biológico, como no sentido social. Para autores como Guimarães (2002), essas terminologias seriam apenas para contribuir com o racismo: “se a raça biológica não existe, também não há uma única e universal maneira de construir a categoria social de “raça”, a qual deve diferir de sociedade para sociedade” (GUIMARÃES, 2002, p. 50). Para o autor, a raça não pode ser biológica, pois o que se define como “raça” é apenas uma determinação nominal que só pode existir no mundo social. Mesmo que as identidades e as classificações raciais sejam construídas na sociedade, essa forma não pode ser entendida como permanente (GUIMARÃES, 2002).

Entretanto, Muniz (2012) argumenta que a autodeterminação é a forma mais aceita no que se refere à classificação racial, tanto no Brasil, como no restante do globo. Para o autor, essa metodologia é pouco interrogada entre os cientistas

políticos, sociólogos e economistas. Eles até percebem que “raça” seja uma construção social precária, no entanto, pouco tem se feito para mudar tal postura.

Antropólogos, como Darcy Ribeiro (1995), entendem que o Brasil foi formado a partir de três matrizes culturais: portuguesa, indígena e africana. No entanto, essas matrizes teriam sofrido transformações que deram origem a um novo povo, criando uma etnia nacional, mestiça, com uma cultura sincrética que, embora tenha novas características culturais, ainda carrega traços da sua cultura formadora. Essas matrizes ancestrais teriam dado origem aos seguintes grupos que caracterizariam o povo do Brasil hoje: “sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e Centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc.” (RIBEIRO, 1995, p. 21). E esses grupos, segundo Ribeiro (1995), estariam mais relacionados pela sua cultura própria de brasileiro do que com suas características físicas herdadas dos seus ancestrais, que muitas vezes são apontadas para caracterizá-los. Para Ribeiro (1995, p. 21), “os brasileiros se sabem, se sentem e se comportam como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia”. E isso talvez tenha se dado porque os brasileiros, em função da grande miscigenação, têm população não-européia, não-índio e não-negro, por isso a necessidade de criar uma identidade brasileira (RIBEIRO, 1995), para fugir, segundo o autor, da “ninguendade”.

Para o autor, a única diferenciação encontrada no Brasil está relacionada ao estrato social, visto que seria marcada por um colorido racial clássico, ou seja, que separa ricos dos pobres, produzindo um distanciamento social (RIBEIRO, 1995). Contudo, este trabalho compreende que as diferenças raciais são importantes para identificar as desigualdades e não são apenas resultantes da diferença de classe.

3.3 - Teorias racialistas no Brasil

Pensar acerca da ideia de raça no Brasil nos remete à indagação de como esse processo ocorreu e foi construído. De acordo com Schwarcz (1995), o interesse pelo tema ocorreu quando naturalistas estrangeiros, que vinham para o Brasil estudar as plantas e os animais, no final do século XIX, se depararam com a diversidade racial aqui existente e então perceberam a potencialidade de uma pesquisa nessa área.

Gilberto Freyre (1987) afirma que durante a formação do Brasil não havia uma preocupação em relação à unidade e pureza de raça, até mesmo porque, além dos colonizadores portugueses, havia, na colônia, estrangeiros de várias localidades e a única exigência para imigração era que a pessoa fosse católica.

Tal observação colocava em cheque as teorias existentes de uma raça única da humanidade, baseada em critérios geográficos, o que confirmava a tese poligenista que admite a diferença e abria espaços para indagações acerca da miscigenação (SCHWARCZ, 1995).

Conforme Ortiz (1985), a grande preocupação dos estudiosos da época era compreender as diferenças entre as teorias e a realidade empírica do Brasil e a forma como seria construída a identidade nacional, já que as teorias existentes não viam a possibilidade de o país constituir um povo, uma nação. Haja vista que o evolucionismo não resolvia os problemas do Brasil, tendo em foco suas peculiaridades sociais diferentes da europeia, de onde vinham os estudos; os cientistas passaram a procurar as respostas em outros contextos como o meio e a raça.

No entanto, era notória a rejeição pela miscigenação; os estudiosos da época acreditavam serem esses indivíduos originados da miscigenação, “desequilibrados”. Nesse sentido, o Brasil, por ser considerado uma nação mestiça, era atacado com diversas críticas no que tange a seu povo. Essa conjuntura se refletia em todos os âmbitos da sociedade, na arte, na imprensa e até na política (SCHWARCZ, 1995).

Para Nina Rodrigues (2010), a miscigenação significava o afastamento da raça branca e, por conseguinte, um impedimento à civilização da sociedade, já que os negros representavam a inferioridade do povo brasileiro. Desta forma, a mistura tinha um sentido negativo.

A preocupação dos brasileiros estava no quanto a inferioridade adquirida no contato com o sangue negro iria afetar seu desenvolvimento, e como tal problema seria resolvido (RODRIGUES, 2010). Assim, se apresentava como uma questão controversa, na sociedade brasileira, no sentido de que “entender a nação segundo um crivo racial permitia certa naturalização das diferenças, já que se pensava explicar hierarquias sociais arraigadas em função de determinações de cunho biológico e natural” (SCHWARCZ, 1995, p. 179). No entanto, os cientistas tinham relutância em

aceitar a teoria da miscigenação, pois seria reconhecer que o país não teria um futuro, pois “o conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiam o progresso e a civilização como concluíam que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade” (SCHWARCZ, 1995, p. 179).

Nesse sentido, os pesquisadores brasileiros, do final do século XIX, passaram a buscar saídas para essa problemática e as encontraram a partir do entendimento do conceito de raça como sendo negociável, visto que estavam desesperançados com a perspectiva de igualdade, porém questionavam-se acerca das diferenças existentes entre a humanidade (SCHWARCZ, 1995).

Do mesmo modo, foram realizados trabalhos nos museus etnográficos, em Belém, São Paulo, Rio de Janeiro, a partir de pesquisas na área da biologia, da botânica e da zoologia, nos quais era buscado o entendimento das diferenças e da evolução através dos eventos naturais, como classificação e identificação do atraso. Nesse sentido, o estudo da humanidade era equiparado ao estudo da flora e da fauna, assim como seu desenvolvimento e anacronismo (SCHWARCZ, 1995).

Ao mesmo tempo, foram realizadas pesquisas nos Institutos Históricos, que procuravam esclarecer a questão racial no Brasil por meio de uma análise otimista, católica junto a uma visão evolutiva. Para eles, a sociedade brasileira seria monogenista, ou seja, teria uma única origem e desenvolvimento (SCHWARCZ, 1995).

Já os estudos ligados às áreas acadêmicas do Direito e da Medicina foram norteados pela procura da lei e do remédio. Quanto ao direito, defendia-se a criação de um código de lei único, a fim de deixar homogêneas as diferenças. No entanto, esse fator não garantia igualdade social, pois a problemática racial esbarrava na teoria racial a qual elucidava que se estava pensando em democracia, mas isso não denotava ponderar a respeito de cidadania. Quanto aos trabalhos da Medicina, se voltavam para a medicina criminal e de higiene pública. Médicos como os do Rio de Janeiro preocupavam-se com o combate às doenças tropicais responsáveis pelos altos índices de mortalidade e em defesa da coletividade realizavam práticas como a da vacina, por Oswaldo Cruz, em 1904. Depois vieram campanhas de saneamento e mudanças na realidade social, seguindo uma perspectiva na qual a questão racial,

mais precisamente a miscigenação, era vista como a causa da inferioridade do povo brasileiro, responsável pela sua degeneração e enfraquecimento da raça (SCHWARCZ, 1995).

Renato Ortiz (1985) argumenta que para melhor entendermos a teoria racial brasileira produzida a partir do século XIX é preciso, antes de tudo, fazer uma leitura das obras de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, o que ele faz em sua obra. Contudo, Ortiz (1985) afirma que a forma como os cientistas sociais brasileiros abordaram a questão racial fez com que ela assumisse um caráter racista. No entanto, tal revisão nos permite conhecer pontos pertinentes acerca da história da cultura brasileira, além de um entendimento do debate sobre a identidade nacional.

Os autores foram selecionados pelo fato de serem considerados os predecessores da Ciência Social no Brasil; seus trabalhos eram dedicados ao entendimento da sociedade brasileira e, mesmo com algumas críticas, foram responsáveis pela elaboração de um novo discurso, ou seja, um novo paradigma para a época (ORTIZ, 1985).

Santos (1985) afirma que, embora os trabalhos como o de Gilberto Freyre (1987) tenham sido constituídos por falhas para esclarecer a formação da sociedade brasileira, por terem deixado de fora da análise setores como a senzala, homens livres da periferia e até alforriados, os esforços foram inéditos e permitiram que, a partir da suas análises e críticas, alguns tópicos fossem considerados.

Buscando respostas para as indagações sobre o futuro da sociedade brasileira, esses teóricos foram buscar argumentos em dois setores: o meio e a raça. Ortiz (1985, p. 16) afirma que para esses autores “o meio e a raça se constituíam em categorias do conhecimento que definiam o quadro interpretativo da realidade brasileira”. Chegam a considerar que a utilização do trabalho escravo seria reflexo/causa do meio ambiente (ORTIZ, 1985).

A História do Brasil passa a ser definida a partir de um viés determinista em relação ao clima, à raça, à natureza. Atrelando o desenvolvimento do povo ao seu ambiente, e até mesmo ao calor, por exemplo, foram considerados os nordestinos como sub-raça em função das dificuldades que teriam encontrado no meio ambiente (ORTIZ, 1985).

Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues compartilham dessa perspectiva, mas acrescentam a ela a questão racial. Sílvio Romero considera esse ponto crucial de acordo com Ortiz (1985). Havia poucas informações acerca desse tema; as produções no período do romantismo acabaram por construir um modelo civilizado do índio e tornou o negro invisível, inexistente na sociedade brasileira, fato que só se modifica com a Abolição da escravidão no Brasil.

Nina Rodrigues (2010) chega a afirmar que os negros seriam extintos, na região sul do Brasil, pelo fato do clima ser mais propício ao desenvolvimento de uma população branca, ou seja, parecido com o europeu. Gilberto Freyre (1987) relaciona o clima quente e tropical do Brasil à predisposição dos portugueses à colonização híbrida, à miscibilidade. Segundo o autor, o clima colaborou com a atração sexual, favorecendo a miscigenação. “Os portugueses têm revelado tão notável aptidão para se aclimatarem em regiões tropicais” (FREYRE, 1987, p. 11).

Para Gilberto Freyre (1987, p. 34),

Na formação de nossa sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e da inadaptação ao clima, agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência econômica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre.

Contudo, o autor afirma que foi o negro que trouxe uma diversidade alimentar ao cardápio do branco, incluindo as frutas, os vegetais e as proteínas, se afastando da dieta, que ele denomina de indígena, baseada no carboidrato e pobre em proteína²².

Nesse sentido, a sociedade brasileira foi constituída pela fusão de três raças básicas: brancos, negros e índios. No entanto, as literaturas (Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Nina Rodrigues) abordavam o branco como sendo superior e os índios e os negros como sendo obstáculos para o desenvolvimento da civilização brasileira. Isso se dá por meio de perspectivas racistas (ORTIZ, 1985).

Assim, “o mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria da qual se exprime uma

²² No entanto, já existem trabalhos que desfazem o mal entendido de Freyre sobre o tipo de alimentação no Brasil.

necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional” (ORTIZ, 1985, p. 20-21). A raça negra, para Nina Rodrigues (2010), mesmo que se considere suas contribuições, como mão de obra, sempre representará a inferioridade do povo brasileiro.

Seguindo uma perspectiva simbólica, a mestiçagem passa a ser vista como o remédio para a doença e é nesse sentido que surge a problemática do branqueamento e da miscigenação. O cruzamento entre as raças, antes visto como perigoso e talvez impedimento do futuro da sociedade brasileira, agora é pensado como solução.

Dessa forma,

Dentro desta perspectiva, a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das “raças inferiores”, o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente (ORTIZ, 1985, p. 21).

No trabalho de Nina Rodrigues (2010), podemos ver quando trata o problema “O Negro” no Brasil, ou seja, o problema racial existente no país a partir da experiência dos Estados Unidos da América. Argumenta que o negro deveria ser diluído e compensado pelo maior número de pessoas brancas, já que o índice populacional de negros e mestiços da época era superior ao índice populacional branco.

Santos (1985) chega a afirmar que, na obra de Gilberto Freyre, a miscigenação é vista como ação benigna por parte dos colonizadores, pois lhes proporcionaria características da população branca para a população negra, a partir do cruzamento racial. O mulato seria a representação da ascensão na classificação social do negro; dessa forma, seria mais bem aceito pela sociedade - característica responsável por alguns casos de alforria. Havia, igualmente, os casos de mulatos, filhos ilegítimos dos senhores de escravos, que eram alforriados e até mesmo herdavam terras após a morte de seu pai/senhor, dando espaço para a mobilidade social e racial, ainda que restrita.

Santos (1985) argumenta que o equívoco do trabalho de Freyre está no ponto referente à miscigenação, pois o processo de mistura das raças, de nada foi

democrático, ou com relações menos rígidas entre senhor e escravo. O que se sabe é que havia uma restrita mobilidade ascendente, o que não significa uma democracia racial no Brasil.

Para Mota (1977, p. 54), “essa “geração” – por assim dizer – , caracterizada não só pelo peso de sua erudição, mas, sobretudo, pelo estilo de manipulação das informações, oferece ao investigador um material rico e complexo, se se tentar decifrá-lo pelo flanco ideológico”. O trabalho de Freyre não seria muito acadêmico, a sua obra acabou escondendo um problema importante que seria o das relações de dominação existentes no Brasil.

Assim como Mota (1977), Renato Ortiz (1985) entende que as teorias racialistas não explicam os problemas raciais e sociais. Por esse motivo, o autor busca, nos trabalhos racialistas, entender o que era tentado explicar por esses para assim elaborar seu trabalho e encontrar o caminho mais apropriado para a questão racial no Brasil do século XX. Ele tenta perceber como a cultura nacional está sendo tratada e de que forma a construção do Estado Nacional afeta a lógica racial vigente e influi na elaboração de um discurso de um “povo” com uma identidade nacional.

Renato Ortiz (1985) mostra que o mestiço passa a ser a solução para o problema social e racial, traz a “fábula das três raças”, branco, negro e o índio; no entanto, para ele, essa fábula não pode ser incorporada como explicação, porque nasce em sociedade, com uma economia escravocrata em crise e que tem uma lógica capitalista. Mostrar a raça como explicação para o problema aliado à criação de uma identidade nacional, é somente uma possibilidade em longo prazo.

Para o autor (1985), a incorporação da mestiçagem acaba sendo prejudicial, pois tira elementos da cultura negra para torná-la nacional. O problema da mestiçagem, no sentido do embranquecimento, é que o que é chamado de cultura nacional, na realidade, é a cultura negra embranquecida, e tornada nacional. O que mais tarde se percebe que impediu o movimento pelo reconhecimento do negro e favoreceu a ideologia da democracia racial. Tira do negro a sua cultura; o negro enquanto discriminado não tem como questionar sua identidade, pois sua cultura se mistura com a nacional. A sociedade se apropria das manifestações de cor, tornando-as nacionais, favorecendo o discurso de democracia racial, ratificada na obra de Freyre, em que as relações entre senhor e escravo são harmônicas.

O que podemos observar a partir dessas obras é que a solução para o “problema raça” não estava em promover melhores condições sociais, como educação, trabalho, justiça, entre outros direitos, tampouco incluir os grupos étnicos excluídos no meio social. Os teóricos apenas buscavam acabar com as diferenças através do branqueamento, assim acabariam não só com a “cor” desses grupos étnicos como com sua história, sua cultura e sua identidade. Esse tipo de debate, de certa forma, contribuiu para que o preconceito racial continuasse e com ele todas as desigualdades.

Outra vertente lavrada por esses teóricos foi a da democracia racial, pois, como podemos verificar na obra de Freyre, os escravos viveriam harmoniosamente com seus senhores na “Casa grande”, cultura que passa a mensagem de que no Brasil não há racismo e que brancos e negros vivem sem conflito.

3.4 - Raça e desigualdade social no Brasil

O mito da democracia racial, além de criar uma falsa atmosfera de relações harmônicas entre os diferentes grupos étnicos presentes no Brasil, dificultou a criação de mecanismos que impedissem o surgimento e o crescimento das desigualdades raciais; logo, sociais e econômicas, além de adiar a criminalização de ações discriminatórias verificadas no país. E essa ideologia ocasionou a deficiência na legislação legalizada acerca da segregação, no sentido de reconhecer que no Brasil há problema racial (CARNEIRO, 2000; HASENBALG, 2005).

Até a constituição de 1988, a prática do racismo era considerada apenas uma contravenção. Foi a partir dessa constituição, no inciso XLII, que as ações racistas foram criminalizadas, tornando-se crime inafiançável e imprescritível. Assim, o problema racial, camuflado pelo mito da democracia racial, passou a ter uma visibilidade sobre o viés jurídico, visto que, além de ser uma questão social, é também jurídica e carece igualmente de uma ação política para a sua solução (CARNEIRO, 2000).

Pelo mesmo motivo, sobre a democracia racial, no Brasil, as análises acerca das desigualdades sociais ficaram por muito tempo vinculadas aos índices de pobreza da população e pela diferença de classe, pois, de acordo com o mito, não havia

desigualdades raciais. Porém, com a rejeição dessa ideologia, estudos mais recentes têm ponderado sobre a perspectiva de análise que aprecia as relações raciais, porque as considera ponto crucial no que corresponde à desigualdade social no país (JÚNIOR et al, 2010). Desigualdades presentes na escolaridade, renda, trabalho, saúde, segurança e justiça.

No entanto, no que concerne à legislação, não se tem eficácia, tampouco têm sido resolvidos ou punidos os atos de discriminação, pois se encontram muitos desafios, como a falta de provas, uma tipificação adequada do crime de racismo, além do fato de ser a discriminação racial compreendida pela sociedade brasileira como um tema sem importância, um crime coadjuvante (CARNEIRO, 2000).

O “SOS racismo”, serviço de assistência legal às vítimas de preconceito racial, informa que essas práticas ocorrem com frequência no mercado de trabalho, onde pessoas do grupo étnico dos negros são discriminadas e muitas vezes impedidas de concorrer à vaga de trabalho por determinação da empresa ou chefia. Em outras ocasiões, funcionários negros são destratados publicamente com palavras racistas por seus patrões (CARNEIRO, 2000). Isso contribui ainda mais para a desigualdade social e econômica no país.

Carneiro (2000, p. 320) considera que

a impunidade, no plano legal, o descaso social, a ausência de políticas públicas específicas para reverter este quadro de desigualdade estão diariamente ligados ao desprezo que historicamente este lado do Brasil provoca em nossa sociedade.

Assim, para solucionar esse problema racial que gera a desigualdade social, econômica e legal, é preciso um enfrentamento das demandas de raça/etnia, de classe e de gênero, como tema principal no debate das desigualdades na sociedade brasileira para, dessa forma, incluí-la na demanda dos direitos humanos, renovando os princípios universais que atualmente não abrangem o combate e a punição de crimes contrários à igualdade (CARNEIRO, 2000).

A questão da desigualdade racial não se limita apenas a atos de discriminação, mas se reflete diretamente na desigualdade social e econômica dos diferentes grupos étnicos presentes no Brasil. Embora a renda de pessoas brancas

no país seja maior do que das pessoas pardas e pretas, Silva (2000) destaca que, para analisar as desigualdades sociais no Brasil, não podemos nos restringir somente à análise da distribuição de renda, pois ela é apenas um elemento de todo o processo que envolve as injustiças sociais. É preciso considerar a “cor do indivíduo”, a fim de verificar a relação dessa característica com as diferenças de renda. Silva (2000) acrescenta que uma parcela da desigualdade de renda identificada entre pretos e pardos ocorre pela discriminação racial no mercado de trabalho.

O mesmo ocorre quando analisada a mortalidade infantil e a expectativa de vida, pois a mortalidade infantil é maior entre pretos e pardos e é menor entre brancos, assim como é maior a expectativa de vida entre brancos. E quando verificadas as desigualdades educacionais, percebemos que brancos e pais de brancos têm índices maiores para escolaridade, ocorrendo o inverso entre pardos, pretos e seus respectivos pais. Esse fenômeno de desigualdade é denominado “ciclo de desvantagens acumulativas” (SILVA, 2000, p. 37).

Dessa forma, parte da conjuntura desigual da sociedade brasileira se justificaria pelo contexto social e histórico dos grupos raciais presentes no Brasil, porém Silva (2000) e Hassenbalg (2005) compreendem que só esse fator não basta para explicar essa condição desigual. Hassenbalg (2005, p. 207) considera que a “ênfase na explicação deve ser dada às relações estruturais e ao intercâmbio desigual entre brancos e não-brancos”. Por isso, Silva (2000) analisa a questão a partir do ciclo de vida dos indivíduos, considerando duas fases, a de mobilidade social e a de aquisição de renda, e conclui que

no âmbito da distribuição das oportunidades de mobilidade social entre os grupos de cor, podemos dizer que os não-brancos estão expostos a chances menores de ascensão social, as dificuldades para ascender aumentam com o nível do estrato de origem; e os nascidos nos estratos mais elevados estão expostos a riscos maiores de mobilidade (SILVA, 2000, p. 45).

Assim, o autor (2000) averigua que os não-brancos estão presentes entre os estratos ocupacionais considerados mais inferiores, trabalhos rurais e manuais, assim como seus pais; já os brancos e seus pais destacam-se em trabalhos com curso superior e por serem proprietários das suas empresas. Identificando dessa forma uma maior mobilidade social entre o grupo dos brancos, pois mesmo quando os não-

brancos ascendem, há uma grande chance de descender socialmente, diferente do que ocorre com os brancos.

Conforme Hasenbalg (2005), os não-brancos enfrentariam duas desvantagens em relação aos brancos no que concerne à mobilidade social ascendente, pois eles teriam que superar as diversidades advindas da sua baixa origem social e ainda a competitividade dificultada pela questão racial.

Hasenbag (2005), assim como Silva (2000), faz uma análise das relações raciais a partir da mobilidade social intergeracional e intrageracional, averiguando de que maneira a filiação racial influencia na capitalização de vantagens e desvantagens para aquisição de uma futura posição social e de seus filhos. Assim considerando que as oportunidades tenham sido as mesmas, Hasenbag (2005) evidenciou que os grupos não-brancos são mais sujeitos as heranças familiares negativas, no que tange às desvantagens da mobilidade social, ou seja, “ciclo de desvantagens cumulativas”, pois averiguou que os não-brancos (negros e mulatos) nascidos em famílias de baixa posição social, têm maiores dificuldades de mobilidade social e enfrentam mais prejuízos no seguimento de transmissão de *status* de geração para geração. Os filhos de não-brancos de níveis mais baixos continuaram no mesmo grau ocupacional que os pais.

Essas informações foram apresentadas no sentido de que

a produtividade (o salário ou o rendimento) é uma característica inerente da posição ocupacional, embora dentro de um certo nível de produtividade ocupacional média possa haver diferenças secundárias de produtividade associadas a certas características individuais, como educação e experiência (SILVA, 2000, p. 47).

Nesse sentido, os grupos raciais não-brancos, por ocuparem cargos inferiores de trabalho aos brancos, possuem salários menores e, logo, uma renda menor, resultando na desigualdade de renda e social, que tem sua origem na desigualdade racial.

Conforme o exposto acima, a maioria dos trabalhos acerca das desigualdades sociais, quando não se limita às relações de classe, se limita à análise das diferenças entre brancos e negros (não-brancos). Contudo, o artigo de Coelho et al. (2010) traz uma perspectiva de análise em que as desigualdades são verificadas a partir das

diferenças entre brancos e indígenas. Os autores, ao analisarem 15 municípios do Brasil com o maior índice populacional de indígenas, buscam apresentar suas respectivas desigualdades. Os indígenas, nesse estudo, apresentaram uma taxa de mortalidade infantil três vezes maior que a dos brancos. Coelho et al. (2010) julgam que isso seja relacionado ao difícil acesso aos serviços públicos, como a saúde e o planejamento familiar. Em relação à educação, observou-se que os brancos estudam em média o dobro de anos a mais que os indígenas e que a renda dos brancos é oito vezes maior que a dos indígenas, além de não haver indícios de mobilidade, pois a maioria da população indígena não costuma migrar dos seus municípios²³.

Isso nos remete à teoria de Silva (2000), em que a desigualdade é analisada a partir do ciclo da vida de cada indivíduo, e é resultado das desvantagens acumulativas, herdadas dos seus familiares, contrariando o discurso hegemônico que coloca uma sociedade desigual em um discurso de iguais oportunidades a todos os membros da sociedade.

Todavia, considerando os dados da revista Retrato das Desigualdades (2011), observa-se que as desigualdades vêm diminuindo, ainda que com muitos limites, no Brasil, pois dados de 2009, baseados nas fontes do IBGE e IPEA, mostraram que em relação à educação as mulheres brancas tinham 2,4 anos a mais de estudos que as mulheres negras (mulher branca 8,0 anos e mulher negra 5,6 anos), em 1999, enquanto que, em 2009, essa diferença diminuiu para 1,9 anos (mulher branca 9,7 anos e mulher negra 7,8). Já os homens brancos estudariam 2,4 anos a mais que os homens negros, em 1999, e 2 anos a mais em 2009. Desta forma, averiguamos que os anos passam, algumas políticas públicas (como as cotas, Prouni e bolsa escola) foram implementadas, porém as desigualdades permanecem.

Em relação à saúde, os dados datam de 2008 e foram obtidos do Suplemento saúde PNAD; referem-se aos dados de indicadores de acesso e utilização de serviços de saúde. Neles, verificamos que a diferença de atendimento é pequena: a proporção de pessoas atendidas no Sistema de saúde por raça/cor é de 97,3% de pessoas brancas para 95,0% de pessoas negras. Quando os dados são limitados aos atendimentos do SUS foi apontado que a população negra apresentou 67% e a

²³ Isso não se aplica a todas as etnias indígenas, pois muitas se caracterizam justamente pelo fator migratório. Desta maneira, esses grupos não veem esse “deslocamento” como “deixar seu território”, pois eles migram por onde compreendem ser seu território.

população branca 47,2% de utilização desse sistema de saúde. Comparando esses dados com a utilização de planos de saúde particulares, os brancos apresentam 34% e a população negra, 17,2%. Logo, verificamos que, além dos brancos terem maior acesso à saúde, no percentual total, eles ainda usam, de modo geral, mais os planos de saúde do que as pessoas negras, enquanto essas apresentam mais acesso ao SUS.

Já a taxa de desemprego informada é de 12,5 % para mulheres negras e 6,6% para homens negros, enquanto o percentual de desemprego das mulheres brancas é de 9,2% e dos homens brancos, 5,3%. Verificamos, desta forma, que há uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho, mas principalmente de raça, pois o percentual de desemprego para as pessoas negras é maior do que para as pessoas brancas, até 2009. Esse fator se reflete na aquisição de bens de consumo por parte desses grupos e, conseqüentemente, na renda dos mesmos.

Quando analisados os dados online da revista Retrato das Desigualdades, quanto à renda, podemos observar uma mudança em relação a essa desigualdade, pois, em 2001, o rendimento médio mensal de uma pessoa branca era de R\$ 1.449,00 reais e de uma pessoa negra, R\$ 709,40; assim, verificamos que a renda de uma pessoa branca era mais que o dobro de uma pessoa não branca. Porém, os dados referentes ao ano de 2013 mostraram que essa disparidade de renda diminuiu, pois foi averiguada uma renda de R\$ 1.927,00 para as pessoas brancas e R\$ 1.101,50 para pessoas negras. Entretanto, como podemos notar, a mudança é singela e as pessoas negras continuam com uma renda menor que as pessoas brancas.

Desse modo, embora a pesquisa de Silva (2000) se refira a dados com mais de uma década, é possível constatar, a partir de dados mais recentes (IPEA, 2011), que as desigualdades têm sido atenuadas. No entanto, eles mostram que elas permanecem e que continuam refletindo nas condições de vida de pessoas negras, já que os piores indicadores correspondem às mulheres negras seguidos dos homens negros.

Assim, verificamos, a partir dessas informações, que há desigualdades de acesso aos serviços públicos entre brancos, indígenas e negros. Havendo essa distinção, buscaremos, através dos dados analisados a seguir, verificar se essa diferença tem efeito sobre o comportamento político desses grupos estudados.

4 - PERCEPÇÃO DE ACESSO A SERVIÇO PÚBLICO E COMPORTAMENTO POLÍTICO NO BRASIL

Tendo em vista que concordamos desde já que a Cultura Política ou as instituições por si só não garantem condições suficientes para a sustentação da democracia, tampouco o desenvolvimento econômico, é que este trabalho compartilha a afirmativa de que as orientações subjetivas, ou seja, a Cultura Política é uma variável estrutural que se relaciona com variáveis, instrumentais e políticas, cooperando assim com a estabilidade do regime democrático, tornando-se imperativa (MOISÉS, 1995).

Vimos até aqui que foram diversas as formas de analisar o comportamento político dos indivíduos e que os seus determinismos menosprezam algumas variáveis de análise em prol de outras, como é o caso das perspectivas econômicas, institucionais e culturais. No entanto, Inglehart (*apud* MOISÉS, 1995) assegura que é questionável afirmar que o desempenho das instituições políticas não influencia a Cultura Política, pois isso seria considerar que os valores seriam contingentes. Porém, tentar resolver o problema a partir de um determinismo institucional, ao comportamento dos indivíduos, não é adequado. Atitudes, opiniões, valores e comportamentos devem ser esclarecidos em si, pois abarcam várias relações interdimensionais, econômicas, sociais, sexuais, religiosas, partidárias; entre Estado e sociedade, entre sociedade e políticos, além da compreensão acerca do poder público. Essas dimensões causam efeitos mútuos. Nesse sentido, influenciam o comportamento e a tomada de decisões dos indivíduos em relação às instituições (MOISÉS, 1995).

É nesse sentido que este capítulo busca responder a problemática elencada no início do trabalho, ou seja, “qual é o efeito da percepção sobre o acesso a serviços públicos no comportamento político dos principais grupos raciais do Brasil?”. Objetiva-se aferir os níveis de percepção de acesso de brancos, indígenas e negros quanto à saúde, à educação, à segurança, ao emprego e à justiça, além de analisar o apoio e a satisfação com a democracia por raça para, enfim, verificar se a existência de tendências das raciais sobre a sua Cultura Política.

Dessa forma, o capítulo busca resolver o problema e testar as hipóteses a partir de duas seções. A primeira seção apresenta os testes empíricos sobre o apoio e a satisfação com a democracia a partir do cruzamento dos dados com a autodeclaração dos entrevistados. A segunda seção verificará de que forma os dados empíricos podem nos fornecer informações acerca da relação do acesso aos serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia para assim confirmarmos ou não as hipóteses e solucionar a problemática deste trabalho.

4.1 - Sustentações da democracia brasileira: apoio e satisfação

Tendo em vista as diferenças conceituais entre apoio e satisfação e as implicações dessas dimensões atitudinais e comportamentais na sustentação do regime democrático, conforme discutido no Capítulo 2, é que serão trazidos para esses estudos os dados quanto ao apoio e à satisfação dos brasileiros entrevistados, no ano de 2011, pela Corporación Latinobarómetro a partir de sua declaração racial.

A análise do apoio ao regime democrático se dará com base na literatura que entende o apoio como a legitimidade do sistema político democrático, acrescentando a confiança, já que é a fé que o cidadão tem de que o sistema político democrático é preferível a outro, o mais adequado, tendo em vista que essa é uma dimensão normativa e abstrata (MENEGUELLO, 2010; EASTON, 1974).

Para Easton (1974), o conceito de apoio no seu sentido comum seria uma avaliação, a forma como uma pessoa valorativamente se orienta a algum objeto, seja pelas suas atitudes ou seu comportamento. Contudo, esse conceito tem pouca utilização na linguagem técnica e o autor acrescenta ainda que existem muitas ambiguidades nos conceitos utilizados na linguagem científica. Por essa razão, Easton (1974) faz uma reavaliação do conceito de apoio (“support”), apresentando dois tipos: apoio difuso e apoio específico.

O apoio específico está relacionado com a satisfação que as pessoas de um sistema político sentem segundo a obtenção de resultados e o desempenho das autoridades. Esse apoio é atrelado à avaliação das autoridades e das instituições. Apresenta dois sentidos específicos do objeto: 1) entende que as pessoas são ou

podem se tornar conscientes das autoridades políticas (essas autoridades são responsáveis pelas ações do dia-a-dia tomadas em nome de um sistema político); 2) é relacionado às decisões, às políticas, às ações, às declarações dessas autoridades. Esse conceito depende da relação que as pessoas fazem entre as suas necessidades, desejos e o comportamento das autoridades políticas. Para que esse apoio específico se constitua é necessário que os cidadãos atribuam (interpretem) de forma causal o apoio ao comportamento das autoridades. Em suma, neste apoio admite-se que as pessoas têm consciência política necessária para associar satisfação e insatisfação com o comportamento compreendido dessas autoridades, se o comportamento é sob a forma de ações (EASTON, 1974).

A relação causal pode ser gerada pela avaliação que os cidadãos farão acerca das ações das autoridades, ou seja, a partir das demandas atendidas ou não pelos governantes. Também pode ser realizada uma avaliação geral das ações das autoridades. O apoio específico pode mudar conforme a satisfação percebida (atendimento das necessidades por parte do governo); assim, quando insatisfeitos, o apoio pode mudar (EASTON, 1974).

Quanto ao apoio difuso, este está relacionado à atitude da população em relação ao sistema político, de modo geral, diferente do apoio específico que remete a satisfação dos cidadãos ao desempenho dos governantes e das autoridades. Além disso, o apoio difuso não depende da avaliação/satisfação do desempenho do governo ou das instituições.

apoio político “difuso” envolve atitudes que estão relacionadas com a aprovação das características essenciais do funcionamento do sistema político, como os procedimentos que garantem a participação dos cidadãos em processos destinados a formar governos através das eleições periódicas (MOISÉS, 1995, p. 198).

O apoio difuso é mais duradouro que o apoio específico e, segundo Easton (1974), é a base que sustenta o regime político de modo geral. Ou seja, o apoio difuso é representado pelo apoio ao regime político de determinado país. Conforme Easton (1995) *apud* Ribeiro (2011, p. 134), apoio difuso é “à dimensão normativa da adesão a determinado regime político, sendo resultado de longos processos de socialização”.

Para Eaton (1974), o apoio difuso tem sua origem em duas fases, na infância, continuando na fase adulta (a socialização) e na experiência direta.

Dessa forma, a questão analisada acerca do apoio político, neste trabalho, está relacionada ao apoio difuso, tendo ideia que esse conceito se refere à atitude de um cidadão em relação ao regime político. No sentido de que representa a aceitação dos cidadãos brasileiros ao regime democrático e a confiança em que o regime democrático e as suas instituições são as formas mais adequadas de governo.

Moisés (1995), do mesmo modo, corrobora que na literatura das Ciências Sociais existem duas vertentes no que se refere ao nível de apoio a um regime político no que tange à sua sustentação. Chalmers (*apud* MOISÉS, 1995) apresenta a vertente *consensualista* da democracia, que associa a sustentação e a longevidade do regime ao maior número de cidadãos apoiadores, ou seja, a determinação da maioria sobre a minoria. Já Bobbio (*apud* MOISÉS, 1995) expõe a vertente *conflitualista* da democracia, perspectiva essa que considera o apoio da maioria no que confere às regras de procedimentos; no entanto, não exclui que haja cidadãos que prefiram outras alternativas, ou seja, uma parcela que queira conhecer outros regimes, um consenso democrático majoritário. Moisés (1995) entende que a visão *consensualista* seria perigosa para a democracia por ser determinista quanto ao apoio da maioria sobre a minoria. Já o ponto de vista *conflitualista* asseguraria a diversidade e o pluralismo político.

Conforme os dados analisados neste trabalho (Latinobarómetro, 2011) sobre o apoio à democracia, 51,6% dos brasileiros preferem a democracia a outra forma de governo; 22,4% dos entrevistados acreditam que em alguns momentos o país poderia ser regido por um governo autoritário e 26,0% defendem que dá no mesmo um governo democrático ou autoritário. Assim, a partir dessas percepções dos brasileiros acerca do governo, podemos vislumbrar que a maioria dos brasileiros apoia o regime democrático.

É nesse sentido que, a partir da Tabela 1, verificaremos como se dá o apoio dos brasileiros à democracia segundo sua declaração racial, considerando apenas os três grupos selecionados, brancos, indígenas e negros, escolha justificada no capítulo 1.

Faz-se pertinente, ainda, informar que de acordo com a ficha técnica do Latinobarómetro, 2011, as classificações raciais foram obtidas a partir da autodeclaração racial do entrevistado, visto que lhe foi perguntado a que raça o entrevistado se julgava pertencer. Portanto, não temos a informação, por exemplo, se o grupo racial dos indígenas citados nas Tabelas a seguir representa grupos que vivem (ou buscam viver) em alteridade com a sociedade envolvida (ou seja, que vivem em aldeias indígenas, buscando manter suas tradições). Haja vista, que a autodeclaração e o reconhecimento de grupos raciais como dos indígenas e negros podem lhe permitir acesso a direitos garantidos por lei e ter reconhecimento do Estado.

Tabela1: Apoio à democracia por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	53,8	42,9	44,9
Em algumas circunstâncias, o governo autoritário pode ser preferível.	17,1	21,4	28,2
Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	29,1	35,7	26,8
Total	100	100	100
N	299	14	414

Fonte: Dados com base em *Latinobarómetro (2011)*.

$p < 0,05$

O que se verificou na análise desses dados é que a maior parte dos três grupos raciais estudados prefere a democracia à outra forma de governo, haja vista

os percentuais de 53,8% para os negros, 42,9% para os indígenas e 44,9% para os brancos. Contudo, o que podemos processar é que o grupo dos negros é o que mais apoia o governo democrático, ao passo que o grupo dos indígenas é o que tem o menor percentual de apoio.

Quanto à preferência por regime autoritário, averiguamos, conforme a Tabela 1, que os brancos estão mais de acordo com a instauração de um regime autoritário no Brasil do que os outros grupos, com um percentual de 28,2%.

Em relação à terceira alternativa, em que o entrevistado respondeu ser indiferente um ou outro regime, podemos observar que o grupo dos indígenas demonstrou o maior percentual (35,7%). Nesse sentido, podemos conjecturar que, para suas demandas, é indiferente o regime que rege o país.

O que se percebe com esses dados é que existe, em algum nível, uma diferença de comportamento entre os diferentes grupos raciais, ainda que singela. Isso pode ser justificado por inúmeros fatores, pois, de acordo com Moisés (1995), a legitimidade do regime democrático está relacionada ao apoio e quanto maior for esse apoio, maiores as chances da sua legitimação. No entanto, é preciso conhecer o limite aceitável desse apoio. Os percentuais de apoio podem ser relativos à conjuntura histórica de um país, que pode alterar percepção que os cidadãos têm acerca do regime democrático. Por exemplo, para Moisés (1995), 50% de apoio à Democracia, para um país como os Estados Unidos, pode ser entendido como uma adesão precária. Dessa forma, se pensarmos no caso brasileiro, em que sua história democrática é marcada por interrupções, poderíamos considerar o percentual encontrado, na Tabela 1, quanto ao apoio, como sendo indicativo de risco à legitimação do regime democrático, pois os percentuais de entrevistados a favor da intervenção militar e indiferentes ao regime são bem expressivos, aplicando-se a teoria de Moisés (1995), na qual a legitimidade está atrelada ao apoio e reflete o contexto histórico de uma sociedade.

No entanto, Moisés compreende que outros fatores também devem ser considerados no apoio e legitimação da democracia (1995, p. 186)

De fato, seja pelos efeitos das enormes desigualdades econômicas e sociais que ainda caracterizam a sociedade brasileira; seja pelo processo incompleto de modernização; ou ainda; seja por que considera, em sua autonomia específica, a ação das lideranças democráticas não teve sempre o sentido inovador delas esperado [...], deixando bastante incompleta a tarefa de institucionalização requerida pela mudança do regime, o fato é que as transformações políticas dos últimos dez anos não produziram taxas de aceitação democrática que cheguem a 2/3 do público de massa no Brasil; antes, bloquearam o desenvolvimento da nova cultura democrática ao distinguir entre os “integrados” e “não integrados” à vida pública. Por isso, se a experiência negativa do autoritarismo redirecionou a preferência de elites de “não elites” em relação ao regime anterior, ao revelarem-se desiguais entre os diversos grupos sociais, suscitando níveis muito diferentes de interesse e de reação diante do novo regime, os efeitos desiguais da modernização combinaram-se com sobrevivências do autoritarismo, com a presença de estilos políticos tradicionais e com déficits de funcionamento das instituições de representação. A consequência disso é a continuidade de padrões de apatia política e de afastamento de amplos seguimentos da população da vida política que se refletem sobre as taxas de adesão ao regime democrático.

É nesse sentido que a seção 4.2 tratará da relação do acesso aos serviços públicos e o apoio à democracia, a partir da suposição de que o desigual acesso a esses serviços, segundo o grupo racial correspondente, pode influir no comportamento político dos brasileiros.

No entanto, este trabalho não aborda apenas as desigualdades sociais que podem influenciar na atitude de apoio do brasileiro, mas pensa também em que sentido as diferenças raciais podem estar influenciando esse apoio.

Se analisarmos esses dados sob a perspectiva das atitudes ambivalentes (tipologia de José Álvaro Moises, 2010a,2010b), podemos levar a crer que se somados os dados das respostas “Em alguma circunstância o regime ditatorial é preferível” e “Dá no mesmo um regime democrático ou ditatorial” do grupo dos brancos e indígenas, podemos conjecturar uma atitude ambivalente, haja vista que, embora no seu total os percentuais sejam maiores para a preferência pela democracia, o índice dos brancos para as questões acima citadas é de 28,2% para a resposta “Em alguma circunstância o regime ditatorial é preferível” e 26,8% para o procedimento “Dá no mesmo um regime democrático ou ditatorial”, dando uma soma maior que a de apoio (55% do grupo), o que nos dá pistas sobre uma atitude ambivalente por parte desse grupo, que serão comparadas com a tabela de satisfação.

Algo parecido ocorre com o grupo dos indígenas, pois se verificarmos os dados percentuais da Tabela 1, eles nos levam a verificar que esse grupo tem o maior índice para a soma de “Dá no mesmo um regime democrático ou ditatorial” (35,7%, dos entrevistados desse grupo) com “Em alguma circunstância o regime ditatorial é preferível”, (21,4% do grupo), o que resulta em 57,1% dos entrevistados declarados indígenas. Podemos conferir que teremos um número maior do que o de apoio, assim como ocorre com o grupo dos brancos – dando-nos sinais de uma atitude ambivalente no grupo indígena também.

Tal atitude não é percebida no grupo dos negros. Mesmo somando as duas possibilidades de respostas, não encontramos um percentual maior do que o de apoio à democracia. Entretanto, esse grupo apresenta percentual significativo (46,2%), de não apoio à democracia, embora menor do que os demais grupos analisados.

Verificar a satisfação dos brasileiros, no que confere ao sistema democrático, significa analisar a avaliação que os brasileiros fazem acerca do desempenho do regime democrático, “no qual são levados em conta a responsividade do sistema e suas instituições e atores necessários para enfrentar os problemas apresentados pelos cidadãos” (MENEGUELO, 2010, p. 134).

Estudiosos, como Easton (1974), entendem que a satisfação corresponde ao apoio específico que está relacionado à satisfação que os membros de um sistema apresentam ao desempenho e resultados alcançados pelas autoridades. Seria a satisfação com a eficácia das autoridades em solucionar os problemas da sociedade e está diretamente relacionado às decisões, declarações e ações das autoridades, ou seja, existe uma relação causal entre as demandas, necessidades da população e o comportamento das autoridades.

Do mesmo modo, Gunther e Monteiro (2003) entendem a satisfação como uma avaliação feita pelos cidadãos acerca do desempenho das instituições democráticas, ou seja, quanto à *performance* do governo ou do sistema político no que converge ao atendimento de suas necessidades, no caso aqui estudado.

Haja vista que muitos estudos relacionam o sucesso e a legitimidade da democracia à eficácia da mesma em gerar bens materiais e, por conseguinte, produzir sentimentos de funcionalidade/efetividade por parte dos membros da comunidade

política é que se pretende analisar esse tema nesta seção. Contudo, estudos realizados, desde a década de 1990, mostram que os brasileiros, embora apoiem o regime democrático, possuem uma característica capciosa no que confere à satisfação com a *performance* do governo democrático. Isso porque apoiam e ao mesmo tempo nutrem uma profunda desconfiança em relação às instituições e ao comportamento político em geral (MOISÉS, 1995).

De acordo com os dados do *Latinobarómetro* para 2011, analisado neste estudo, 39,0% dos brasileiros afirmam satisfação em relação à democracia enquanto 61,0% se dizem insatisfeitos com o regime.

Dessa forma, a Tabela 2 nos permite perceber como se apresentam os brasileiros segundo as raças em relação à satisfação com o regime democrático. É possível observar, a seguir, se esse comportamento de apoio e insatisfação, comentado por Moisés (1995), persiste em 2011:

Tabela 2: Satisfação com a democracia por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Satisfeito	32,3	31,3	42,8
Insatisfeito	67,7	68,8	57,2
Total	100	100	100
Nº	344	16	549

Fonte: Dados com base em *Latinobarómetro* (2011).

$p < 0,05$

Nota-se, na Tabela 2, que a maior parte dos três grupos raciais estudados encontra-se insatisfeita com a democracia.

Observando os percentuais a partir de cada raça, verificou-se que o grupo dos brancos é o mais satisfeito com a democracia, com percentual de 42,8% desse grupo. Por outro lado, o grupo dos indígenas é o menos satisfeito, seguido do grupo dos negros (com os respectivos percentuais de 31,3% e 32,3%), praticamente empatados.

Quanto à insatisfação, nota-se que o grupo dos indígenas tem um percentual maior de insatisfação (68,8%) com a democracia, acompanhados do grupo dos negros (67,7%). Já o grupo dos brancos é menos insatisfeito com a democracia (57,2% apresentam insatisfação).

O que podemos observar, já de início, é que os brasileiros, em 2011, assim como os estudados nos trabalhos de José Álvaro Moisés (2010a,2010b), apresentam uma atitude ambivalente, ou seja, apoiam a democracia, como foi observado na Tabela 1, porém estão insatisfeitos com a democracia como se observa na Tabela 2. Tais dados, a fim de comparação, estão sistematizados na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3: Comportamento ambivalente por raça (%/N)

	Negros	Indígenas	Branco
Apoio à democracia	53,8 (299)	42,9 (14)	44,9 (414)
Insatisfação com a democracia	67,7 (344)	68,8 (16)	57,2 (549)

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Dessa forma, considerando a tipologia de Álvaro Moisés (2010a,2010b), em que a atitude ambivalente configura uma atitude em que os cidadãos brasileiros apoiam a democracia, mas estão insatisfeitos o regime democrático ou não apoiam a democracia, mas estão satisfeitos com o regime democrático. Nesse sentido, consideramos que os cidadãos com mais de 50% de não apoio e mais de 50% de satisfação, bem como os com mais de 50% de apoio e mais de 50% de insatisfação são considerados cidadão ambivalentes.

Entendemos ainda a satisfação como resultado da avaliação que os cidadãos fazem sobre o desempenho do governo e a eficácia das autoridades em solucionar os problemas da sociedade, conforme apontado anteriormente. Podemos sugerir que a insatisfação dos brasileiros estaria relacionada, entre outras questões, ao não acolhimento do governo democrático às demandas dos brasileiros, ou seja, a insatisfação com os serviços públicos e com as instituições resultaria na insatisfação com o regime vigente. Com isso, passamos ao segundo item deste capítulo, que aborda a percepção dos brasileiros sobre os serviços públicos.

4.2. O acesso aos serviços públicos e o comportamento político dos (brancos, indígenas e negros) brasileiros.

Ainda buscando soluções para o problema de pesquisa acerca da relação do acesso aos serviços públicos no comportamento de três grupos raciais brasileiros é que essa seção do capítulo 4 apresentará os dados acerca do acesso desses grupos aos serviços públicos, como educação, justiça, saúde, segurança e trabalho.

Assim como Moisés (1995, p. 161-162), entendemos que a

A influência da estrutura política sobre a cultura política não é automática nem imediata; ela depende do intercurso que esses fatores mantêm entre si ao longo do tempo. É muito importante para isso que, enquanto o tempo passe, permitindo que as instituições democráticas se consolidem, os componentes democráticos da nova cultura política ganhem consistência tanto entre as elites políticas como entre as massas dos cidadãos (MOISÉS, 1995, p. 161).

Para melhor compreender esse processo é que a apresentação dos dados de posicionamento sobre acesso será averiguada, pensando até que ponto tais características comportamentais, apuradas na seção anterior (de apoio e satisfação com a democracia), estão atreladas ao acesso aos serviços públicos e até mesmo ao pertencimento racial de cada cidadão.

Neste momento do trabalho, exibiremos as variáveis referentes à percepção e ao acesso aos serviços públicos, segundo a declaração racial dos entrevistados do banco de dados da *Corporación Latinobarómetro* para o ano de 2011. Primeiramente, verificamos a percepção sobre grupos que se favoreceram do serviço da educação.

A partir dos dados pesquisados, acerca da questão: “Qual desses grupos crê que se favorece menos com o sistema educativo de seu país? ”- considerando todos os brasileiros entrevistados - podemos vislumbrar quais dos grupos têm a percepção de menos ou mais acesso à educação. Os dados revelam a crença de que o grupo menos favorecido é o grupo de baixa renda (com 12,6% das respostas). Seguindo a observação, encontramos como o segundo grupo menos favorecido o de áreas rurais, com 8,8% das respostas, e em seguida os afrodescendentes, com 6,8% das

respostas. A partir desses dados, podemos sugerir que, dos grupos analisados nesta dissertação, o grupo dos negros é o mais indicado como desfavorecido entre as raças estudadas. Depois do percentual dos afrodescendentes está a porcentagem dos indígenas (5,8%). Logo, o grupo dos brancos encontra-se com um dos menores percentuais de percepção de não favorecimento com o sistema de educação do país (0,7% das respostas).

A seguir, a Tabela 4 indica o nível educacional formal dos entrevistados.

Tabela 4: Acesso à educação por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Não estudou	12,8	16,7	6,4
Ensino Fundamental	52,6	44,4	42,9
Ensino Médio	27,9	33,3	31,8
Universitário incompleto, completo e tecnólogo	6,7	5,6	18,9
Total	100	100	100
N	359	18	576

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011)

$p < 0,05$

A partir da Tabela 4, podemos afirmar que o grupo dos brancos é o grupo com mais anos de estudo, pois possui os maiores percentuais para o Ensino Superior incompleto e completo. O grupo dos indígenas tem o maior percentual para o índice de “não estudou” (16,7%), o que configura ter um menor de acesso à educação formal frente aos outros grupos. Ainda quanto ao acesso à educação superior, os indígenas apresentam os menores índices de acesso.

Nesse sentido, podemos concluir que o grupo dos brancos é visto com percepção de maior acesso à educação devido à ocorrência de terem, de fato, os

maiores níveis de escolaridade superior no país e alto acesso à educação formal, enquanto os níveis de escolaridade entre indígenas e negros se destacam no Ensino Fundamental.

Moisés afirma que a escolarização de um cidadão pode revelar os efeitos da exclusão social e o apoio ao regime democrático. A educação, para Moisés (1995, p. 153), é importante para prática da cidadania, já que

Os setores, cujo acesso a esse bem público ainda está bloqueado, demonstram não tanto tendências estruturais a favor do autoritarismo, mas a incapacidade crônica de relacionar-se com exigências fundamentais da vida democrática: informar-se sobre as alternativas políticas diante das quais estão colocados.

Dessa forma, os grupos aqui citados com menos acesso à educação estão mais propensos a apresentar uma atitude ambivalente.

Quando se tem baixa escolaridade, isso pode acarretar em uma série de consequências. Duas delas podem ser: a baixa remuneração e, portanto, a maior suscetibilidade à violência. Este último aspecto será tratado a seguir.

Os dados da Tabela 5 trazem informações quanto ao acesso dos grupos raciais estudados no que tange à segurança.

Tabela 5: Falta de acesso à segurança no último ano por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Sim	30,4	38,9	30,1
Não	69,6	61,1	69,9
Total	100	100	100
N	355	18	581

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011). $p > 0,05$

Como podemos ver na Tabela 5, os percentuais são muito próximos e o valor de $p (>0,05)$ indica que não há associação entre a raça e o acesso à segurança. Desta forma, verificamos que embora os percentuais sejam diferentes, a proximidade dos valores mostra que brancos e negros sofrem em mesmo grau a falta de segurança, ainda que os indígenas se destaquem nesta questão. De maneira geral, podemos

afirmar que, independentemente do grupo racial, uma porcentagem considerável sofreu algum tipo de problema com segurança nos 12 meses anteriores à pesquisa.

A próxima tabela nos auxiliará a qualificar a resposta dos entrevistados quanto à segurança.

Tabela 6: Delito com violência por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Com violência	42,1	71,4	36,6
Sem violência	57,9	28,6	63,5
Total	100	100	100
N	107	7	170

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

$p > 0,05$

A Tabela 6 tem a função de complementar os dados analisados acima quanto ao acesso à segurança, pois já vimos quais grupos têm mais acesso. Como podemos observar, os mesmos grupos que indicam ter menos acesso à segurança (Tabela 5) são indagados se sofreram delitos com violência (Tabela 6). O grupo dos indígenas, com 71,4%, e o grupo dos negros, com 42,1%, das respostas foram os que mais sofreram crime com violência. O grupo dos brancos apresentou o maior percentual para crime sem violência - mesmo quando sofreu delito, esse não foi violento. O que podemos conjecturar a partir desses dados é que a percepção de segurança dos grupos analisados deve estar relacionada às esferas de vivência em que essas pessoas transitam. Observou-se também com o resultado do qui-quadrado $p > 0,05$ que não foi significativo.

Ainda como desdobramento possível da Tabela 4, abordamos, a seguir, a situação ocupacional dos brasileiros. Isso é importante porque, de acordo com Moisés (1995), o acesso ao mercado de trabalho, ou seja, ter ou não emprego, pode influenciar no comportamento político dos grupos sociais. A própria qualificação e o tipo de trabalho desempenhado auxiliariam a instituir ambientes para a escolha de valores políticos e de apoio ao regime.

É nesse sentido que os dados da Tabela 7 podem contribuir para a nossa análise.

Tabela 7: Acesso ao emprego (ocupação) por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Autônomo	43,6	33,3	34,9
Assalariado ²⁴	23,1	16,7	26,6
Não trabalha ²⁵	20,8	27,8	21,4
Pensionista	9,7	16,7	12,8
Estudante	2,8	5,6	4,3
Total	100	100	100
N	360	18	585

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

$p > 0,05$

Assim como verificado na Tabela 5, quanto à segurança, não é apurada a associação da situação ocupacional com a declaração racial dos entrevistados na Tabela 7, ou seja não é significativo. Ambos os grupos analisados apresentam os maiores percentuais de resposta para “trabalho autônomo”. Os grupos de brancos e negros têm como segundo e terceiro percentual o “trabalho assalariado” e a categoria “não trabalha”, respectivamente. Portanto, eles apresentam percepção similar de acesso ao trabalho. No que confere ao grupo dos indígenas, identificamos a inversão das posições quanto às respostas; “não trabalha” possui o segundo maior percentual do grupo, enquanto que o “trabalho assalariado” aparece como terceira posição em percentual. Dessa forma, o grupo dos indígenas é o grupo racial com percepção de acesso diferenciada.

²⁴ Para melhor atender as necessidades da pesquisa, foram agrupados nesse item os entrevistados que responderam ser assalariados em empresa pública e assalariados em empresa privada.

²⁵ Nesse item reunimos os grupos que responderam que temporariamente não estão trabalhando e que não trabalham e são responsáveis pelas compras e cuidados da casa.

Essa percepção, por parte dos indígenas, pode esbarrar em uma análise de conjuntura, devido à maneira como esse grupo vive e se relaciona com a sociedade envolvente. Além disso, os indígenas estão protegidos pela Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973, que garante, em seu artigo 1º, parágrafo único, que as leis de proteção do país se estendem aos índios e a suas comunidades, da mesma maneira que se aplicam aos demais brasileiros. Assim, eles têm os mesmos direitos que os trabalhadores do campo, embora não “assinem a Carteira de Trabalho” (Estatuto do Índio, 1973).

Para verificar o acesso à justiça e à saúde, serão analisadas as Tabelas 8 e 9, que correspondem à percepção de acesso a algumas políticas públicas. Dentre as possíveis respostas, foram selecionadas aquelas que mencionaram a percepção de acesso à justiça e à saúde.

Quando perguntado aos entrevistados a quais políticas públicas eles tinham acesso, a maioria dos grupos respondeu não ter acesso a nenhuma política pública. Mas, quando selecionadas as opções (como justiça e saúde), podemos observar, no que confere à justiça, que os negros são os que mais mencionam não ter acesso a esse serviço. E mesmo quando se menciona o acesso, o seu índice é menor do que nos demais grupos. Mas, de forma geral, todos os grupos têm dificuldades para acessar a justiça, conforme a Tabela 8.

Tabela 8: Acesso à justiça por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Não menciona	90,6	88,9	90,3
Menciona	9,4	11,1	9,7
Total	100	100	100
N	360	18	585

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

$p > 0,05$

Ainda analisando os dados da questão referente ao acesso às políticas públicas, podemos conferir que o grupo dos brancos é o que tem o maior percentual ao não mencionar ter acesso aos serviços públicos de saúde. E o grupo dos indígenas apresenta o mesmo percentual para ambas as opções, de acordo com a Tabela 9.

Tabela 9: Acesso à saúde por raça (%)

	Negro	Indígena	Branco
Não menciona	71,4	50,0	77,4
Menciona	28,6	50,0	22,6
Total	100	100	100
nº	360	18	585

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

$p < 0,05$

Agora, de posse dos dados, podemos ir em direção aos resultados, pois essas informações foram apresentadas neste capítulo com a finalidade de solucionar o problema de pesquisa e testar as hipóteses expostas inicialmente, para que, a partir deste ponto, possamos concluir nosso estudo.

A primeira hipótese supunha que “os grupos raciais, com maior percepção de dificuldade de acesso a serviços públicos tendem a apresentar maiores taxas de atitude ambivalente com relação à democracia”. Partido da tipologia de ambivalência determinada por José Álvaro Moisés (2008),

os entrevistados que concordando que “a democracia é o melhor sistema de governo”, preferiram, na segunda questão, as alternativas relativas a um “governo autoritário em algumas circunstâncias” e “tanto faz um regime democrático ou autoritário”; também quem concordou com a afirmação de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, na segunda questão, mas discordou de que “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”, na primeira questão, foi computado como ambivalente (MOISÉS, 2008, p. 23).

Dessa forma, identificamos que o grupo dos brancos que tem mais percepção de acesso aos serviços públicos, como educação, segurança apresentam uma atitude

ambivalente no sentido de que os percentuais de apoio à democracia demonstraram (Tabela1) que os brancos embora apoiem a democracia, em alguma circunstância preferem um governo autoritário ou dá no mesmo um regime democrático ou autoritário, ainda que (Tabela 2) seja dos grupos o mais satisfeito com a democracia.

Os indígenas também apresentaram uma atitude ambivalente no sentido de que embora eles apoiem a democracia (pois conferimos 42,9% deles apoiando o regime), eles apresentaram os maiores percentuais para “tanto faz um regime democrático ou ditatorial”, bem como demonstram estar insatisfeitos com a democracia.

Sendo aqui essa metodologia da tipologia adaptada às questões analisadas na presente dissertação e aos grupos raciais selecionados para a pesquisa, nesse caso, a atitude ambivalente foi atribuída aos grupos que dentro da Tabela 1, referente ao apoio à democracia, escolheram como primeira alternativa “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo” e, em segunda questão, “em algumas circunstâncias é preferível um governo autoritário” ou “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”. E que na tabela 2 responderam estar insatisfeitos com a democracia. Seguindo essas informações, observamos que o grupo dos indígenas apresenta uma atitude ambivalente e os mesmos demonstraram uma percepção menor de acesso à educação, à segurança e ao trabalho em relação aos outros grupos raciais analisados.

A partir desses dados, podemos vislumbrar que a hipótese que supunha que “os grupos raciais que têm mais acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à segurança e à justiça tendem a apoiar mais o regime democrático, enquanto os grupos raciais que têm menos acesso a esses serviços apresentam uma atitude ambivalente” não se confirmam, pois ambos os grupos com acesso ou não aos serviços públicos apresentam uma atitude ambivalente em relação à democracia. Embora o grupo dos brancos seja o menos insatisfeito com a democracia, conforme demonstrado na Tabela 3, e tenham acesso aos serviços públicos, eles apresentam uma atitude ambivalente.

Da mesma forma, não se confirma a hipótese de que “grupos raciais que mais têm acesso aos serviços públicos são os brancos e, por isso, estariam mais de acordo com o regime, ao passo que indígenas e negros seriam os grupos raciais que

apresentariam mais fortemente tal atitude ambivalente, pois têm mais dificuldade de acesso”; haja vista que o grupo dos negros, embora tenha apresentado uma menor percepção de acesso aos serviços públicos, apresentou o maior percentual de apoio ao regime democrático (53,8%). Refutando igualmente outra hipótese de que “quanto menos o acesso aos serviços públicos tiver o cidadão brasileiro, mais terá uma atitude ambivalente”.

Para melhor testarmos as hipóteses apresentadas nesta dissertação, apresentaremos, neste momento, os dados referentes à análise estatística de cruzamento, com base em: acesso aos serviços públicos, apoio e satisfação com a democracia e declaração racial. Trazendo, dessa forma, o debate entre a relação da legitimidade e a confiança no regime democrático e a performance do governo por meio das instituições e serviços públicos. Contudo, não se pretende realizar uma análise determinista em âmbito econômico, considerando que apenas o acesso aos serviços públicos explicaria por si só a opção dos brasileiros pela democracia, mas demonstrar, por meio desses dados, as implicações entre as instituições e a Cultura Política de uma sociedade na legitimação de um regime democrático (apoiado, neste estudo, no “apoio difuso e apoio específico” dos brasileiros segundo sua declaração racial).

A Tabela 10 corresponde à relação da percepção de acesso à educação dos grupos raciais analisados e o apoio à democracia.

Tabela 10: Acesso à educação e o apoio à democracia por raça (%)

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível.	Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	Total	N
Acesso à educação p<0,05	Negro	67,5	20,5	12,0	100	83
	Indígena	100	0,0	0,0	100	4
	Branco	38,0	26,9	30,2	100	129
	Total	50,5	26,9	22,7	100	216
Sem acesso à educação p<0,05	Negro	48,6	15,7	35,6	100	210
	Indígena	20,0	30,0	50,0	100	10
	Branco	47,3	23,1	29,6	100	385
	Total	47,3	23,1	29,6	100	611

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011)

A partir da Tabela 10, o que verificamos é que, de modo geral, os grupos raciais aqui analisados que declararam, na entrevista, ter acesso à educação, apóiam a democracia. Apresentaram os maiores percentuais [negro (67,5%), indígena (100%), branco (38,0%)] para a opinião de que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. Porém, os brancos apresentaram um percentual expressivo para “em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível” de 26,9% e de 30,2% para “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”. Ao somarmos esses percentuais, constatamos que o percentual para “não apoio” é maior do que o percentual de apoio.

Quando analisados os dados da Tabela 10, em que a questão selecionada para testar a variável de acesso à educação foi “que estudos realizou?”, apuramos que os que responderam não ter estudo preferem a democracia a outra forma de governo. No entanto, mais uma vez, nos deparamos com uma atitude considerável, de não apoio, em relação ao grupo dos brancos, com 33,3% para “em algumas circunstâncias é preferível um governo autoritário” e 20,0% para “dá no mesmo um governo autoritário ou democrático”. Comportamento diferente no grupo dos indígenas

e negros, pois, mesmo sem estudo formal, esses grupos preferem a democracia à outra forma de governo.

O que percebemos, a partir desses dados, é que os grupos dos negros e dos indígenas, embora não tenham percepção positiva de acesso à educação, ainda assim têm percepção de que o regime democrático seja o melhor regime, logo, a melhor alternativa para solucionar as desigualdades sociais. O fato de esses grupos estarem enfrentando crises estruturais no que tange ao acesso a serviços públicos da democracia ou ainda estarem insatisfeitos, como veremos logo a seguir, com a democracia, não significa que esses grupos desejem a mudança de sistema político. Uma vez que “mesmo a clara insatisfação com atos de governos podem gerar, nas democracias consolidadas, graves perturbações políticas conjunturais, isso não implica [...], na defesa de mudanças de fundo no sistema” (MOISÉS, 1994, p. 199).

Nesse sentido, assim como Moisés (1995), podemos refletir acerca de algumas teorias sobre a consolidação da democracia, haja vista que se entende que o apoio difuso à democracia se constitui com a experiência que os cidadãos têm com o sistema e suas instituições, e isso vai se consolidar ao longo tempo, com a socialização (EASTON, 1974). Em outras palavras, com o passar do tempo e o constante desenvolvimento das instituições em direção a soluções dos problemas sociais, a democracia vai se consolidando; no entanto, crises econômicas e desigualdades sociais podem gerar uma crise de regime e favorecer a mudança de sistema, pois a desconfiança influenciaria essa posição. Porém, Moisés (1995) afirma que essas teorias se adéquam a democracias com longos períodos de consolidação, não se aplicando ao Brasil e a democracias mais recentes, pois a conjuntura de transição do regime autoritário para o democrático no Brasil ocorreu de maneira singular (combinações de estruturas estatais oriundas do autoritarismo e da democracia) e particular. Além disso, a questão do tempo é relativa.

Tabela 10a: Grau de educação formal e o apoio à democracia por raça (%)

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível.	Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	Total	N
Sem estudo p>0,05	Negro	68,6	5,7	25,7	100	35
	Indígena	100	0,0	0,0	100	1
	Branco	46,7	33,3	20,0	100	30
	Total	59,1	18,2	22,7	100	66
Ensino fundamental p<0,05	Negro	54,4	15,4	30,2	100	149
	Indígena	33,3	50,0	16,7	100	6
	Branco	37,1	30,7	32,2	100	202
	Total	44,3	24,6	31,1	100	357
Ensino médio p>0,05	Negro	48,9	20,0	31,1	100	90
	Indígena	33,3	0,0	66,7	100	6
	Branco	45,5	25,7	28,7	100	167
	Total	46,4	23,2	30,4	100	263
Ensino superior incompleto, completo e tecnólogo p>0,05	Negro	50,0	29,2	20,8	100	24
	Indígena	100	0,0	0,0	100	1
	Branco	57,5	26,4	16,4	100	106
	Total	56,5	26,7	16,8	100	131

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011)

Ainda se referindo ao acesso à educação, sob a declaração de acesso ao “ensino fundamental”, podemos averiguar que a atitude de “não apoio” persiste entre o grupo dos brancos. Contudo, os percentuais de “não apoio” no grupo dos indígenas alteraram-se, pois eles, semelhante aos brancos, apresentam uma soma de 50,0% + 16,7% = 66,7% para “não apoio”. Atitude não identificada tão fortemente no grupo dos negros com acesso ao ensino fundamental.

Poderíamos dizer, a partir dos dados da Tabela 10a, na variável em que os entrevistados responderam ter ensino médio, que o grupo dos negros apresentou um índice que conduz uma atitude ambivalente. Porém, no que tange aos grupos dos brancos e dos indígenas, encontramos diferenças, pois os indígenas tem maior percentual para “da no mesmo um regime autoritário ou democrático” e os brancos tem maior percentual de “não apoio” .

Quando analisados os dados de entrevistados que responderam ter acesso ao ensino superior, constatamos uma diferença no comportamento dos brancos, pois apresentaram um significativo percentual para apoio (57,5% à democracia, diferente do que ocorreu nos níveis educacionais básicos). Em relação ao grupo dos negros, que apresentavam um expressivo percentual de apoio, nesse nível educacional apresentam percentuais iguais de apoio e não apoio, 50,0%, (com 29,2% de preferência a um governo autoritário). Os indígenas apresentaram 100% para o apoio, porém apenas um entrevistado declarou ter ensino superior, o que nos remete à proposição de que os indígenas não têm equitativamente, em relação aos outros grupos, acesso à educação (e os que não têm acesso declaram apoiar o regime democrático como analisado na Tabela 10a).

Tendo em vista que o apoio ao regime democrático se baseia na expectativa de que os cidadãos têm acerca do sistema político, das metas e das instituições, contíguo à experiência direta que ele tem com as instituições, podendo mudar sua avaliação sobre o sistema conforme as suas necessidades pessoais (EASTON, 1974), é possível supor que os grupos que declaram não ter acesso à educação (negros e indígenas) possuem uma estimativa positiva em relação ao apoio, apresentando um comportamento de apoio.

Passamos, agora, à análise do apoio à democracia em relação ao acesso à segurança em cada etnia estudada.

Tabela 11: Acesso à segurança e apoio à democracia por raça (%)

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível.	Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	Total	N
Vítima de delito p>0,05	Negro	51,2	20,9	27,9	100	86
	Indígena	33,3	16,7	50,0	100	6
	Branco	45,3	29,6	25,2	100	159
	Total	47,0	26,3	26,7	100	251
Não foi vítima de delito p<0,05	Negro	54,8	15,4	29,8	100	208
	Indígena	50,0	25,0	25,0	100	8
	Branco	45,0	27,6	27,4	100	351
	Total	48,7	23,1	28,2	100	567

Fonte: Dados com base em *Latinobarómetro (2011)*.

Outro serviço público analisado foi a segurança, igualmente cruzado com o apoio à democracia e a declaração racial dos entrevistados. Nessa variável, verificamos, conforme a Tabela 11, que dos grupos raciais que mencionaram ser vítimas de delito, o grupo dos indígenas apresentou uma atitude de “não apoio” em relação à democracia e o maior percentual para “não apoio”, com uma soma de 66,7% para preferência ao regime autoritário e para tanto faz um regime autoritário ou democrático. O grupo dos brancos que afirmaram ter sido vítima de delito apresentou um percentual de 54,8% para “não apoio”.

Já o grupo dos negros que declarou ter sido vítima de delito, 51,2% respondeu preferir a democracia a qualquer outra forma de governo. Dessa maneira, o grupo dos negros, entre os outros grupos que não tem acesso à segurança, é o que mais apóia a democracia (mesmo tendo sofrido cerceamento de seu direito).

A segunda parte da Tabela 11 faz alusão aos entrevistados que declaram não ter sido vítimas de delito. Ou seja, os que consideramos ter acesso à segurança. O que foi verificado é que os três grupos indicam uma percepção de acesso à segurança e apóiam a democracia. Entretanto, o grupo dos brancos apresentou um expressivo

percentual de não apoio (55%). No que tange aos indígenas, os percentuais foram iguais para apoio e “não apoio” (50,0%). O grupo dos negros com percepção de acesso à segurança apresentou 54,8% de apoio à democracia, ou seja, o grupo apóia o regime democrático.

Assim, verificamos que o grupo dos negros com ou sem percepção de acesso à segurança prefere a democracia a outra forma de governo. Enquanto o grupo dos brancos com ou sem percepção de acesso à segurança não apóia a democracia. E os indígenas, vítimas de delito, não apóiam a democracia; com percepção de acesso à segurança, demonstram igualdade de comportamento de apoio e não apoio.

A Tabelas 12 nos fornece dados acerca da ocupação dos grupos raciais (ou seja, o que consideramos acesso ao trabalho) e o apoio à democracia.

Na primeira parte da Tabela 12 (os que declararam trabalhar autonomamente), verificamos que, dentre os grupos analisados, o grupo dos negros apóia majoritariamente a democracia. O grupo dos indígenas apresenta 80% para “tanto faz um regime democrático ou autoritário”, ou seja, apresenta um expressivo percentual para não apoio, considerando como ocupação: “autônomo”. E o grupo dos brancos, embora apóiem a democracia, apresentaram uma expressiva soma para não apoio à democracia de 55,6%.

Tabela 12: Acesso ao trabalho e o apoio à democracia por raça (%)

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível.	Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	Total	N
Autônomo p<0,05	Negro	55,7	15,3	29,0	100	131
	Indígena	20,0	0,0	80,0	100	5
	Branco	44,4	28,9	26,7	100	180
	Total	48,7	22,8	28,5	100	316
Assalariado p>0,05	Negro	46,7	24,0	29,3	100	75
	Indígena	66,7	0,0	33,3	100	3
	Branco	43,3	34,0	22,7	100	150
	Total	44,7	30,3	25,0	100	228
Não trabalha p>05	Negro	49,1	14,5	36,4	100	55
	Indígena	33,3	66,7	0,0	100	3
	Branco	45,5	23,2	31,3	100	99
	Total	46,5	21,0	32,5	100	157
Pensionista p>0,05	Negro	67,9	17,9	14,3	100	28
	Indígena	50,0	50,0	0,0	100	2
	Branco	43,8	25,0	31,3	100	64
	Total	51,1	23,4	25,5	100	94
Estudante p>0,05	Negro	70,0	0,0	30,0	100	10
	Indígena	100,0	0,0	0,0	100	1
	Branco	61,9	14,3	23,8	100	21
	Total	65,6	9,4	25,0	100	32

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

A segunda parte da Tabela 12 se refere aos dados em que os entrevistados declararam ser assalariados. Apuramos que os entrevistados do grupo dos negros que declaram ser “assalariados” têm uma significativa soma para “não apoio” (53,3%). Comportamento semelhante pode ser visto entre o grupo dos brancos (56,7%) de “não apoio”. Quando analisado o grupo dos indígenas, ressaltamos que eles apresentam 66,7% de seu grupo em apoio à democracia.

No item “não trabalha”, podemos vislumbrar a percepção de não acesso dos entrevistados ao trabalho. Entre o grupo dos negros, podemos notar que, embora eles apoiem a democracia, eles apresentam um percentual significativo de 36,4% para tanto “faz um regime autoritário ou democrático”. Os indígenas que não trabalham não apoiam a democracia em sua maioria, com um percentual de 66,7% para preferência de um regime autoritário. No grupo dos brancos, os entrevistados, que declararam não trabalhar, apresentam um comportamento semelhante ao dos negros, pois apoiam o regime, mas também afirmam que “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”.

Para auxiliar na compreensão dos dados de acesso ao trabalho, foram trazidas informações acerca dos entrevistados que declaram ser pensionista e estudante, nas últimas partes da tabela.

Sobre “pensionistas”, a Tabela 12 nos permite verificar que todos os grupos apoiam a democracia. No entanto, o grupo dos indígenas, em algumas circunstâncias, prefere um regime autoritário (50,0%) e o grupo dos brancos soma 49,9% para não apoio à democracia (em “algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível” somado a “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”).

No último item da Tabela 12, o estudo pode ser exposto como variável de trabalho, pois essa é a ocupação declarada por alguns brasileiros. Entre os grupos raciais analisados que declararam estar estudando, como sua ocupação, há percentuais significativos de apoio à democracia: 70% para os negros, 100% para os indígenas e 61,9% para os brancos. Podemos supor, a partir desses dados, que entrevistados que têm como ocupação os estudos, apoiam a democracia.

A tabela a seguir, Tabela 13, traz informações acerca da percepção de acesso à justiça, seguindo os grupos raciais analisados e a relação com o apoio à democracia.

Tabela 13: Acesso à justiça e o apoio à democracia por raça (%)

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível.	Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	Total	N
Acesso à justiça p>0,05	Negro	40,7	11,1	48,1	100	27
	Indígena	100	0,0	0,0	100	1
	Branco	50,9	28,3	20,8	100	53
	Total	48,1	22,2	29,6	100	81
Sem acesso à justiça p<0,05	Negro	55,1	17,6	27,2	100	272
	Indígena	38,5	23,1	38,5	100	13
	Branco	44,3	28,2	27,5	100	461
	Total	48,1	24,3	27,6	100	746

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Como é demonstrado, dos entrevistados que mencionaram ter acesso à justiça, todos os grupos raciais apóiam a democracia. O grupo dos negros, embora apóie a democracia, apresentou um percentual de 59,2% de “não apoio” (em “algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível” somado a “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”). Atitude que se inverte quando analisados os percentuais de “sem acesso à justiça”, pois brancos e indígenas apresentaram maior percentual de “não apoio”, enquanto os negros demonstram apoio à democracia.

A próxima tabela refere-se aos dados de acesso à saúde, cruzados igualmente com a declaração racial e a variável de apoio à democracia.

Tabela 14: Acesso à saúde e o apoio à democracia por raça (%)

		A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível.	Dá no mesmo um regime autoritário ou democrático.	Total	N
Acesso à saúde P<0,05	Negro	61,8	18,0	20,2	100	89
	Indígena	40,0	0,0	60,0	100	5
	Branco	37,5	29,5	33,0	100	112
	Total	48,1	23,8	28,2	100	206
Sem acesso à saúde p<0,05	Negro	50,5	16,7	32,9	100	210
	Indígena	44,4	33,3	22,2	100	9
	Branco	47,0	27,9	25,1	100	402
	Total	48,1	24,2	27,7	100	621

Fonte: Dados com base em *Latinobarómetro (2011)*.

Identificamos que, entre os entrevistados que declaram ter acesso à saúde, apenas os negros apóiam a democracia, pois os indígenas apresentaram 60% de declarantes para “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático” e os brancos somaram 62,5% para não apoio (“em algumas circunstâncias, um governo autoritário é preferível” somado a “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”).

De modo geral, ainda que o trabalho busque verificar as hipóteses apresentadas, o que se verificou até aqui, considerando a tipologia de José Álvaro Moises, é que os grupos raciais apresentam uma atitude de “não apoio”, segundo os critérios de Moisés e não configuram uma atitude ambivalente, no que corresponde a percepção de acesso aos serviços públicos.

Entendendo que a adesão à democracia, ou seja, o apoio ao regime democrático, está igualmente relacionado à confiança que os cidadãos atribuem ao funcionamento e às práticas políticas institucionais. Ainda é importante destacar que o apoio não garante a satisfação (pois essa é uma dimensão prática, enquanto o apoio

é uma dimensão normativa), traremos, a seguir, dos dados acerca da satisfação. Haja vista que:

As instituições asseguram a qualidade dos procedimentos democráticos e envolvem a percepção dos cidadãos sobre o funcionamento do sistema político (se o sistema político está funcionando de acordo com a sua justificativa normativa) (MOISÉS, 2010b, p. 107)

Dessa forma, neste momento do trabalho, analisaremos os dados referentes à satisfação dos grupos raciais e a relação com o acesso aos serviços públicos; esses dados serão demonstrados nas Tabelas 15 e 15 a, 16, 17 e 18.

Tabela 15: Acesso à educação e a satisfação com a democracia por raça

		Satisfeito	Insatisfeito	Total	N
Acesso à educação p>0,05	Negro	44,3	55,7	100	88
	Indígena	0,0	100	100	5
	Branco	47,8	52,2	100	138
	Total	45,5	54,5	100	231
Sem acesso à educação p<0,05	Negro	28,1	71,9	100	256
	Indígena	45,5	54,5	100	11
	Branco	41,1	58,9	100	411
	Total	36,3	63,7	100	678

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Conforme os dados da Tabela 15, os grupos que mencionaram ter acesso à educação demonstram insatisfação com a democracia, sendo os indígenas o grupo mais insatisfeito.

Tabela 15.a: Grau de educação formal e a satisfação com a democracia por raça (%)

		Satisfeito	Insatisfeito	Total	N
Sem estudo p>0,05	Negro	34,1	65,9	100	44
	Indígena	0,0	100	100	2
	Branco	53,1	46,9	100	32
	Total	41,0	59,0	100	78
Ensino fundamental p>0,05	Negro	34,3	65,7	100	178
	Indígena	57,1	42,9	100	7
	Branco	39,8	60,2	100	226
	Total	37,7	62,3	100	441
Ensino médio p<0,05	Negro	24,7	75,3	100	97
	Indígena	16,7	83,3	100	6
	Branco	44,3	55,7	100	176
	Total	36,9	63,1	100	279
Ensino superior incompleto, completo e tecnólogo p>0,05	Negro	41,7	58,3	100	24
	Indígena	0,0	100	100	1
	Branco	43,4	56,6	100	106
	Total	42,7	57,3	100	131

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

p>0,05

Segundo os dados da Tabela 15a, é possível considerar que os entrevistados que declararam não ter educação formal (“sem estudo”) estão insatisfeitos com a democracia, exceto a maior parte do grupo dos brancos. E assim como na Tabela 15, os indígenas são os mais insatisfeitos com a democracia.

Quando analisados os dados dos entrevistados que declararam ter ensino fundamental, verificamos que negros e brancos que mencionaram ter acesso à política da educação encontram-se insatisfeitos com a democracia, resultado diferente

encontrado no grupo dos indígenas, que apresentou percentual de 57,1% de satisfação com a democracia. Porém, nos dados sobre ensino médio, é evidenciado que todos os grupos estão insatisfeitos com a democracia.

Para concluir os dados de acesso à educação, analisamos o último item da Tabela 15a, onde os entrevistados declaram ter acesso à educação, nível superior. Nessa parte da tabela, ambos os grupos apresentaram maior percentual para insatisfação com a democracia. Porém, mais uma vez, o grupo indígena demonstrou estar mais insatisfeito, seguido dos negros. Embora a diferença seja pequena, os brancos são os menos insatisfeitos.

A Tabela 16 vem contribuir ao trabalho com as informações de satisfação e acesso à segurança por raça.

Tabela 16: Acesso à segurança e a satisfação com a democracia por raça (%)

		Satisfeito	Insatisfeito	Total	N
Vítima de delito Sim p>0,05	Negro	22,5	77,5	100	102
	Indígena	33,3	66,7	100	6
	Branco	35,7	64,3	100	168
	Total	30,8	69,2	100	276
Não p<0,05	Negro	35,9	64,1	100	237
	Indígena	30,0	70,0	100	10
	Branco	45,6	54,4	100	377
	Total	41,7	58,3	100	624

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Nessa tabela, verificamos que os grupos raciais que declararam ter sido vítimas de delito, ou seja, não têm percepção de acesso à segurança, se encontram insatisfeitos com a democracia.

E quando comparados esses dados com os dados do item seguinte, onde os entrevistados responderam não ter sido vítimas de delito (há uma percepção de

acesso à segurança), percebemos, mesmo assim, que a insatisfação permanece entre os grupos analisados, porém num valor menor.

Agora, demonstraremos a percepção de acesso ao trabalho a partir dos dados analisados na Tabela 17, e a relação dessa percepção de acesso e a satisfação com a democracia segundo os grupos raciais.

Tabela 17: Acesso ao trabalho e a satisfação com a democracia por raça (%)

		Satisfeito	Insatisfeito	Total	N
Autônomo p<0,05	Negro	33,1	66,9	100	148
	Indígena	20,0	80,0	100	5
	Branco	45,4	54,6	100	196
	Total	39,8	60,2	100	349
Assalariado p>0,05	Negro	31,3	68,7	100	83
	Indígena	0,0	100	100	3
	Branco	41,2	58,8	100	148
	Total	37,2	62,8	100	234
Não trabalha p>0,05	Negro	31,0	69,0	100	71
	Indígena	75,0	25,0	100	4
	Branco	42,6	57,4	100	115
	Total	38,9	61,1	100	190
Pensionista p>0,05	Negro	39,4	60,6	100	33
	Indígena	33,3	66,7	100	3
	Branco	36,8	63,2	100	68
	Total	37,5	62,5	100	104
Estudante p>0,05	Negro	11,1	88,9	100	9
	Indígena	0,0	100	100	1
	Branco	50,0	50,0	100	22
	Total	37,5	62,5	100	32

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

O primeiro item da Tabela 17 proporciona uma análise sobre os entrevistados de cada grupo racial estudado que declarou ser autônomo. Assim sendo, identificou-se que ambos os grupos se encontram insatisfeitos com a democracia.

No item seguinte, podemos vislumbrar com mais precisão a relação de acesso ao trabalho e a satisfação com a democracia, pois ele menciona os entrevistados que

declararam ser assalariados. Dessa maneira, averiguou-se que, mesmo os grupos tendo acesso ao trabalho, eles estão insatisfeitos com a democracia.

O próximo item alude aos dados de não acesso ao trabalho, pois trata das respostas dos entrevistados que afirmaram não trabalhar. O que verificamos foi que os grupos de brancos e negros que não têm acesso ao trabalho estão insatisfeitos com a democracia. Entretanto, o grupo dos indígenas, mesmo não tendo acesso ao emprego, apresenta 75,0% de satisfação com a democracia.

Os itens seguintes são apenas informativos, para auxiliar a análise feita neste estudo, pois se referem aos entrevistados que declararam ser pensionistas e estudantes.

Como podemos averiguar, os entrevistados, que afirmaram ser pensionistas, evidenciaram majoritariamente estar insatisfeitos com a democracia.

No último item, dentre esses entrevistados, indígenas e negros estudantes estão insatisfeitos com a democracia e brancos estudantes apresentaram 50,0% para satisfação e insatisfação com a democracia.

Os dados da Tabela 18 são referentes ao acesso à justiça.

Tabela 18: Acesso à justiça e a satisfação com a democracia por raça (%)

		Satisfeito	Insatisfeito	Total	N
Acesso à justiça p>0,05	Negro	41,4	58,6	100	29
	Indígena	0,0	100	100	1
	Branco	39,6	60,4	100	53
	Total	39,8	60,2	100	83
Sem acesso à justiça p<0,05	Negro	31,4	68,6	100	315
	Indígena	33,3	66,7	100	15
	Branco	43,1	56,9	100	496
	Total	38,5	61,5	100	826

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Observamos que, dos entrevistados que mencionaram ter acesso à justiça, todos grupos raciais evidenciaram insatisfação com a democracia. Resultado que se repete quando os grupos informaram não ter acesso à justiça.

Para concluirmos esta seção, traremos da análise dos dados da relação de acesso à saúde e a satisfação com o regime democrático segundo a autodeclaração racial de cada entrevistado representado na Tabela 19.

Tabela 19: Acesso à saúde e a satisfação com a democracia por raça

		Satisfeito	Insatisfeito	Total	N
Acesso à saúde p<0,05	Negro	41,0	59,0	100	100
	Indígena	14,3	85,7	100	7
	Branco	46,0	54,0	100	124
	Total	42,9	57,1	100	231
Sem acesso à saúde p<0,05	Negro	28,7	71,3	100	244
	Indígena	44,4	55,6	100	9
	Branco	41,9	58,1	100	425
	Total	37,2	62,8	100	678

Fonte: Dados com base em Latinobarómetro (2011).

Assim, verificamos que todos estão insatisfeitos com a democracia, com percentual de insatisfação de 85,7% para os indígenas, 59,0% para os negros e 54,0% para os brancos. Contudo, os brancos que mencionaram ter percepção de acesso à saúde apresentaram um percentual expressivo de 46,0% de satisfação.

Dessa forma, o que constatamos com esses dados acerca do cruzamento entre o acesso aos serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia, a partir da declaração racial, foi que os brancos, na maioria dos serviços públicos, apresentam uma atitude de “não apoio”, fato ocorrido em alguns momentos no grupo de brancos e indígenas, como, por exemplo, no acesso ao ensino fundamental, apresentado na Tabela 10a, diferente do que verificamos no grupo dos negros.

Algo semelhante ocorre nos dados da Tabela 1, em que foi realizado apenas o cruzamento entre apoio e raça, visto que brancos e indígenas apresentaram igualmente uma atitude de “não apoio”, enquanto os negros demonstram o maior percentual para apoio.

Porém, quando verificados os dados acerca do acesso ao ensino superior, não percebemos essa atitude de “não apoio”, podendo sugerir que brancos com acesso à educação superior apóiam mais a democracia. Mudanças ocorreram igualmente na atitude dos negros, pois os que declararam ter acesso ao ensino

superior apresentaram um maior percentual para não apoio, diferente dos que declararam não ter estudo. Já no grupo dos indígenas, houve uma mudança inversa, pois o grupo que declarou não possuir estudo apresentou uma atitude de “não apoio”, no entanto, os indígenas que declararam ter curso superior apresentaram um percentual significativo de apoio à democracia.

Em relação aos que declaram não acesso à segurança, verificamos novamente uma atitude de “não apoio” entre o grupo de brancos e indígenas em relação ao apoio à democracia, do mesmo modo que se repete o percentual de apoio entre o grupo dos negros com percepção de não acesso à segurança. Repetindo-se esse padrão entre aqueles que declararam ter percepção de acesso à segurança.

Porém, quando apurados os dados referentes à percepção de acesso ao trabalho, o comportamento do grupo dos negros sofreu modificações, pois apresentou uma atitude “não apoio”. Do mesmo modo como ocorreu na análise dos dados das tabelas anteriores, os brancos apresentaram uma atitude “não apoio”. Já os indígenas assalariados demonstraram apoiar o regime democrático. Quando declararam não estar trabalhando, os brancos permaneceram com uma atitude “não apoio”, assim como os negros, porém os indígenas que não trabalham preferem um governo autoritário.

Na percepção de acesso à justiça, todos os grupos preferem a democracia à outra forma de governo, mas quando analisada a percepção de “não acesso” apresentou-se uma atitude “não apoio” no grupo dos brancos e dos indígenas e uma atitude de apoio por parte dos negros.

Entre as relações de acesso aos serviços públicos e o apoio, temos os dados acerca do acesso à saúde, onde encontramos o apoio à democracia entre os negros e atitude de “não apoio” no grupo de brancos e indígenas que mencionaram percepção de acesso à saúde.

Enfim, essas análises foram realizadas para testar as hipóteses desse estudo, buscando verificar a presença ou não da atitude ambivalente nos três grupos raciais analisados, como já foi demonstrado, quando avaliados separadamente os grupos raciais aqui estudados apresentaram uma atitude ambivalente (Tabelas 1,2 e 3). Então buscou-se analisar o apoio, acesso a serviços públicos e raça, no qual encontramos informações que comprovam que o grupo dos brancos tem uma soma

maior de “não apoio” a democracia, mesmo com acesso a serviços públicos, dado que só modifica quando observado os que declararam ter acesso ao curso superior. Diferente dos negros, que com ou sem acesso aos serviços públicos demonstram mais apoio a democracia. Enquanto que os indígenas com acesso apoiam e sem acesso não apoiam a democracia.

Como exposto nas últimas páginas desse estudo, ainda pensando em solucionar as hipóteses foram cruzadas as variáveis de satisfação, acesso a serviços públicos e raça, onde constatamos que o grupo dos brancos tem maior percentual de satisfação, quando verificado o acesso aos serviços públicos, apesar dos três grupos estarem insatisfeitos.

Notamos igualmente, que embora, o fator acesso à educação tenha evidenciado uma diferença de comportamento em relação ao apoio dos grupos raciais a democracia, pois o percentual de apoio aumentou, não observamos essa modificação com relação a satisfação, haja vista que tanto os que declararam acesso ou não ao curso superior tiveram altos percentuais de insatisfação nos três grupos analisados. Contudo, os brancos têm os maiores percentuais de satisfação e o menor de insatisfação, quando cruzado com o acesso aos serviços públicos.

Assim averiguamos que o grupo dos negros apoiam a democracia, porém estão insatisfeitos, ainda que não tenham acesso aos serviços públicos. O grupo dos brancos, tem maior percentual de “não apoio”, pois apoiam a democracia, mas em alguma circunstância preferem um regime ditatorial ou tanto faz democracia ou ditadura, mesmo que apresentem os maiores percentuais de acesso aos serviços públicos. Olhando pela perspectiva de serem os menos insatisfeitos e mais satisfeitos, o mesmo acontece, logo, configura uma atitude ambivalente.

No grupo dos indígenas observamos determinadas particularidades, pois apoiam a democracia quando verificado o acesso, e não apoiam quando não verificado, mas apresentaram altos percentuais de insatisfação. Contudo, essa determinação não ocorre em todos os serviços públicos, pois ao analisar os dados acerca do acesso à educação e ao trabalho, encontramos maiores percentuais para não apoio, ou seja, para a preferência de um regime ditatorial, além de insatisfação. Mas quando estudado os dados do acesso a segurança (não vítima de delito), acesso à justiça (com a acesso) e acesso a saúde (sem acesso) identificamos uma atitude ambivalente, sendo que apoiam a democracia, porém em algumas circunstâncias preferem a ditadura ou tanto faz um regime ou outro.

Todavia, a persistência dessa atitude de “não apoio” por parte do grupo de brancos e indígenas, leva-nos a refletir acerca de que fator explicaria tal situação? E por que esse comportamento não se repete entre os negros?

CONCLUSÃO

A dissertação teve por objetivo principal comparar o comportamento político de brancos, indígenas e negros, na relação entre acesso aos serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia no Brasil. Essa análise foi realizada com base na teoria da Cultura Política, tendo como finalidade solucionar o seguinte problema: Qual é o efeito da percepção sobre o acesso aos serviços públicos no comportamento político dos principais grupos raciais do Brasil? Haja vista que a Cultura Política pode ajudar a solucionar questões relativas a evidências empíricas, além de apreciar informações subjetivas de forma a utilizá-las para compreender indagações acerca da estabilidade do regime democrático.

Para resolver esta problemática, buscaram-se subsídios no banco de dados da *Corporação Latinobarómetro*, através de uma amostragem probabilística, do ano de 2011, onde analisamos 1.204 entrevistas e selecionamos as questões indicativas das variáveis de declaração racial, apoio e satisfação com a democracia e a percepção de acesso aos serviços públicos (educação, justiça, saúde, segurança e trabalho). Do mesmo modo, empregamos um método de pesquisa estatístico, no qual fizemos uma análise de cruzamento, com a utilização do teste do qui-quadrado.

Dessa forma, tendo apontado o problema de pesquisa, o método de análise e de posse dos dados, foi buscado, primeiramente, embasamento teórico para poder compreender e analisar as informações implícitas nos dados, em que abordamos conceitos como de Cultura Política, democracia e pós-materialismo.

O conceito de Cultura Política estimado neste trabalho tem sua fundamentação na obra de Almond e Verba (1963). Deste modo, Cultura Política tem por finalidade ajudar a compreender o comportamento dos cidadãos, ou seja, verificar de que maneira as pessoas percebem e avaliam o sistema político da sua sociedade, a partir de uma abordagem comportamental que analisa os aspectos

subjetivos das orientações políticas de cada indivíduo ou grupo, comportamento consequente do processo de socialização e da experiência empírica política ou não política de cada cidadão no decorrer de sua vida.

Após exposto o conceito de Cultura Política, discorreremos acerca do conceito de democracia, haja vista que a dissertação aborda a sustentação desse regime na sociedade brasileira a partir da análise do apoio e da satisfação com a democracia dos principais grupos étnicos do Brasil.

Assim como foi preciso trazer o conceito de democracia, por razão da temática do trabalho, foram apresentados, igualmente, dentro desse tópico, os significados de apoio e satisfação com a democracia, considerando esses como elementos fundamentais para avaliar a sustentação do regime democrático.

Ainda pensando em teorias colaborativas, para o entendimento dos dados a serem analisados para futura solução do problema de pesquisa, apresentamos a teoria do pós-materialismo. O pós-materialismo é uma teoria baseada no desenvolvimento socioeconômico que motiva uma Cultura Política e, por conseguinte, contribui para a sustentabilidade da democracia.

Essas teorias baseadas na Cultura Política não foram utilizadas apenas porque Almod e Verba (1963) trouxeram para o estudo analítico da Ciência Política elementos subjetivos de orientação política ou por usar dados da opinião pública com uma abordagem estatística e sistemática, sobretudo, porque proporcionam e permitem uma compreensão interdisciplinar dos dados e mostram que diferentes áreas podem contribuir para o entendimento do comportamento político dos indivíduos, inclusive a conjuntura histórica.

Dessa forma, ponderamos que para compreendermos a Cultura Política de uma sociedade se faz pertinente considerar sua conjuntura histórica; portanto, é concernente que consideremos os fatos históricos de uma sociedade para avaliar a sua Cultura Política, logo seu comportamento político. Desse modo, essa abordagem de análise é apropriada para resolver o problema de pesquisa elencado nesta dissertação, pois conjecturamos que os fatos históricos dos grupos analisados influenciam o comportamento de brancos, indígenas e negros no Brasil.

Por isso, este trabalho trouxe para o debate a concepção histórica das raças brasileiras. Não se pretendeu fazer uma discussão sobre conceitos de raça e etnia, tampouco questionar as classificações raciais, embora saibamos que seria pertinente, não é esse o objetivo da dissertação.

Assim, realizada a revisão da literatura, foram analisados os dados, informados no capítulo quatro, subdividido em duas seções, onde apresentamos primeiramente os testes empíricos de apoio e a satisfação com a democracia dos respectivos grupos étnicos: brancos, indígenas e negros. Em seguida, buscamos resolver o problema de pesquisa, verificando de que maneira os dados configuram a relação entre o apoio e a satisfação com a democracia e a percepção de acesso aos serviços públicos (educação, saúde, segurança, justiça e trabalho).

De posse dos dados empíricos presentes no capítulo quatro, buscamos indícios para entender os objetivos específicos, seguidos do objetivo geral e das hipóteses da dissertação. Buscando atender o objetivo de aferir os níveis de percepção de acesso de brancos, indígenas e negros quanto à educação, ao emprego (trabalho/ocupação), à justiça, à saúde e à segurança, verificou-se que os indígenas têm os maiores percentuais para “sem estudo”, enquanto os brancos têm os maiores percentuais para ensino de nível superior. Embora todos os grupos tenham apresentado mais acesso ao ensino fundamental, destacando-se os negros.

Em relação à segurança, foi apurado que, diante da proximidade de valores percentuais encontrados, todos os grupos têm dificuldade de acesso à segurança, porém, mesmo sendo pequena a diferença do grupo racial dos indígenas, evidenciou-se menos acesso à segurança que os outros grupos.

Não foi constatada uma associação entre acesso ao trabalho e os grupos étnicos raciais, pois os maiores percentuais foram identificados no “trabalho autônomo”. Entretanto, os grupos dos brancos e dos negros tiveram o segundo maior percentual para “trabalho assalariado”, enquanto os indígenas apresentaram o segundo maior percentual em “não trabalha”. Dessa forma, o grupo dos indígenas evidenciou menos acesso ao trabalho.

As análises do acesso à justiça confirmaram que todos os grupos têm dificuldade de acesso a esse serviço público. Contudo, o grupo dos negros é o que

mais mencionou não ter acesso à justiça e o percentual de acesso é o menor dos grupos estudados.

No que concerne ao acesso à saúde, o grupo dos brancos apresentou menos acesso do que os outros grupos, embora a diferença entre eles e os negros seja de 0,6%. Mas, como informamos no Capítulo 3, a partir dos dados do IPEA, o grupo dos brancos é o que mais utiliza planos particulares de saúde, o que pode explicar esse percentual.

Ao alcançar o segundo objetivo específico, acerca da avaliação da satisfação com a democracia por etnia/raça, apuramos que o grupo dos brancos é o mais satisfeito. Comportamento dessemelhante entre indígenas e negros, que são os mais insatisfeitos. Insatisfação justificada pela dificuldade de acesso aos serviços públicos.

Quanto ao objetivo de avaliar o apoio à democracia brasileira por raça, foi averiguado que todos os grupos apóiam a democracia, mas os grupos dos indígenas e dos brancos apresentaram um comportamento diferenciado, com os maiores percentuais de não apoio (“em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível a um governo democrático” e “dá no mesmo um governo autoritário ou democrático”). Enquanto o grupo étnico racial dos negros demonstrou mais apoio à democracia, o grupo racial dos brancos foi o mais favorável a um regime ditatorial.

No que tange ao último objetivo específico, de auferir existência de tendências raciais sobre a Cultura Política dos entrevistados, constatamos uma “atitude ambivalente” entre as raças, pois embora apóiem a democracia brasileira, estão insatisfeitos com o regime. Os negros apresentam os maiores percentuais para apoio, ao mesmo tempo em que os maiores percentuais de insatisfação. O inverso ocorre com o grupo dos brancos, que tem os maiores percentuais para não apoio e os maiores valores para satisfação e o menor para insatisfação. Logo, isso confirma a presença de uma atitude ambivalente entre os grupos étnicos estudados.

Ainda buscando atingir os objetivos, mas agora o objetivo central do trabalho, de comparar o comportamento político de brancos, indígenas e negros na relação sobre acesso aos serviços públicos e o apoio e a satisfação com a democracia no Brasil, averiguamos que o grupo dos brancos - que declararam acesso à educação e não acesso à educação (Tabela 10) - apresentou um comportamento distinto, pois

diferente dos indígenas e dos negros que declararam acesso à educação e preferem a democracia a outra forma de governo. Perspectiva que se modifica para os brancos (na Tabela 10a), pois os brancos que afirmaram ter ensino de nível superior confirmam apoio à democracia, assim como os outros grupos. Esse fator comprova a tese de que o pós-materialismo (ou do desenvolvimento humano) influencia no comportamento político dos grupos estudados, tendo em vista que os grupos que declararam acesso à informação, “educação”, tendem a apoiar a democracia.

Ao comparar o comportamento político dos grupos étnicos raciais e o acesso à segurança, verificamos que o grupo dos negros, que afirmaram ter acesso à segurança, apresenta um comportamento de apoio à democracia brasileira, o oposto de brancos e indígenas. Quando os grupos alegaram não ter acesso, o comportamento não foi alterado; contudo, os indígenas apresentaram 50% para apoio e não apoio à democracia.

Na relação de acesso ao trabalho com o comportamento político dos grupos étnicos raciais, examinamos que daqueles que declararam não ter acesso (na Tabela 12), ao informar que “não trabalham”, o grupo dos negros e dos brancos apóiam a democracia, porém concordam que “dá no mesmo um regime autoritário ou democrático”. Os indígenas que não têm acesso ao trabalho preferem um regime autoritário a um regime democrático, ou seja, não apóiam a democracia brasileira.

Dentre os que declararam ter acesso ao trabalho, afirmando que eram “assalariados”, encontramos um comportamento de apoio pelos indígenas e um comportamento distinto no grupo de brancos e negros.

Quanto aos que confirmaram ter acesso à justiça, todos os grupos preferem a democracia a outra forma de governo; todavia, declararam não ter acesso à justiça.

No que confere ao acesso à saúde, identificamos apoio por parte dos negros; mais uma vez, encontramos diferenças de comportamento entre brancos e indígenas. Comportamento que se repete quando afirmado pelos grupos não terem acesso à saúde.

Ainda analisando o objetivo geral, mas no que concerne à comparação do acesso com a satisfação com a democracia de cada grupo raciais analisado, averiguamos que todos os grupos, tendo declarado ou não acesso à educação, à

segurança, à justiça e à saúde estão insatisfeitos com a democracia. Embora o grupo dos brancos seja o menos insatisfeito.

Em relação ao trabalho, os resultados sofrem uma pequena mudança, no que corresponde à satisfação de brancos, indígenas e negros, pois dentre esses grupos, dos que afirmaram ser “assalariados”, todos os grupos demonstram insatisfação com a democracia. No entanto, quando afirmaram “não trabalho”, os negros e os brancos permaneceram com um comportamento de insatisfação, enquanto os indígenas apresentaram 75% de satisfação ao regime democrático.

Conferidos os objetivos, buscamos suporte, no banco de dados, para responder as hipóteses da dissertação, selecionando as variáveis de acesso à educação, à justiça, à saúde e ao trabalho para definir o acesso à educação e ao trabalho.

A hipótese central da dissertação, de que os grupos raciais, com maior percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos tendem a apresentar maiores taxas de atitude ambivalente com relação à democracia foi rejeitada, haja vista que o grupo étnico racial que mais demonstrou atitude ambivalente foi o grupo étnico racial dos brancos, ao mesmo tempo em que foi o grupo com menos percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos. Enquanto os negros são os que mais apóiam, mesmo quando informaram não ter acesso aos serviços públicos, exceto nos casos de “não acesso à justiça e ao trabalho”, quando apresentam uma atitude ambivalente. Comportamento esse identificado apenas nesses dois momentos do estudo, nesse grupo. Já o grupo dos indígenas demonstrou um comportamento mais próximo dos brancos, mas com menor frequência. Diferente do grupo dos brancos, essa atitude aparece mais quando os entrevistados que se declararam indígenas informaram não ter acesso aos serviços públicos. Quando analisados os dados de acesso, o comportamento foi de apoio à democracia, na maioria das tabelas, com exceção dos que informaram acesso à justiça.

A hipótese de que o grupo racial que mais tem percepção de acesso aos serviços públicos são os brancos e por isso são os que mais apóiam o regime democrático, enquanto indígenas e negros têm mais percepção de dificuldade de acesso aos serviços públicos e por isso apresentariam mais fortemente uma atitude ambivalente foi igualmente refutada, pois embora os brancos tenham mais acesso que

o grupo dos indígenas e dos negros a alguns serviços públicos, eles apresentaram a maior taxa de atitude ambivalente, enquanto o grupo dos negros, mesmo tendo menos acesso a alguns serviços públicos do que o grupo dos brancos, demonstrou um expressivo comportamento de apoio à democracia brasileira. Apenas no caso do grupo dos indígenas encontramos uma atitude ambivalente quando afirmaram não ter acesso aos serviços públicos. Poderíamos considerar aqui o fator histórico, pois, se pensarmos na conjuntura da ditadura militar e na redemocratização, é possível vislumbrar que a redemocratização trouxe “as liberdades”.

A hipótese de que quanto menos percepção de acesso aos serviços públicos tiver o cidadão brasileiro, maiores serão as taxas de atitude ambivalente, também foi negada, pois, como já foi exposto, o grupo dos negros, mesmo quando declaram “não ter acesso” aos serviços públicos, demonstrou apoio ao regime democrático. Diferente dos brancos que com acesso confirmaram uma atitude ambivalente.

A hipótese de que a percepção de acesso aos serviços públicos favorece o comportamento pós-materialista foi possível de ser confirmada. Grupos raciais com percepção de acesso aos serviços públicos, os brancos, são mais pós-materialistas que as demais raças estudadas: indígenas e negros. Mediante o fato de que, de modo geral, os grupos raciais analisados com mais percepção de acesso aos serviços públicos, como educação, estão mais satisfeitos e apóiam mais a democracia, como podemos confirmar na Tabela 10.

Quanto à conjuntura histórica, podemos conjecturar que ela influi no acesso aos serviços públicos e que se reflete na condição desigual da sociedade brasileira, em âmbito social, econômico e racial, mas não podemos afirmar relação direta com a diferença de comportamento político, ainda nesta pesquisa, o que nos permite pensar em um projeto futuro para buscar subsídios a fim de solucionar essa questão.

Por fim, constatamos que existe diferença de comportamento político no que confere ao apoio à democracia, entre os grupos raciais analisados - brancos, indígenas e negros - porém ela não está inteiramente relacionada ao acesso aos serviços públicos, pois grupos com acesso aos serviços públicos, no caso, o grupo dos brancos, demonstrou uma atitude ambivalente e o grupo dos negros, sem acesso aos serviços públicos, demonstrou um comportamento de apoio.

Ainda que nem todas as hipóteses tenham sido confirmadas, o trabalho se justifica por apresentar a existência de diferenças de comportamento político entre os diferentes grupos raciais e ainda por nos instigar a verificar por que esses grupos apresentaram essas diferenças, como apoio e atitude ambivalentes. Além disso, este trabalho corrobora para que cada vez mais utilizemos os dados de pesquisas de opinião no estudo do comportamento político a fim de comparar as diferenças no que tange à questão racial na Ciência Política.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel and VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes in democracy in five nations**. Boston & Toronto: Little, Brown and Co. 1963.

_____ (eds.) **The civic culture revisited**. London, Sage. 1989.

BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 2002. p. 105-138.

_____ Construindo uma outra sociedade no Brasil. O papel do capital social na estruturação de uma cultura política participativa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em: 10 jan 2014.

BAQUERO, Marcello e PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2007.

BUENO, Natália Salgado. **Raça e comportamento político em perspectiva comparada: evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo**. 2010. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, Sueli. Estratégias legais para promover a Justiça Social. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn Walker. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 311-323.

CASTRO, Henrique Carlos de O. e BAQUERO, Marcello. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. In: **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia, e cultura política**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p. 11-39.

CHASQUETTI, Daniel. Instituciones, democracia y coaliciones en América Latina In: **Democracia, presidencialismo y partidos políticos en América Latina: evaluando la "difícil combinación"**. Montevideo: ICP-UDELAR, 2008. p. 18-43.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: EDUSP, 1997.

EASTON, David. **A Re-Assessment of the Concept of Political Support**. British journal of Political Science, Vol. 5 N.º 4, Oct. 1975, p. 435-457.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP. 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 25º ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1987.

FUCUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Gallup Internacional. 2005. "Voice of the People 2005", http://extranet.gallup-international.com/uploads/internet/VOP2005_Democracy%20FINAL.pdf

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. Cor, classe e status nos estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia, 1940-1060. In MAIO, Marcos Chor (org.). **Raça, Ciência e Sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil: Editora Fio Cruz, 1995.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo social**; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 121-142, novembro de 2001.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34 Ltda. 2002.

_____. Como trabalhar com raça em sociologia. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 29 n. 1, p. 93-107, jan/jun2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a08v29n1.pdf >. Acesso em: 10 jan 2014.

GUNTHER; Richard e MONTEIRO; José Ramón. Legitimidade política em novas democracias. **Opinião pública**, Campinas, Vol. IX, nº 1, p. 01-43, 2003.

HASENBALG, Carlos. Mobilidade social, desigualdade de oportunidade e raça. In **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 207-332.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 14 jan 2014.

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/retrato/edicoes_antteriores.html Acesso em 10 set 2015.

_____. Indicadores – Pobreza, distribuição e desigualdade de renda In: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.]. Brasília: Ipea 1995-2013. Disponível em: www.ipea.gov.br/retrato/edicoes_antteriores.html Acesso em set 2015.

INGLEHART, Ronald. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. / Ronald Iglehart e Chistian Welzel; tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica Benício Viero Schimidt. São Paulo, Francis, 2009.

JÚNIOR, Cláudio Santiago Dias; VERONA, Ana Paula de Andrade; PENA, João Luiz; COELHO, George Luiz Lins Machado. Desigualdades demográficas e socioeconômicas entre brancos e indígenas no Brasil. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v.

15, n. 2, p. 50-65, maio/agosto. 2010. Disponível em:
<online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/942> Acesso em: 10 set 2015.

KUSSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 13, nº 24, 1999.

LATINOBARÔMETRO, Corporação. Banco de dados 2010. Disponível em:<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 08 de janeiro de 2014.

LATINOBARÔMETRO, Corporação. Banco de dados 2011. Disponível em:<http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 08 de janeiro de 2014.

LINZ, Juan. Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença? In: **A Opção parlamentarista**. SP: Sumaré. 1991. p. 61-120.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 29, out/1995.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano: ensaios escolhidos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 2005.

MAINWARING, Scott e SHUGART, Matthew. Presidencialismo y democracia en América Latina: revisión de los términos del debate In: **Presidencialismo y democracia en América Latina**. Buenos Aires: Piados, 2002. p. 19-64.

MENEGUELLO, Rachel. Aspecto do Desempenho Democrático: Estudo sobre a Adesão à Democracia e Avaliação do Regime. In **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos desconfiam das Instituições Públicas?**/José Álvaro Moisés (organizador). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 123-148.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democracia**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **RBCS**. São Paulo, v. 23, n. 66, fevereiro, 2008. p. 11-43. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092008000100002&script=sci>. Acesso em: 09 jan 2014.

_____. **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2010a. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522012000100016&script=sci>. Acesso em: 09 jan 2014.

_____. **Democracia e Confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?**/ José Álvaro Moisés (organizador). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010b.

MOTA, Carlos Guilherme. “Cristalização de uma ideologia: a ‘cultura brasileira’”, in: **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1977, p. 53-74.

MUNIZ, Jerônimo O. Preto no branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. **Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, 2012. p. 251-282, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/dados/v55n1/a07v55n1>. Acesso em: 10 jan 2014.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados. São Paulo**, v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103> . Acesso em: 17 jan 2014.

ORTIZ, Renato. “Memória coletiva e sincretismo: as teorias raciais do séc. XIX”, “Da raça à cultura: mestiçagem e o nacional”. In: **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Editora brasiliense, 1985.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 9-34.

PRANDI, Reginaldo. Raça e voto na eleição de 1994. In: Encontro Anual da ANPOCS, 19, 1995, Caxambu. Anais do XIX Encontro Anual do ANPOCS: ANPOCS, 1995. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.portal.anpocs.org>> Acesso em: 25 set 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em: 20 out 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: Eduem, 2011.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Biblioteca virtual de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza & AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 40-82.

SANTOS, Luiz A. de Castro. **A casa-grande e o sobrado na obra de Gilberto Freire**, Anuário Antropológico 83, Tempo Brasileiro/Edições UFC, 1985.

SILVA, Nelson do Vale. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn Walker. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 33-51.

SCHWARCZ, Lília. "Nomeando as diferenças: a construção da idéia de raça no Brasil", in: VILLAS BOAS, Glacias & GONÇALVES, Marco Antonio (org.). **O Brasil da virada do século**. Rio de Janeiro Relume/ Dumar, 1995.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

TELLES, Edward E. O significado da raça na sociedade brasileira. Princeton e Oxford: Princeton University Press. 2004.

Apêndice1: Quadro de questões usadas nas tabelas

Tabela	Questão Latinobarómetro (2011)
1	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases você está mais de acordo?
2	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país?
3	Sem questão
4	A que raça você se considera pertencer? Que estudos realizou?
5	A que raça você se considera pertencer? Você e sua família foram vítima de delito (no último ano)?
6	A que raça você se considera pertencer? Você e sua família foram vítima de delito com violência (no último ano)?
7	A que raça você se considera pertencer? Qual sua situação ocupacional atual?
8	A que raça você se considera pertencer? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Justiça
9	A que raça você se considera pertencer? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Saúde
10	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases está mais de acordo? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Educação
10a	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases está mais de acordo? Que estudos realizou?
11	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases está mais de acordo? Você e sua família foram vítima de delito (no último ano)?
12	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases está mais de acordo? Qual sua situação ocupacional atual?
13	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases está mais de acordo? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Justiça
14	A que raça você se considera pertencer? Com qual das seguintes frases está mais de acordo? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Saúde
15	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Educação
15a	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país? Que estudos realizou?
16	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país? Você e sua família foram vítima de delito (no último ano)?
17	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país? Qual sua situação ocupacional atual?
18	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no país? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Justiça
19	A que raça você se considera pertencer? Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia no

	país? De quais das seguintes políticas públicas você e sua família têm se beneficiado, melhorando sua situação? Saúde
--	---